

PRIMEIRO ADITAMENTO E CONSOLIDAÇÃO DA ESCRITURA PARTICULAR DA 4ª (QUARTA) EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, DA COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR

Pelo presente instrumento particular,

COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR, sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") sob o n.º 16608, com sede na Alameda A, Quadra SQS, n.º 100, Loteamento Quitandinha, Altos do Calhau, Cidade de São Luís, Estado do Maranhão, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 06.272.793/0001-84, com seus atos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Maranhão ("JUCEMA") sob o NIRE n.º 21.300.006.869, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora");

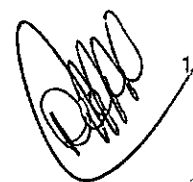
e, representando a comunhão dos interesses dos titulares das Debêntures (conforme definido abaixo) da presente emissão ("Debenturistas"),

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, com sede na Avenida das Américas, n.º 4.200, bloco 04, sala 514, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário", sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante designados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte");

CONSIDERANDO QUE

(i) em Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 15 de maio de 2012 ("RCA"), foi aprovada a 4ª (quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até duas séries, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), na data de emissão, perfazendo o montante total de R\$280.000.000,00 (duzentos e oitenta milhões de reais) ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), para distribuição pública com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476" e "Oferta Restrita", respectivamente) e da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações");

(ii) que a RCA aprovou o *spread* máximo da remuneração devida às Debêntures da Primeira Série e a taxa máxima da remuneração devida às Debêntures da Segunda Série,





bem como autorizou a diretoria da Emissora a praticar todos os atos necessários à realização da Emissão e da Oferta Restrita;

(iii) em 1 de junho de 2012, as Partes celebraram a "Escritura Particular da 4ª (Quarta) Emissão Pública de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, da Companhia Energética do Maranhão – CEMAR" ("Escritura de Emissão");

(iv) em 14 de junho de 2012, as instituições intermediárias responsáveis pela Oferta Restrita concluíram o procedimento de coleta de intenções de investimento nas Debêntures ("Procedimento de Bookbuilding"), o qual resultou na definição do *spread* final e da taxa final aplicáveis para cálculo da remuneração das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série, respectivamente, bem como na alocação da quantidade de Debêntures entre as séries;

RESOLVEM as Partes, por esta, e na melhor forma de direito, celebrar o presente "Primeiro Aditamento e Consolidação da Escritura Particular da 4ª (Quarta) Emissão Pública de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, da Companhia Energética do Maranhão – CEMAR" ("Primeiro Aditamento"), mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ESCRITURA DE EMISSÃO E DA AVERBAÇÃO DESTE PRIMEIRO ADITAMENTO

1.1. A Escritura de Emissão foi devidamente arquivada na JUCEMA, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações, em 14 de junho de 2012 sob o nº ED000205000.

1.2. Este Primeiro Aditamento será arquivado na JUCEMA, nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DA ESCRITURA DE EMISSÃO

2.1. Em razão da definição do *spread* final e da taxa final aplicáveis para cálculo da remuneração das Debêntures, bem como da alocação das Debêntures entre as séries, conforme Procedimento de *Bookbuilding* conduzido pelas instituições intermediárias responsáveis pela Oferta Restrita, a Emissora e o Agente Fiduciário deliberaram alterar o *caput* da Cláusula II e os itens 2.2., 4.3.1., 4.4.1., 5.2.1., 5.2.2., 5.3.1., 5.3.2. e 11.3.1. da Escritura de Emissão, os quais passarão a vigorar, respectivamente, com as seguintes redações:



2



"CLÁUSULA II REQUISITOS

A 4ª (quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, da Emissora ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Oferta Restrita" e "Instrução CVM 476", respectivamente), será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.2. Inscrição da Escritura na JUCEMA

2.2.1. A presente Escritura foi arquivada na JUCEMA, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações, em 14 de junho de 2012, sob o n.º ED000205000. Os aditamentos posteriores à esta Escritura serão inscritos na JUCEMA, nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

4.3. Número de Séries

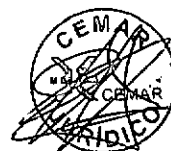
4.3.1. A Emissão será realizada em 2 (duas) séries ("Debêntures da Primeira Série" e "Debêntures da Segunda Série", respectivamente).

4.4. Quantidade de Debêntures

4.4.1. Serão emitidas 28.000 (vinte e oito mil) Debêntures, sendo 10.138 (dez mil, cento e trinta e oito) Debêntures da Primeira Série e 17.862 (dezessete mil, oitocentas e sessenta e duas) Debêntures da Segunda Série. A alocação das Debêntures entre as séries ocorreu no sistema de vasos comunicantes, ou seja, a quantidade de Debêntures da Primeira Série foi abatida do montante total da Emissão, definindo, portanto, a quantidade de Debêntures da Segunda Série.



3



5.2. Remuneração das Debêntures da Primeira Série

5.2.1. Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extragrupo, na forma percentual, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de um spread ou sobretaxa de 1,08% (um inteiro e oito centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior até a respectiva data de pagamento das Debêntures da Primeira Série ("Remuneração das Debêntures da Primeira Série").

5.2.2. O cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{Fator de Juros} - 1)$$

onde,

J = valor da Remuneração das Debêntures da Primeira Série devido ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

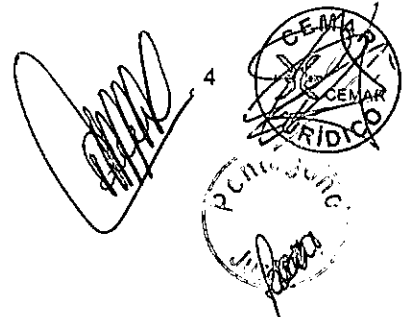
VNe = Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator de Juros = fator de juros, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Fator de Juros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$$

onde,

FatorDI = produtório das Taxas DI-Over, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:



$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde,

k = número de ordens das Taxas DI-Over, variando de 1 (um) até " n_{DI} ";

n_{DI} = número total de Taxas DI-Over, consideradas na apuração do "FatorDI", sendo " n_{DI} " um número inteiro; e

TDI_k = Taxa DI_k , de ordem k , expressa ao dia, calculado com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde,

DI_k = Taxa DI-Over, de ordem k , expressa na forma percentual ao ano, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:

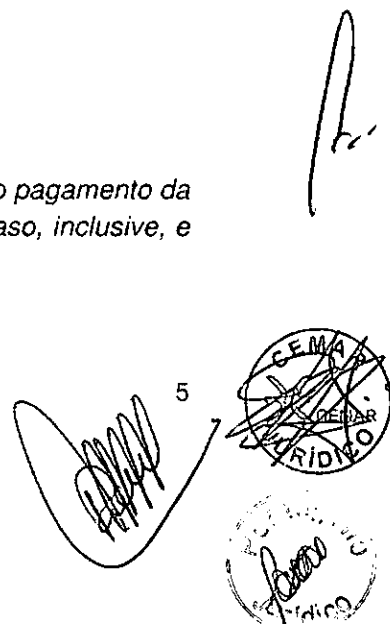
$$FatorSpread = \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]$$

onde,

spread = 1,0800; e

n = o número de Dias Úteis entre a Data de Emissão, ou o último pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, conforme o caso, inclusive, e a data do cálculo, exclusive, sendo " n " um número inteiro;

5



5.3. Remuneração das Debêntures da Segunda Série

5.3.1. Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série atualizado ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série atualizado, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 5,90% (cinco inteiros e noventa centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Juros Remuneratórios da Segunda Série") e, em conjunto com a Atualização Monetária da Segunda Série, "Remuneração das Debêntures da Segunda Série", sendo a Remuneração das Debêntures da Primeira Série e a Remuneração das Debêntures da Segunda Série referidas em conjunto como "Remuneração". A taxa utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série incidirá sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, atualizados conforme a Atualização Monetária da Segunda Série, calculados por Dias Úteis, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada período de capitalização.

5.3.2. O cálculo da Remuneração das Debêntures da Segunda Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = \{VNa \times [FatorJuros - 1]\}$$

onde,

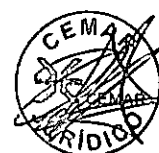
J = valor da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário atualizado ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série atualizado, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$FatorJuros = \left\{ \left[\left(\frac{taxa}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\}$$

 6



onde,

taxa	=	5,9000;
n	=	número de Dias Úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo "n" um número inteiro;
DP	=	número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração da Segunda Série (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro; e
DT	=	número de Dias Úteis entre o último e o próximo evento, sendo "DT" um número inteiro."

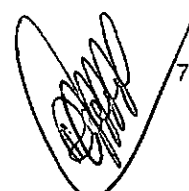
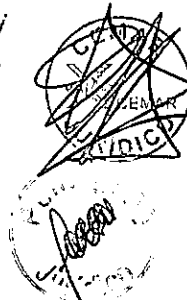
11.3.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer uma das partes, nos termos desta Escritura, deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para Emissora

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR
Alameda A, Quadra SQS, n.º 100
Loteamento Quitandinha, Altos do Calhau
CEP: 65.070-636 - São Luís, MA
At. Sr. Leonardo da Silva Lucas T. de Lima
Telefone: (98) 3217-2123
Fax: (98) 3235-7161
E-mail: leonardo.lucas@ceamar-ma.com.br

Para o Agente
Fiduciário

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Avenida das Américas, n.º 4.200, Bloco 04, sala 514
CEP: 22.640-102 – Rio de Janeiro, RJ
At. Sr. Marco Aurélio Ferreira (backoffice) / Srtª Nathalia Machado
(jurídico)
Telefone: (21) 3385-4565
Fax: (21) 3385-4046
E-mail: backoffice@pentagonotrustee.com.br /
juridico@pentagonotrustee.com.br

 7


Para o Banco
Mandatário

Itaú Unibanco S.A.
Avenida. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, n.º 707 - 10º
andar - Lado Laranja - Torre Eudoro Villela
CEP: 04309-010 – São Paulo, SP
At. Sra. Claudia Vasconcellos
Telefone: (11) 5029-1910
Fax: (11) 5029-1920
E-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

Para o Agente
Escriturador

Itaú Corretora de Valores S.A.
Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, n.º 707 - 10º
andar - Lado Laranja - Torre Eudoro Villela
CEP: 04309-010 – São Paulo, SP
At. Sra. Claudia Vasconcellos
Telefone: (11) 5029-1910
Fax: (11) 5029-1920
E-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

Para a CETIP

CETIP S.A. – Mercados Organizados
Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1.663, 4º andar
CEP: 01452-001 São Paulo SP
At. Sr. Fábio Benites
Dpto: Gerência de Valores Mobiliários
Telefone: (11) 3111-1596
Fax: (11) 3111-1564
E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

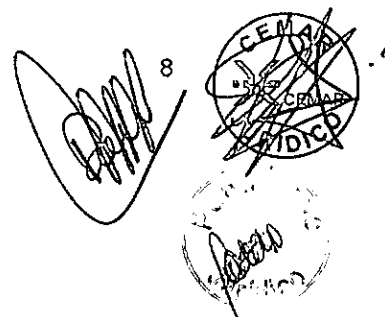
2.2 Fica definido, ainda, que a Escritura de Emissão passará a ser denominada "ESCRITURA PARTICULAR DA 4ª (QUARTA) EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, DA COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO – CEMAR".

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS RATIFICAÇÕES E CONSOLIDAÇÃO
DA ESCRITURA DE EMISSÃO**

3.1 Ficam ratificadas todas as demais disposições constantes da Escritura de Emissão que não foram expressamente alteradas por este Primeiro Aditamento, sendo que a Escritura de Emissão passa a vigorar com redação constante do Anexo I a este Primeiro Aditamento.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8



The block contains a handwritten signature and a circular stamp. The stamp is from CEMAR (Companhia Energética do Maranhão) and includes the text "SECRETARIA JURÍDICA". There is also a smaller, partially legible stamp below it.

4.1. Este Primeiro Aditamento é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando-se a Emissora e o Agente Fiduciário ao seu fiel, pontual e integral cumprimento por si e por seus sucessores e cessionários, a qualquer título.

4.2. Salvo se de outra forma definidos neste Primeiro Aditamento, os termos iniciados em letras maiúsculas aqui utilizados terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão.

4.3. Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir as questões oriundas deste Primeiro Aditamento, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, as Partes assinam o presente Primeiro Aditamento em 3 (três) vias de igual teor e forma, e para um só efeito, juntamente com as 2 (duas) testemunhas abaixo indicadas.

São Paulo, 14 de junho de 2012.

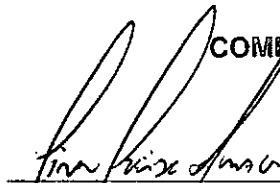


9



Página de Assinaturas 1/3 do Primeiro Aditamento e Consolidação da Escritura Particular da 4ª (Quarta) Emissão Pública de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, da Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

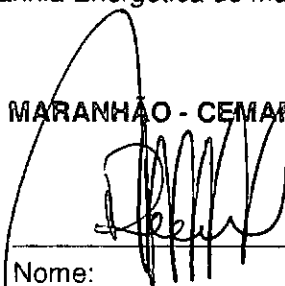
COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR



Nome:

Cargo:

Tinn Freire Amado
Diretor de Estratégia e Regulação



Nome:


Cargo:

Raimundo Nonato A. de Castro
Diretor de Distribuição



Página de Assinaturas 2/3 do Primeiro Aditamento e Consolidação da Escritura Particular da 4ª (Quarta) Emissão Pública de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, da Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS



Nome: **Marcelle Santoro**
Cargo: **PROCURADORA**






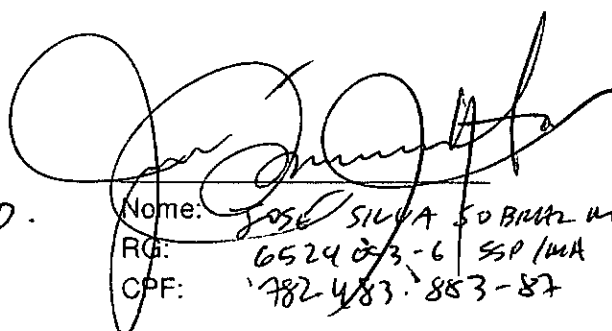
11



Página de Assinaturas 3/3 do Primeiro Aditamento e Consolidação da Escritura Particular da 4ª (Quarta) Emissão Pública de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, da Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Testemunhas:


Nome: ARIMÁRIO A. S. NASCIMENTO
RG: 013 7762 (MA)
CPF: 632.775.733-20


Nome: JOSÉ SILVA SOBRAL NETO
RG: 6524 03-6 SSP/MA
CPF: 17824831853-87





12



ANEXO I

Escritura de Emissão Consolidada

ESCRITURA PARTICULAR DA 4ª (QUARTA) EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, DA COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR

Pelo presente instrumento particular,

COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR, sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") sob o n.º 16608, com sede na Alameda A, Quadra SQS, n.º 100, Loteamento Quitandinha, Altos do Calhau, Cidade de São Luis, Estado do Maranhão, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 06.272.793/0001-84, com seus atos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Maranhão ("JUCEMA") sob o NIRE n.º 21.300.006.869, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora");

e, representando a comunhão dos interesses dos titulares das Debêntures (conforme definido abaixo) da presente emissão ("Debenturistas"),

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, com sede na Avenida das Américas, n.º 4.200, bloco 04, sala 514, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário");

vêm, por esta, e na melhor forma de direito, celebrar a presente "Escritura Particular da 4ª (Quarta) Emissão Pública de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, da Companhia Energética do Maranhão - CEMAR" ("Escritura"), mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO

A presente Escritura é celebrada com base na deliberação da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 15 de maio de 2012 ("RCA"), na qual foram deliberadas: (a) a aprovação da Emissão e da Oferta Restrita (conforme definido abaixo), bem como seus termos e condições; e (b) a autorização à Diretoria da Companhia, ou a seus procuradores, para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas na RCA, nos termos do artigo 59, parágrafo 1º da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), bem como na



opinião favorável unânime dos conselheiros fiscais da Emissora, conforme deliberado da Reunião do Conselho Fiscal realizada em 15 de maio de 2012. A Emissão foi, ainda, divulgada pela Emissora, em 15 de maio de 2012, por meio de Fato Relevante.

CLÁUSULA II REQUISITOS

A 4ª (quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, da Emissora ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Oferta Restrita" e "Instrução CVM 476", respectivamente), será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1 Arquivamento e Publicação da Ata de RCA

2.1.1 A ata de RCA foi arquivada na JUCEMA, em 23 de maio de 2012, sob o n.º 20120322994, e publicada no Diário Oficial do Estado do Maranhão, no Jornal O Estado do Maranhão e no jornal Folha de São Paulo, em 29 de maio de 2012, nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

2.2 Inscrição da Escritura na JUCEMA

2.2.1. A presente Escritura foi arquivada na JUCEMA, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações, em 14 de junho de 2012, sob o n.º ED000205000. Os aditamentos posteriores à esta Escritura serão inscritos na JUCEMA, nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

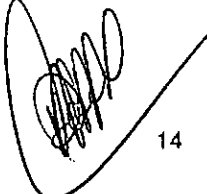
2.3 Dispensa de Registro na CVM

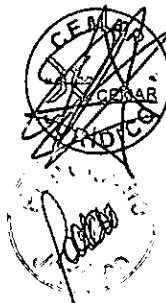
2.3.1. A Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM 476, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM, conforme artigo 6º da Instrução CVM 476.

2.4 Dispensa de Registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")

2.4.1. A Oferta Restrita não será objeto de registro perante a ANBIMA, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários".

2.5 Registro para Distribuição e Negociação





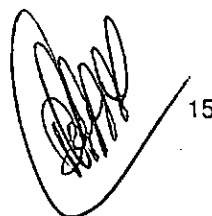
2.5.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT") e do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição e as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

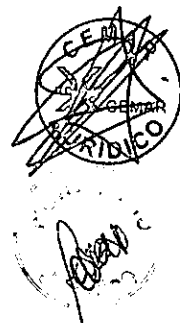
2.5.2. Não obstante o descrito no item 2.5.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários, entre Investidores Qualificados (conforme definido abaixo), depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo Investidor Qualificado, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e após o cumprimento pela Emissora das obrigações do artigo 17 da Instrução CVM 476.

CLÁUSULA III OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. De acordo com o artigo 2º do estatuto social da Emissora, a Emissora tem por objeto social, observadas as restrições legais: (i) a exploração de serviços públicos de energia elétrica, nas áreas referidas no Contrato de Concessão n.º 060, celebrado em 28 de agosto de 2000, e nas outras em que, de acordo com a legislação aplicável, for autorizada a atuar; (ii) estudar, elaborar, projetar, construir, executar e explorar os sistemas de geração, transmissão, transformação, distribuição, transporte e comercialização de energia elétrica e outras fontes alternativas de energia, renováveis ou não, e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo administrar sistemas de produção, transmissão, distribuição ou comercialização de energia pertencentes ao Estado, à União ou a Municípios, sendo-lhe vedadas quaisquer outras atividades de natureza empresarial, salvo aquelas que estiverem relacionadas a este objeto, tais como: uso múltiplo de postes mediante cessão onerosa a outros usuários; transmissão de dados através de suas instalações, observada a legislação pertinente; prestação de serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros; serviços de otimização de processos energéticos e instalações de consumidores; cessão onerosa de faixas de servidão de linhas aéreas e áreas de terras exploráveis de usinas e reservatórios, desde que previamente aprovadas pelo Poder Concedente e que sejam contabilizadas em separado; (iii) organizar empresas subsidiárias para exploração de sistemas elétricos de geração de energia, dentro da área de concessão outorgada pela União e (iv) a participação no capital de outras sociedades, comerciais ou civis, como sócia, acionista ou quotista, independentemente de sua atividade.

 15



CLÁUSULA IV
CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

4.1. Número da Emissão

4.1.1. A presente escritura contempla a 4ª (quarta) emissão de debêntures da Emissora.

4.2. Valor Total da Emissão

4.2.1. O valor total da Emissão é de R\$280.000.000,00 (duzentos e oitenta milhões de reais) ("Valor Total da Emissão"), na Data de Emissão (conforme definido abaixo).

4.3. Número de Séries

4.3.1. A Emissão será realizada em 2 (duas) séries ("Debêntures da Primeira Série" e "Debêntures da Segunda Série", respectivamente).

4.4. Quantidade de Debêntures

4.4.1. Serão emitidas 28.000 (vinte e oito mil) Debêntures, sendo 10.138 (dez mil, cento e trinta e oito) Debêntures da Primeira Série e 17.862 (dezessete mil, oitocentas e sessenta e duas) Debêntures da Segunda Série. A alocação das Debêntures entre as séries ocorreu no sistema de vasos comunicantes, ou seja, a quantidade de Debêntures da Primeira Série foi abatida do montante total da Emissão, definindo, portanto, a quantidade de Debêntures da Segunda Série.

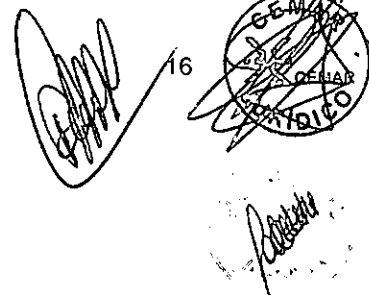
4.5. Destinação dos Recursos

4.5.1. Os recursos captados com a Emissão serão destinados ao pagamento de dívidas, recomposição de caixa e capital de giro da Emissora.

4.6. Colocação e Plano de Distribuição

4.6.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação do Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA" ou "Coordenador Líder") e do Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual", e em conjunto com o Itaú BBA, "Coordenadores"), conforme o "Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, da 4ª (Quarta) Emissão da Companhia Energética do

16



Maranhão – CEMAR”, a ser celebrado entre os Coordenadores e a Emissora (“Contrato de Distribuição”).

4.6.2. O plano de distribuição organizado pelos Coordenadores seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 (“Plano de Distribuição”). Para tanto, os Coordenadores, em conjunto, poderão acessar até no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição das Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

4.6.2.1. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita, serão considerados “Investidores Qualificados” aqueles investidores referidos no artigo 109 da Instrução da CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada (“Instrução CVM 409”), observado que: (a) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM 409 obrigatoriamente subscreverão e integralizarão, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

4.6.3. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, e com o Plano de Distribuição.

4.6.4. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, os Investidores Qualificados assinarão declaração atestando, dentre outras disposições, estarem cientes de que (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e a ANBIMA; (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura; e (iii) efetuaram sua própria análise sobre a Emissora e a Emissão.

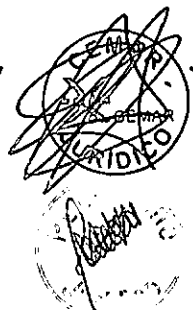
4.6.5. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

4.6.6. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

4.6.7. A Emissora não poderá realizar, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários objeto da oferta restrita dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

4.6.8. A Emissora compromete-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços

17

A circular stamp with the text "CEMAR" at the top and "UNIDECO" at the bottom. In the center, there is a handwritten signature and some illegible text. Below the stamp, there is another handwritten signature.

públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

4.6.9. A Emissora obriga-se a: (a) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com os Coordenadores; e (b) informar aos Coordenadores, até o Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita, comprometendo-se desde já a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.

4.6.10. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

4.7. Banco Mandatário e Agente Escriurador

4.7.1. O banco mandatário da Emissão será o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04 ("Banco Mandatário") e o agente escriturador das Debêntures será a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, n.º 707, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64 ("Agente Escriurador").

CLÁUSULA V CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

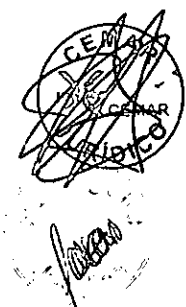
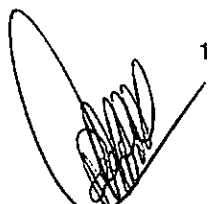
5.1. Características Básicas

5.1.1. Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures é de R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

5.1.1.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série não será corrigido ou atualizado por qualquer índice.

5.1.1.2. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou Saldo do Valor Nominal Unitário (conforme definido abaixo) das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, será atualizado, a partir da Data de Emissão, pela variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE") e "Atualização Monetária da Segunda Série", respectivamente), sendo o produto da Atualização Monetária da Segunda Série automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou ao Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, segundo a seguinte fórmula:

18



$$VNa = VNe \times C$$

- VNa = Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série atualizado calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
 VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
 C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

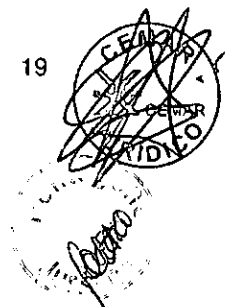
$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dur}} \right]$$

Onde:

- n = número total de número-índices considerados na atualização monetária das Debêntures da Segunda Série, sendo "n" um número inteiro;
 NI_k = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures da Segunda Série. Após a data de aniversário, valor do número-índice do mês de atualização;
 NI_{k-1} = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês "k";



19



dup = número de dias úteis entre a última data de aniversário e a data de cálculo, limitado ao número total de dias úteis de vigência do número índice do IPCA, sendo "dup" um número inteiro;

dut = número de dias úteis contidos entre a última e a próxima data de aniversário das Debêntures da Segunda Série, sendo "dut" um número inteiro.

5.1.1.2.1. A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura ou qualquer outra formalidade.

5.1.1.2.2. Caso no mês de atualização o número-índice não esteja ainda disponível, será utilizada a última variação disponível do índice de preços em questão $\left(\frac{NI_{k-1}}{NI_{k-2}} \right)$.

5.1.1.2.3. O número índice do IPCA deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo.

5.1.1.2.4. Considera-se "data de aniversário", todo dia 21 (vinte e um) de cada mês, e caso a referida data não seja dia útil, o primeiro dia útil subsequente.

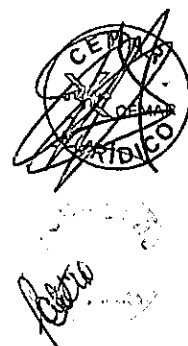
5.1.1.2.5. Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas do ativo em questão.

5.1.1.2.6. O fator resultante da expressão: $\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$ é considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

5.1.1.2.7. O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 casas decimais, sem arredondamento.

5.1.1.2.8. Os valores dos finais de semana ou feriados serão iguais ao valor do Dia Útil subsequente, apropriando o *pro rata* do último Dia Útil anterior.

5.1.1.2.9. No caso de indisponibilidade temporária do IPCA quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizado, em sua substituição, o último índice divulgado, calculado *pro rata temporis* por Dias Úteis, não cabendo, porém, quando da divulgação do novo índice devido, quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos titulares de Debêntures da Segunda Série ("Debenturistas da Segunda Série"). Se a não divulgação do IPCA for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Segunda Série, ou determinação judicial proibindo tal aplicação, o Agente



Fiduciário, no caso de não haver substituto legal do IPCA, deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do evento, convocar a Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série (no modo e prazos estipulados na Cláusula IX desta Escritura e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Atualização da Segunda Série, que será aplicada, observado o disposto no item 5.1.1.2.10. abaixo.

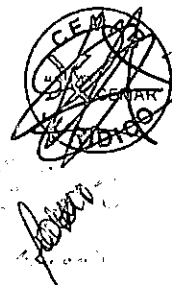
5.1.1.2.10. Caso não haja acordo sobre o novo índice para Atualização da Segunda Série entre a Emissora e os Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Segunda Série em Circulação (conforme definido abaixo), a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da Segunda Série em Circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, pelo Valor Nominal Unitário atualizado ou pelo Saldo do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da Segunda Série, acrescido dos Juros Remuneratórios da Segunda Série devidos até a data do efetivo resgate, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data de pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso. Nesta alternativa, com a finalidade de apurar-se a Atualização da Segunda Série com relação às Debêntures a serem resgatadas, será utilizada para cálculo do fator "C" a última variação disponível do IPCA divulgada oficialmente.

5.1.1.2.11. Não obstante o disposto acima, caso o IPCA volte a ser divulgado ou apurado antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, a respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série não será mais realizada e o IPCA então divulgado, a partir da respectiva data de referência, será empregado para apuração do fator "C" no cálculo da Atualização da Segunda Série.

5.1.2. Amortização do Valor Nominal Unitário

5.1.2.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série será amortizado em 3 (três) parcelas iguais, anuais e consecutivas, sendo a primeira parcela amortizada no dia 21 de junho de 2016 e a última parcela amortizada na Data de Vencimento da Primeira Série, conforme indicado na tabela a seguir:

Parcela	Datas de Amortização	Percentual Amortizado do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série
1	21 de junho de 2016	33,3300%
2	21 de junho de 2017	33,3300%
3	21 de junho de 2018	33,3400%
		100,0000%



5.1.2.2. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será amortizado em 3 (três) parcelas, anuais e consecutivas, sendo a primeira parcela amortizada no dia 21 de junho de 2018 e a última parcela amortizada na Data de Vencimento da Segunda Série, conforme indicado na tabela a seguir:

Parcela	Datas de Amortização	Percentual Amortizado do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série atualizado
1	21 de junho de 2018	33,3300%
2	21 de junho de 2019	33,3300%
3	21 de junho de 2020	saldo
		100,0000%

5.1.3. Tipo e Forma: As Debêntures de ambas as séries são da forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas e certificados.

5.1.4. Comprovação de Titularidade das Debêntures: A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Agente Escriurador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND o extrato em nome dos Debenturistas emitido pela CETIP.

5.1.5. Espécie: As Debêntures de ambas as séries são da espécie quirográfaria.

5.1.6. Convertibilidade: As Debêntures de ambas as séries serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

5.1.7. Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos legais, a data de Emissão de ambas as séries é 21 de junho de 2012 ("Data de Emissão").

5.1.8. Prazo de Vigência e Data de Vencimento: As Debêntures da Primeira Série têm prazo de vigência de 6 (seis) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 21 de junho de 2018 ("Data de Vencimento da Primeira Série"). As Debêntures da Segunda Série têm prazo de vigência de 8 (oito) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 21 de junho de 2020 ("Data de Vencimento da Segunda Série", referida em conjunto com Data de Vencimento da Primeira Série como "Data de Vencimento").

5.2. Remuneração das Debêntures da Primeira Série

5.2.1. Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extragrupo, na forma percentual, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de um spread ou sobretaxa de 1,08% (um inteiro e oito centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior até a respectiva data de pagamento das Debêntures da Primeira Série ("Remuneração das Debêntures da Primeira Série").

5.2.2. O cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (Fator\ de\ Juros - 1)$$

onde,

J = valor da Remuneração das Debêntures da Primeira Série devido ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator de Juros = fator de juros, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$Fator\ de\ Juros = (FatorDI \times FatorSpread)$$

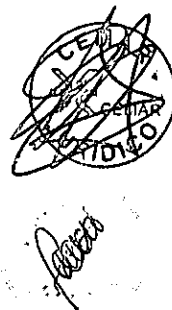
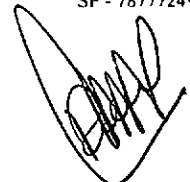
onde,

FatorDI = produtório das Taxas DI-Over, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde,

23
SP - 7877724v1



k = número de ordens das Taxas DI-Over, variando de 1 (um) até " n_{DI} ";

n_{DI} = número total de Taxas DI-Over, consideradas na apuração do "FatorDI", sendo " n_{DI} " um número inteiro; e

TDI_k = Taxa DI_k , de ordem k , expressa ao dia, calculado com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde,

DI_k = Taxa DI-Over, de ordem k , expressa na forma percentual ao ano, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]$$

onde,

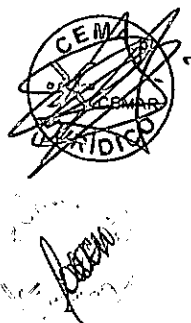
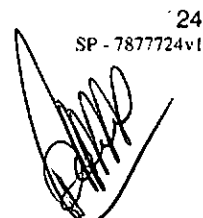
spread = 1,0800; e

n = o número de Dias Úteis entre a Data de Emissão, ou o último pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, conforme o caso, inclusive, e a data do cálculo, exclusive, sendo " n " um número inteiro.

5.2.2.1. Observações:

- (a) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;

24
SP - 7877724v1

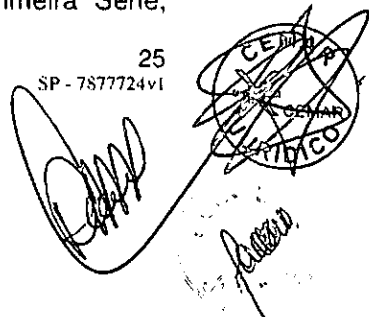


- (b) Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado; e
- (c) Uma vez os fatores diários estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais com arredondamento;
- (d) O fator resultante da expressão $(FatorDI \times FatorSpread)$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e
- (e) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

5.2.3. Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora relativas às Debêntures da Primeira Série não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada na apuração de TDI_k a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e/ou os Debenturistas da Primeira Série quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos itens 5.2.4, 5.2.5 e 5.2.6 abaixo.

5.2.4. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI às Debêntures da Primeira Série, ou determinação judicial proibindo tal aplicação, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do evento, convocar a Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série (no modo e prazos estipulados na Cláusula IX desta Escritura e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série que serão aplicados, observado o disposto no item 5.2.5 abaixo.

5.2.5. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série entre a Emissora e os Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da Primeira Série em Circulação no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série, pelo seu Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração das Debêntures da Primeira Série devida até a data do efetivo resgate, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do último pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série,

A handwritten signature is written over a circular stamp. The stamp contains the text "CETIP" at the top, "AGENTE FIDUCIÁRIO" in the middle, and "ESPORTE" at the bottom. There are also some illegible handwritten marks within the stamp.

conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série com relação às Debêntures da Primeira Série a serem resgatadas, será utilizado para a apuração de TDI_k o valor da última Taxa DI divulgada oficialmente, observadas ainda as demais disposições previstas no item 5.2.2 e seguintes desta Escritura.

5.2.6. Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI volte a ser divulgada ou apurada antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série, a referida Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série não será mais realizada e a Taxa DI então divulgada, a partir da respectiva data de referência, será utilizada para o cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série.

5.3. Remuneração das Debêntures da Segunda Série

5.3.1. Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série atualizado ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série atualizado, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 5,90% (cinco inteiros e noventa centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Juros Remuneratórios da Segunda Série" e, em conjunto com a Atualização Monetária da Segunda Série, "Remuneração das Debêntures da Segunda Série", sendo a Remuneração das Debêntures da Primeira Série e a Remuneração das Debêntures da Segunda Série referidas em conjunto como "Remuneração"). A taxa utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série incidirá sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, atualizados conforme a Atualização Monetária da Segunda Série, calculados por Dias Úteis, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada período de capitalização.

5.3.2. O cálculo da Remuneração das Debêntures da Segunda Série obedecerá à seguinte fórmula:


$$J = \{VNa \times [FatorJuros - 1]\}$$

onde,

J = valor da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário atualizado ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série atualizado, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

26
SP - 7877724v1



FatorJuros = fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$FatorJuros = \left\{ \left[\left(\frac{taxa}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\}$$

onde,

taxa	=	5,9000;
n	=	número de Dias Úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo "n" um número inteiro;
DP	=	número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração da Segunda Série (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro; e
DT	=	número de Dias Úteis entre o último e o próximo evento, sendo "DT" um número inteiro."

5.3.3. Para fins de cálculo da remuneração das Debêntures, define-se "Período de Capitalização" como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento da Remuneração da Primeira Série ou Data de Pagamento da Remuneração da Segunda Série, conforme o caso, imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na próxima Data de Pagamento da Remuneração da Primeira Série e Data de Pagamento da Remuneração da Segunda Série, conforme o caso.

5.3.4. Para fins desta Escritura, define-se "Saldo do Valor Nominal Unitário" o Valor Nominal Unitário das Debêntures atualizado, conforme o caso, da respectiva série remanescente após cada Data de Amortização da respectiva Série, conforme o caso.

5.4. Condições de Subscrição e Integralização e Condições de Pagamento

5.4.1. Preço de Subscrição e Forma de Integralização: As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido, para as Debêntures da Segunda Série, da Atualização Monetária da Segunda Série e, para todas as Debêntures, da



Remuneração incidente entre a Data de Emissão e a data da efetiva integralização podendo ser colocadas com ágio ou deságio a ser definido, se for o caso, no ato de subscrição de cada série (para cada Série, "Preço de Subscrição").

5.4.1.2. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, podendo ser colocadas com ágio ou deságio a ser definido, se for o caso, no ato de subscrição, acrescido da Remuneração, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP.

5.4.2. Pagamento da Remuneração: A Remuneração da Primeira Série será devida semestralmente, a partir da Data de Emissão, nos dias 21 de dezembro e 21 de junho de cada ano, iniciando em 21 de dezembro de 2012 e finalizando na Data de Vencimento da Primeira Série (cada uma delas, uma "Data de Pagamento da Remuneração da Primeira Série"). A Remuneração da Segunda Série será devida anualmente, no dia 21 de junho de cada ano, iniciando em 21 de junho de 2013 e finalizando na Data de Vencimento da Segunda Série (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração da Segunda Série", referida em conjunto com a Data de Pagamento da Remuneração da Primeira Série como "Datas de Pagamento da Remuneração").

5.4.3. Local de Pagamento: Os pagamentos relativos às Debêntures devidos pela Emissora nos termos desta Escritura serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento, por intermédio da CETIP, conforme as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, ou por meio do Agente Escriturador para as Debêntures que não estejam depositadas em custódia eletrônica vinculada ao SND.

5.4.4. Prorrogação dos Prazos: Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação que deva ser realizado por meio da CETIP, até o primeiro Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos. Portanto, para os demais fins desta Escritura, "Dia Útil" significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional.

5.4.5. Multa e Encargos Moratórios: Sem prejuízo do disposto na Cláusula VI abaixo, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, o valor em atraso continuará a ser remunerado nos termos da Remuneração aplicável e, além disso, ficará sujeito a multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para a cobrança, desde que devidamente comprovadas.

5.4.6. Decadência dos Direitos aos Acréscimos: Sem prejuízo do disposto no item precedente, o não-comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração das Debêntures, acréscimo e/ou encargo moratório no período correspondente à data em que os recursos forem colocados à disposição para pagamento e a data efetiva de comparecimento do Debenturista para recebimento desses recursos, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

5.4.7. Imunidade de Debenturistas: Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar à Emissora e ao Banco Mandatário, no prazo de, no mínimo, 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que caso o Debenturista não envie referida documentação à Emissora, esta fará as retenções de tributos conforme previsto em Lei.

5.5. Repactuação

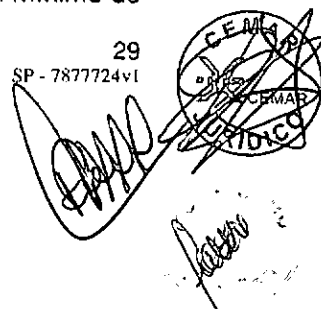
5.5.1. As Debêntures desta Emissão não estarão sujeitas a repactuação programada.

5.6. Resgate Antecipado

5.6.1. Resgate Antecipado Obrigatório. Observado o disposto nos itens 5.1.1.2.10. e 5.2.5. desta Escritura, bem como na Cláusula VI desta Escritura, não haverá resgate antecipado obrigatório das Debêntures.

5.6.2. Oferta de Resgate Antecipado. A Emissora poderá promover oferta de resgate antecipado facultativo total ou parcial das Debêntures, a qualquer tempo, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos abaixo ("Oferta de Resgate Antecipado Facultativo"):

- (a) a Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado Facultativo por meio de comunicação ao Agente Fiduciário e, na mesma data, por meio de publicação de anúncio ("Edital de Oferta de Resgate Antecipado"), com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis da data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo, o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo, incluindo (i) a quantidade de Debêntures de cada série que a Emissora deseja resgatar; (ii) o valor do prêmio de resgate antecipado facultativo, se houver; (iii) se a Oferta de Resgate Antecipado Facultativo estará condicionada à aceitação desta por um percentual mínimo de

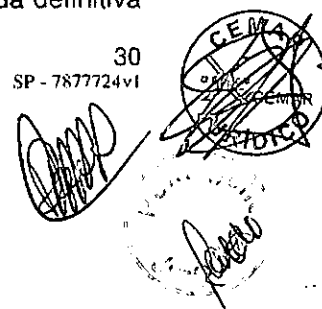


Debêntures; (iv) a data efetiva para o resgate e o pagamento das Debêntures a serem resgatadas; (v) a forma de manifestação dos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado Facultativo; e (vi) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate das Debêntures;

- (b) após a publicação do Edital de Oferta de Resgate Antecipado Facultativo, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado Facultativo terão o prazo de 10 (dez) Dias Úteis para se manifestarem formalmente perante o Agente Fiduciário, findo o qual a Emissora terá o prazo de 3 (três) Dias Úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo, a qual ocorrerá em uma única data para todas as Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado Facultativo, observado que a Emissora somente poderá resgatar a quantidade de Debêntures que tenham sido indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado Facultativo;
- (c) a Emissora deverá (i) na respectiva data de término do prazo de adesão à Oferta de Resgate Antecipado Facultativo, confirmar ao Agente Fiduciário a respectiva data do resgate antecipado; e (ii) comunicar ao Agente Escriturador, ao Banco Mandatário e à CETIP sobre a realização da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva data do resgate antecipado; e
- (d) o valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado Facultativo será equivalente ao Saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido (i) da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento do resgate antecipado; e (ii) do prêmio de resgate a ser eventualmente oferecido aos Debenturistas, nos termos da alínea (a) desta Cláusula.

5.6.3. Na hipótese da demanda dos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado Facultativo ser superior à quantidade de Debêntures de cada série que a Companhia deseja resgatar, adotar-se-á o critério de sorteio, a ser coordenado pelo Agente Fiduciário, nos termos do artigo 55, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive no que concerne às suas regras.

5.6.4. Para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, o resgate antecipado facultativo parcial das Debêntures de ambas as séries, deverá seguir os procedimentos adotados pela CETIP por meio de "operação de compra e venda definitiva



no mercado secundário", sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures, a serem resgatadas por Debenturistas, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o evento de resgate parcial, não haverá a necessidade de ajuste a esta Escritura ou qualquer outra formalidade.

5.7. Aquisição Facultativa

5.7.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures, observados os termos do artigo 13 da Instrução CVM 476, o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, incisos I e II, da Lei das Sociedades por Ações, bem como a legislação aplicável à época e as regras expedidas pela CVM. A aquisição facultativa por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário deverá constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora.

5.7.2. As Debêntures objeto desse procedimento poderão ser colocadas novamente no mercado, canceladas a qualquer momento ou permanecer em tesouraria da Emissora. As Debêntures mencionadas no item 5.7.1 acima, caso sejam recolocadas no mercado, farão jus a mesma Remuneração e condições das demais Debêntures de sua respectiva série.

5.8. Garantias

5.8.1. As Debêntures não contarão com quaisquer garantias reais ou fidejussórias.

5.9. Publicidade


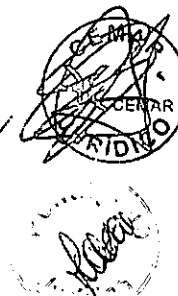

5.9.1. Todos os atos e decisões que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas deverão ser, obrigatoriamente, divulgados nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora efetua suas publicações, quais sejam, Diário Oficial do Estado do Maranhão, Jornal O Estado do Maranhão e jornal Folha de São Paulo, bem como na página da Emissora na rede internacional de computadores – Internet (www.cemarma.com.br), observado o estabelecido no artigo 289, da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476, em relação à publicidade da Oferta Restrita e prazos legais, devendo a Emissora comunicar ao Agente Fiduciário sobre qualquer publicação na data de sua realização.

5.10 Fundo de Amortização

5.10. Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

CLÁUSULA VI VENCIMENTO ANTECIPADO

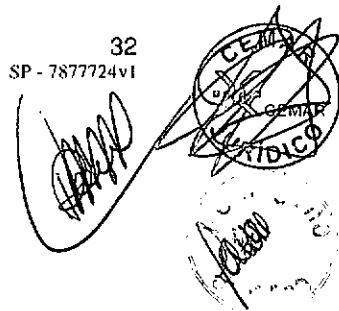
31
SP - 7877724v1



6.1. Observado o disposto nos itens abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar, assim que tiver ciência dos eventos, antecipadamente e automaticamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura e exigirá dela o imediato pagamento do Saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido da Remuneração das Debêntures da Primeira Série ou da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração da Primeira Série imediatamente anterior ou a Data de Pagamento da Remuneração da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, além dos encargos moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, independentemente de aviso ou notificação, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses ("Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático"):

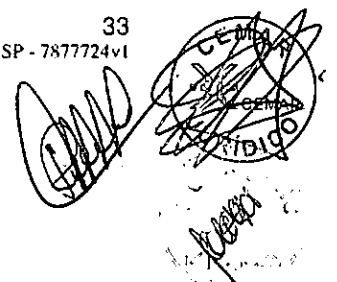
- a. descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures prevista nesta Escritura, não sanada em até 1 (um) Dia Útil contado da data de vencimento respectiva;
- b. pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente elidido pela Emissora no prazo legal;
- c. pedido de auto-falência formulado pela Emissora;
- d. liquidação, dissolução, extinção ou decretação de falência da Emissora;
- e. se a Emissora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se a Emissora ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;
- f. a ocorrência de qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência da Emissora, incluindo acordo de credores; e
- g. perda, extinção, cassação ou intervenção, por qualquer motivo, da concessão para exploração dos serviços de distribuição de energia elétrica detida pela Emissora.

6.2. O Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 2 (dois) Dias Úteis da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos eventos listados abaixo, a Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD") da Primeira Série e a AGD da Segunda Série, visando deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures da



Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, observado o quorum específico estabelecido no item 6.3. abaixo, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses ("Vencimento Antecipado por meio de AGD"):

- (a) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura, não sanada em até 15 (quinze) dias corridos contados da data do respectivo inadimplemento, exceto se outro prazo estiver sido estabelecido nos termos desta Escritura;
- (b) vencimento antecipado ou inadimplemento no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias de natureza não financeira a que esteja sujeita a Emissora, assim entendidas aquelas que não decorram de dívidas contraídas pela Emissora por meio de operações no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional, em valor individual ou agregado, igual ou superior a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), observados os prazos de cura estabelecidos nos respectivos contratos;
- (c) vencimento antecipado ou inadimplemento, observados os prazos de cura estabelecidos nos respectivos contratos, no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias de natureza financeira a que esteja sujeita a Emissora, assim entendidas as dívidas contraídas pela Emissora por meio de operações no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional, em qualquer valor;
- (d) cisão, fusão ou incorporação da Emissora ou, ainda, qualquer outra forma de reorganização societária relevante envolvendo a Emissora, para a qual não tenha sido obtida anuência prévia dos Debenturistas, nos termos do disposto no caput do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, exceto se a Emissora cumprir com o disposto nos parágrafos 1º e 2º do referido artigo;
- (e) distribuição, pela Emissora, de dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, acima do mínimo obrigatório, caso a Emissora esteja inadimplente com qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures;
- (f) descumprimento pela Emissora da manutenção dos índices financeiros nos limites abaixo estabelecidos nas datas das suas respectivas apurações trimestrais ("Índices Financeiros"):
 - (i) O índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA Regulatório (conforme definido abaixo) não deverá ser maior ou



igual a 3,5 a partir da Data de Emissão, até 31 de dezembro de 2014, inclusive; e

- (ii) O índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA Regulatório (conforme definido abaixo) não deverá ser maior ou igual a 3,25 a partir de 1º de janeiro de 2015, inclusive, até a Data de Vencimento das Debêntures.

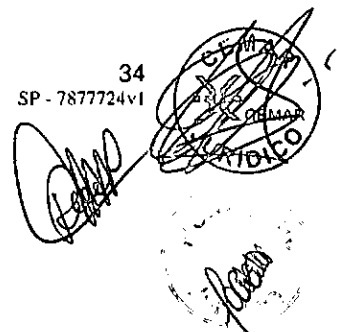
onde:

"Dívida Líquida" é o valor calculado em bases consolidadas da Emissora igual à soma dos passivos referente a empréstimos e financiamentos, incluindo emissões de debêntures, deduzindo-se: (i) o somatório das disponibilidades da Emissora (inclusive caixas e aplicações financeiras), (ii) o somatório dos recebíveis decorrentes de subvenção a consumidores de energia elétrica da Subclasse Residencial Baixa Renda (conforme definido na legislação vigente); e (iii) o somatório dos Ativos Regulatórios Líquidos, conforme definido abaixo.

"Ativos Regulatórios Líquidos" são obtidos pela diferença entre os "Ativos Regulatórios" e os "Passivos Regulatórios" da Emissora.

"Ativos Regulatórios" são os valores da Parcela A e/ou da Parcela B da estrutura tarifária ou quaisquer outros direitos a serem acrescidos às tarifas de fornecimento e de uso do sistema de distribuição de energia elétrica pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") e de alterações da legislação setorial, fiscal e tributária que impactem as condições de equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão da Emissora, conforme definido pelas Resoluções Normativas da ANEEL, bem como pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, também aprovado pela ANEEL.

"Passivos Regulatórios" são os valores da Parcela A e/ou da Parcela B da estrutura tarifária ou quaisquer outras obrigações a serem deduzidos das tarifas de fornecimento e de uso do sistema de distribuição de energia elétrica pela ANEEL e de alterações da legislação setorial, fiscal e tributária que impactem as condições de equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão da Emissora, conforme definido pelas Resoluções Normativas da ANEEL, bem como pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, também aprovado pela ANEEL.



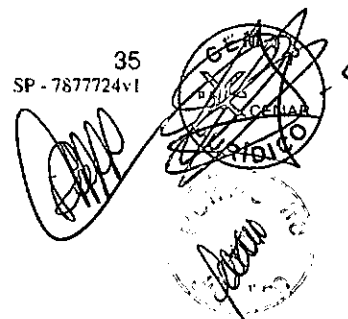
"EBITDA Regulatório" significa o valor calculado em bases consolidadas igual ao resultado líquido relativo a um período de doze meses, antes da participação de minoritários, imposto de renda, contribuição social, despesas não recorrentes (antigo resultado não operacional), resultado financeiro, amortização, depreciação dos ativos e participação em coligadas e controladas, somado ao resultado líquido de ativos e passivos regulatórios lançados na demonstração do resultado da contabilidade regulatória registrada na ANEEL ("EBITDA Regulatório").

- (iii) O índice obtido da divisão do EBITDA Regulatório pelas Despesas Financeiras Líquidas (conforme definido abaixo) não deverá ser inferior a 1,5.

onde:

"Despesas Financeiras Líquidas" significa o valor calculado em bases consolidadas igual ao Resultado Financeiro relativo a um período de doze meses da emissora tudo apurado conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil.

- (g) protestos de títulos contra a Emissora, cujo valor unitário ou agregado ultrapasse R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), salvo (1) se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis, ou (2) se o protesto for cancelado, em qualquer hipótese, ou (3) se tiver sido apresentada garantia em juízo, aceita pelo Poder Judiciário;
- (h) alienação do controle acionário direto da Emissora, exceto se (i) for para outra empresa do mesmo grupo econômico; ou (ii) houver anuência prévia dos Debenturistas com relação à referida alienação;
- (i) comprovação de inveracidade, insuficiência, incorreção ou inconsistência material de qualquer declaração feita pela Emissora nesta Escritura e no Contrato de Distribuição, que afete materialmente e adversamente a percepção de risco das Debêntures e/ou da Emissora;
- (j) não cumprimento de qualquer ordem de execução por quantia certa oriunda de decisão judicial ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra a Emissora ou qualquer controlada, direta ou indiretamente, da Emissora, por valor individual ou agregado que ultrapasse R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), no prazo estipulado para pagamento;



- (k) redução do capital social da Emissora sem observância do disposto no parágrafo 3º do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;
- (l) perda ou cancelamento do registro de companhia aberta;
- (m) alienação de ativos ou de participações societárias pela Emissora; ou desapropriação, confisco ou outra medida de qualquer autoridade governamental ou judiciária que implique perda de bens da Emissora, que, individual ou conjuntamente, em qualquer destes casos, representem 10% (dez por cento) do ativo total da Emissora apurado em suas últimas demonstrações financeiras consolidadas divulgadas;
- (n) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (o) arresto, sequestro ou penhora de bens da Emissora, em valor igual ou superior, em montante individual ou agregado, a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), exceto se (i) tais arrestos, sequestros ou penhora de bens estiverem expressamente identificados no anexo I à presente Escritura ("Anexo I"); ou (ii) a Emissora comprovar, em até 5 (cinco) Dias Úteis da determinação da respectiva medida, ter obtido decisão judicial com efeito suspensivo suspendendo a respectiva medida;
- (p) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações a serem assumidas nesta Escritura, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em AGD especialmente convocada para este fim; e
- (q) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, subvenções, alvarás ou licenças, inclusive as ambientais, que afetem o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou de quaisquer de suas controladas, exceto se, dentro do prazo de 10 (dez) Dias Úteis a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, a Emissora comprove a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades da Emissora até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização.

6.3. Se, nas Assembleias Gerais referidas no item 6.2. acima, os Debenturistas da Primeira Série detentores de, no mínimo, 75,0% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação e/ou os Debenturistas da Segunda Série detentores de, no mínimo, 75,0% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Segunda Série em Circulação, conforme aplicável, determinarem que o Agente Fiduciário não



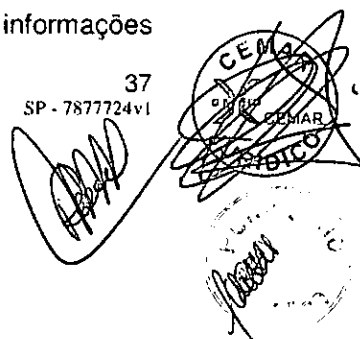
declare o vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, o Agente Fiduciário não declarará o vencimento antecipado de tais Debêntures.

6.4. Em caso de vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série (conforme aplicável), com o seu consequente cancelamento, obrigando-se aos pagamentos previstos no item 6.1. acima, além dos demais encargos devidos nos termos desta Escritura, em até 10 (dez) Dias Úteis contados da declaração do vencimento antecipado pelo Agente Fiduciário.

CLÁUSULA VII **OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**

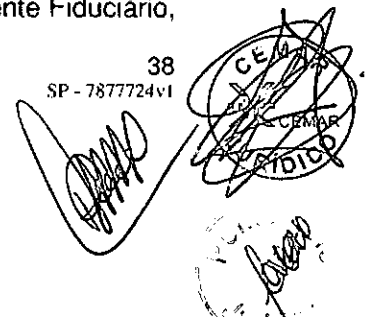
7.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, a Emissora, obriga-se, ainda a:

- (a) fornecer ao Agente Fiduciário:
 - (i) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes. As informações referidas neste inciso deverão ser acompanhadas de: (a) relatório demonstrando a apuração dos Índices e Limites Financeiros, explicitando as rubricas necessárias à sua apuração sob pena de impossibilidade de verificação e conferência pelo Agente Fiduciário; e (b) declaração do Diretor de Relações com Investidores da Emissora, atestando a correção, veracidade e suficiência dos cálculos dos Índices e Limites Financeiros do relatório referido na alínea (a) acima, bem como o cumprimento pela Emissora das disposições constantes desta Escritura;
 - (ii) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre, cópia de suas demonstrações relativas ao respectivo trimestre, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, além do relatório demonstrando a apuração dos Índices e Limites Financeiros, incluindo, mas não se limitando, do EBITDA Regulatório, explicitando, inclusive, as rubricas necessárias à sua apuração, sob pena de impossibilidade de verificação e conferência pelo Agente Fiduciário. As informações



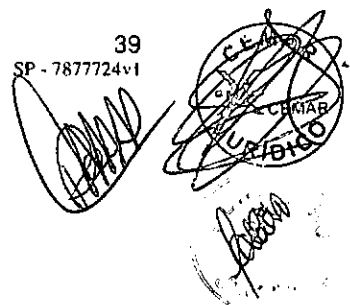
referidas neste inciso deverão ser acompanhadas de declaração do Diretor de Relações com Investidores da Emissora, atestando a correção, veracidade e suficiência dos cálculos dos Índices e Limites Financeiros mencionados no relatório, incluindo, mas não se limitando, do EBITDA Regulatório, bem como o cumprimento pela Emissora das disposições constantes desta Escritura, sob pena de impossibilidade de verificação e conferência pelo Agente Fiduciário;

- (iii) cópias das informações periódicas e eventuais previstas na Instrução CVM n.º 480, de 7 dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 480"), ou normativo que venha a substituí-la, com a mesma periodicidade prevista para o envio dessas informações à CVM;
 - (iv) os avisos aos Debenturistas, fatos relevantes e atas de assembléias que de alguma forma envolvam os interesses dos Debenturistas em até 5 (cinco) Dias Úteis após as respectivas publicações;
 - (v) em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento de solicitação, qualquer informação relevante para as Debêntures que lhe venha a ser solicitada, de maneira razoável, por escrito, pelo Agente Fiduciário;
 - (vi) informações a respeito da ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado referidas na Cláusula VI, em até 2 (dois) Dias Úteis após a sua ocorrência; e
 - (vii) cópia de qualquer comunicação enviada pela ANEEL à Emissora relativa à uma possível causa de término ou resolução de sua concessão em até 5 Dias Úteis após o seu recebimento pela Emissora.
- (b) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
 - (c) manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, nos termos das Instruções da CVM aplicáveis;
 - (d) estruturar e manter em adequado funcionamento o atendimentos aos Debenturistas;
 - (e) manter contratados, durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário, o Agente Escriturador, o Agente Fiduciário,

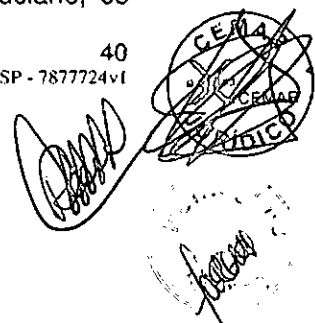


a agência de classificação de risco (*rating*) e o sistema de negociação no mercado secundário SND;

- (f) manter válidos e regulares todos os principais alvarás, concessões, licenças, autorizações ou aprovações necessários ao regular funcionamento da Emissora, efetuando todo e qualquer pagamento necessário para tanto;
- (g) proceder à publicação tempestiva das demonstrações financeiras e dos demais documentos conforme exigido pela legislação aplicável;
- (h) manter atualizados e em ordem os livros e registros societários;
- (i) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis adotadas na República Federativa do Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário, tenham acesso irrestrito, em base razoável: (i) a todo e qualquer relatório do auditor independente entregue à Emissora referente as suas demonstrações financeiras; e (ii) aos livros e aos demais registros contábeis da Emissora;
- (j) cumprir todas as determinações emanadas da CVM e/ou da CETIP, inclusive mediante envio de documentos, prestando ainda as informações que lhe forem solicitadas;
- (k) notificar em até 1 (um) Dia Útil o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora ou de suas subsidiárias que impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures;
- (l) manter seus bens e ativos segurados, conforme práticas correntes no segmento em que atua;
- (m) estruturar e manter em adequado funcionamento um departamento para atender aos Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (n) não praticar qualquer ato em desacordo com o estatuto social e com esta Escritura, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares das Debêntures;



- (o) cumprir todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (p) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (q) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a ocorrência do evento;
- (r) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitada;
- (s) conservar e preservar todos os seus bens (tangíveis e intangíveis), necessários para a devida condução de suas atividades, em boa ordem e condição de funcionamento, excetuando-se pelo uso e desgaste normais desses bens;
- (t) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura, no que for aplicável;
- (u) preparar e divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer de auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- (v) manter os documentos mencionados na alínea (u) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- (w) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no que se refere a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (x) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer "Fato Relevante", conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, e comunicar a ocorrência de tal Fato Relevante em até 3 (três) Dias Úteis aos Coordenadores e ao Agente Fiduciário; e
- (y) informar e enviar o organograma, os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme previsto na Instrução CVM nº 28/83, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os



quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do mesmo na CVM. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social.

CLÁUSULA VIII AGENTE FIDUCIÁRIO

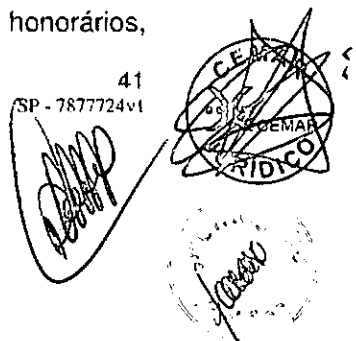
8.1. Nomeação

8.1.1. A Emissora constitui e nomeia o Agente Fiduciário dos Debenturistas desta Emissão, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, acima identificada, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures.

8.2. Remuneração

8.2.1. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- (a) remuneração anual de R\$4.000,00 (quatro mil reais), devida pela Emissora, sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) dia útil após a data da assinatura desta Escritura e as demais parcelas no mesmo dia dos anos subsequentes;
- (b) a remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos da alínea "a" acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da 1ª (primeira), até as datas de pagamento de cada parcela subsequente calculada pro rata die se necessário;
- (c) à remuneração devida pela Emissora em decorrência da prestação dos serviços do Agente Fiduciário de que trata a alínea "a" acima, serão acrescidos dos seguintes tributos: (i) ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza); (ii) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), (iii) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); (iv) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); e (v) quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre referidos honorários,



excetuando-se o IR (Imposto sobre a Renda) nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento;

- (d) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração ora proposta, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*;
- (e) a remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;
- (f) as despesas incorridas pelo Agente Fiduciário no exercício de suas funções terão o tratamento previsto no item 8.6 abaixo.

8.3. Substituição

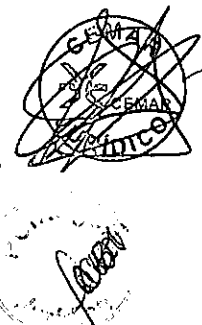
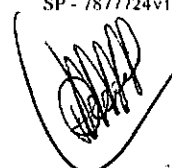
8.3.1. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, AGD para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo de 30 (trinta) dias acima citado, caberá à Emissora efetuar-lá, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

8.3.2. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma já prevista na presente Escritura, salvo se outra for negociada com a Emissora, sendo por esta aceita por escrito, prévia e expressamente, conforme disposto no item 8.3.6 abaixo.

8.3.3. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas e à Emissora, pedindo sua substituição.

8.3.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim, observados os itens 8.3.2 e 9.4.1. desta Escritura.

42
SP - 7877724v1



8.3.5. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, e eventuais normas posteriores.

8.3.6. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser arquivada na JUCEMA.

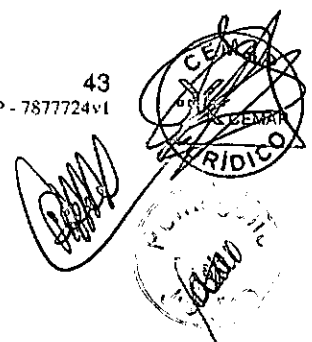
8.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura ou, no caso de agente fiduciário substituto, no dia da celebração do correspondente aditamento à Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição ou até a Data de Vencimento das Debêntures.

8.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

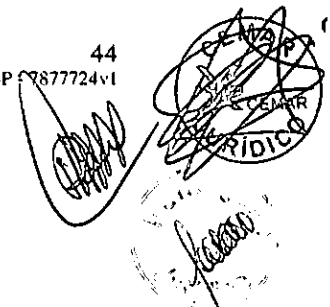
8.4. Deveres

8.4.1. Além de outros previstos em lei, ato normativo da CVM, ou na presente Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

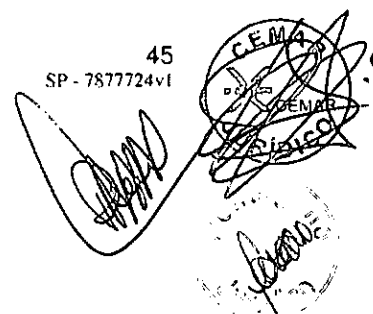
- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função, o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará à administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;



- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos, das distribuidoras cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária da Emissora;
- (j) convocar, quando necessário, a AGD mediante anúncio publicado, por 3 (três) vezes, nos veículos de comunicação referidos no item 5.9.1 desta Escritura, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;
- (k) comparecer à AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (l) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea 'b' do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (1.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora e que não tenham sido corrigidas ou supridas após notificação do Agente Fiduciário nesse sentido, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (1.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (1.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (1.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;



- (1.5) aquisição facultativa e pagamento de remuneração das Debêntures realizados no período;
 - (1.6) acompanhamento da destinação de recursos captados por meio desta Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;
 - (1.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
 - (1.8) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
 - (1.9) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento de juros das Debêntures realizado no período, conforme aplicável, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (1.10) relação de bens e valores entregues à sua administração; e
 - (1.11) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: (i) denominação da companhia ofertante; (ii) valor da emissão; (iii) quantidade de debêntures emitidas; (iv) espécie; (v) prazo de vencimento das debêntures; (vi) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e (vii) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período;
- (m) colocar à disposição o relatório de que trata o inciso "I" acima aos Debenturistas, no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, aos menos nos seguintes locais:
- (m.1) na sede da Emissora;
 - (m.2) em seu escritório;
 - (m.3) na CVM;
 - (m.4) na CETIP; e

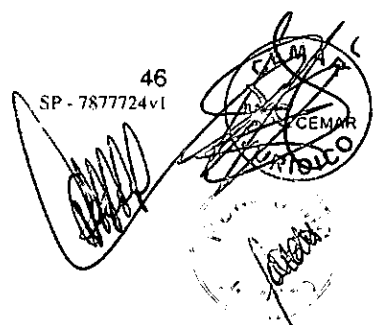


(m.5) no endereço dos Coordenadores.

- (n) publicar, na forma prevista no item 5.9.1 desta Escritura, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no inciso "m" acima;
- (o) manter atualizada a relação dos Debenturistas, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, o Banco Mandatário e Escriturador e/ou a CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Banco Mandatário, Escriturador e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas, nos termos e nos limites previstos nesta Escritura;
- (p) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e não fazer;
- (q) sem prejuízo do disposto na Cláusula VI acima, notificar os Debenturistas, por edital, nos termos do item 5.9.1 acima, (i) no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, a contar de sua ciência, na hipótese de descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, nos termos da alínea "a" do item 6.1. acima; e (ii) no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar de sua ciência, na hipótese de qualquer outro inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM;
- (r) verificar o cumprimento pela Emissora da obrigação prevista no inciso "e" do item 7.1. acima;
- (s) convocar, quando necessário, a AGD;
- (t) divulgar as informações referidas no item (1.11) do inciso "l" acima em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento; e
- (u) disponibilizar o Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser calculado pela Emissora aos Debenturistas e aos participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou de seu *website*.

8.5. Atribuições Específicas

46
SP - 7877724v1



The block contains a handwritten signature and a circular stamp. The stamp has the word 'CEMAR' in the center, with 'SAC' and 'SERVIDOR' around it. There is also a date stamp '12/01/2001' and a signature 'F. -'.

8.5.1. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures, observadas as condições desta Escritura, e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) requerer a falência da Emissora;
- (c) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (d) se for o caso, representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

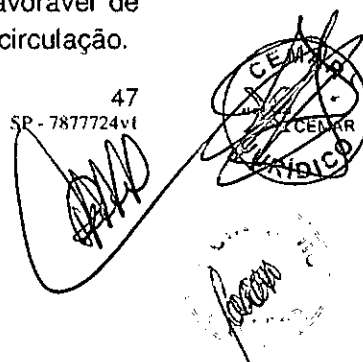
8.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a" a "c" acima se, convocada a AGD, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação. No caso da alínea "d", acima, porém, bastará a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação presentes à respectiva assembléia que deliberar sobre o tema.

8.5.3. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário e de suas demais obrigações legais e regulamentares, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

8.5.4. O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações desta Escritura e dos demais documentos da operação.

8.5.5. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral, com voto favorável de Debenturistas titulares de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.

47
SP - 7877724v1



The block contains a large handwritten signature, a circular stamp with the text "CEMAR FIDUCIÁRIO" and a signature inside, and another circular stamp at the bottom right with the word "PROMISSÃO" and a signature.

8.5.6. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução nº 28 da CVM, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

8.6. Despesas

8.6.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

8.6.2. O ressarcimento a que se refere este item será efetuado, em até 10 (dez) Dias Úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

8.6.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, desde que relacionadas à solução da inadimplência aqui referida, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar a garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

8.6.3.1. Excluem-se das obrigações de antecipação de recursos estipuladas no item 8.6.3 acima, os Debenturistas impedidos por lei a fazê-lo, devendo os demais Debenturistas ratear as despesas relativas à sua participação no total das Debêntures em

Circulação, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos Debenturistas que efetuaram o rateio em proporção superior à sua participação das Debêntures em Circulação quando de eventual recebimento de recursos por aqueles Debenturistas que estavam impedidos de ratear as despesas relativas à sua participação no total das Debêntures em Circulação.

8.6.4. As despesas a que se refere este item, compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração da certidões;
- (c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens e alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções;
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

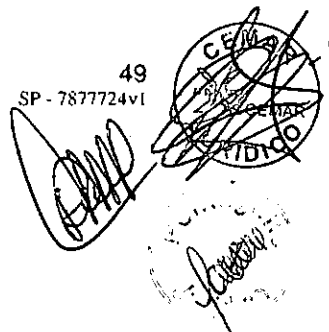
CLÁUSULA IX **ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

9.1. Convocação

9.1.1. Os Debenturistas da Primeira Série e os Debenturistas da Segunda Série poderão, a qualquer tempo, reunir-se em AGD, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas da Primeira Série ou dos Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso.

9.1.2. As AGDs da Primeira Série e as AGDs da Segunda Série poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por titulares de Debêntures da Primeira Série que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação, ou por titulares das Debêntures da Segunda Série que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures da Segunda Série em Circulação, conforme o caso, ou pela CVM.

9.1.3. Aplicar-se-á à AGD, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, a respeito das assembleias gerais de acionistas, inclusive no que se refere à publicação de edital por 03 (três) dias consecutivos.



9.1.4. As AGD serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. A AGD em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da assembléia em primeira convocação.

9.1.5. Independentemente das formalidades previstas na Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura serão consideradas regulares as deliberações tomadas pelos Debenturistas da respectiva série em AGD a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação da respectiva série.

9.1.6. As deliberações tomadas pelos Debenturistas da respectiva série em AGD da respectiva série, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures daquela série em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia ou do voto proferido nas respectivas AGD.

9.2. Quorum de Instalação

9.2.1. As AGD da Primeira Série e as AGD da Segunda Série, conforme o caso, instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures da Primeira Série em Circulação ou metade das Debêntures da Segunda Série em Circulação, conforme o caso, e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

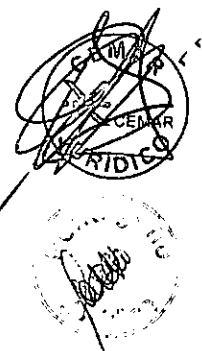
9.2.2. Para efeito da constituição do quorum de instalação e/ou deliberação a que se refere esta Cláusula IX, serão consideradas "Debêntures da Primeira Série em Circulação" ou "Debêntures da Segunda Série em Circulação" (conjuntamente, as "Debêntures em Circulação") todas as Debêntures da Primeira Série ou Debêntures da Segunda Série, respectivamente, em circulação no mercado, excluídas as Debêntures da Primeira Série ou Debêntures da Segunda Série, respectivamente, que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores ou de qualquer de suas controladas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuges. Para efeitos de quorum de deliberação, não serão computados, ainda, os votos em branco.

9.3. Mesa Diretora

9.3.1. A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou aquele que for designado pela CVM.

9.4. Quorum de Deliberação

50
SP-7877724v1



9.4.1. Nas deliberações da AGD, a cada "Debênture em circulação" caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Observado o disposto neste item, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão, bem como a substituição do Agente Fiduciário, deverão ser aprovadas por Debenturistas da Primeira Série ou Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures da Primeira Série em circulação ou das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso, exceto se quorum maior estiver previsto nesta Escritura, observado que (i) as alterações nas condições de vencimento antecipado não automático (ou seja, item 6.2 desta Escritura), alteração referentes à forma, ao resgate e à espécie das Debêntures, bem como os encargos aplicáveis às Debêntures e a periodicidade de pagamento de juros remuneratórios das Debêntures, deverão contar com a aprovação de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Primeira Série em circulação ou das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso; (ii) alterações na Remuneração e/ou Prazos e condições de Vencimento, Repactuação ou Amortização das Debêntures, bem como nas condições de vencimento antecipado automático (ou seja, item 6.1 desta Escritura) e/ou dispositivos sobre quorum previstos nesta Escritura, deverão contar com aprovação de Debenturistas da Primeira Série ou Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, representando 100% (cem por cento) das Debêntures da Primeira Série em circulação ou das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso.

CLÁUSULA X DECLARAÇÕES E GARANTIAS

10.1. O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora:

- (a) sob as penas da lei, não ter nenhum impedimento legal, conforme parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28") ou, em caso de alteração, a que vier substituí-las, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (c) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (d) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (e) estar ciente da regulamentação aplicável, emanada do Banco Central do Brasil, da CVM e outras autoridades competentes;

51
SP - 7877724v1

A handwritten signature is written over a circular stamp. The stamp contains the text "AGENTE FIDUCIÁRIO" and "SR - 7877724v1". There is also a smaller, partially legible stamp below it.




- (f) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (g) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (h) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e eficaz do Agente Fiduciário, exeqüível de acordo com seus termos e condições;
- (i) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem nenhuma obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (j) que a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura tem poderes bastantes para tanto;
- (k) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (l) que verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivessem conhecimento; e
- (m) não exerce a função de agente fiduciário em outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, da Emissora, de sociedade coligada, controlada, controladora e/ou integrante do mesmo grupo da Emissora.

10.1.1. O Agente Fiduciário responde perante os Debenturistas pelos prejuízos que lhes causar por culpa ou dolo no exercício de suas funções.

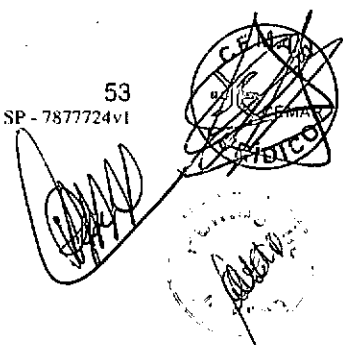
10.2. A Emissora, neste ato declara e garante:

- (a) não ter nenhuma ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (b) que é uma sociedade por ações de capital aberto devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras;

52
SP - 7877724v1

- (c) que as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm legitimidade e poderes bastante para tanto;
- (d) que todas as autorizações societárias e consentimentos necessários à celebração desta Escritura e ao cumprimento de todas as obrigações assumidas nesta Escritura foram obtidas e encontram-se válidas e eficazes para a concretização da operação;
- (e) que a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (f) a Emissora está devidamente autorizada e obteve todas as licenças, registros e autorizações, necessários à celebração, formalização e cumprimento, conforme o caso, desta Escritura, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto. Diante da inexistência de garantias ofertadas aos títulos ora ofertados e em face das alterações introduzidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico pela ANEEL, através do Despacho nº 1.618, de 23.04.2008, a Companhia entende não haver mais a obrigação legal de obter anuência prévia do referido agente regulador;
- (g) a celebração desta Escritura, a Oferta Restrita e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem o estatuto social da Emissora, ou qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora e/ou qualquer de suas controladas diretas ou indiretas seja parte, nem resultarão (i) em vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (ii) na rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; ou (iii) na criação de qualquer ônus ou gravame, judicial ou extrajudicial, sobre qualquer ativo da Emissora; (iv) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que a Emissora e/ou qualquer de seus ativos esteja sujeito; e (v) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral, que afete a Emissora e/ou quaisquer de seus ativos;
- (h) que os termos desta Escritura não contrariam (a) qualquer contrato no qual a Emissora seja parte ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados; (b) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;

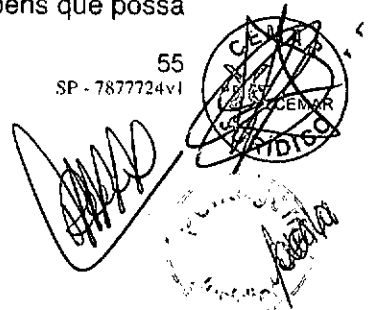


- (i) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e eficaz da Emissora, exeqüível de acordo com seus termos e condições, uma vez que foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade da Emissora;
- (j) Emissora e suas controladas diretas ou indiretas têm todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas respectivas atividades, estando todas elas válidas, exceto na medida em que a falta de tais autorizações e licenças não possa resultar em um efeito adverso relevante na Emissora;
- (k) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura, nesta data;
- (l) as informações prestadas por ocasião do registro das Debêntures na CETIP e fornecidas ao mercado durante a distribuição das Debêntures são verdadeiras, consistentes e suficientes;
- (m) as declarações, informações e fatos descritos no material de divulgação da Oferta Restrita ("Material de Divulgação") são verdadeiros, consistentes, suficientes e corretos nas suas respectivas datas;
- (n) não tem conhecimento da existência de nenhuma ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora e/ou às suas controladas diretas ou indiretas, consideradas de forma consolidada, além daqueles mencionados nas suas demonstrações financeiras, informações trimestrais e no seu Formulário de Referência;
- (o) não omitiu ou omitirá qualquer fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa das suas situações econômico-financeiras ou jurídica em prejuízo dos Debenturistas;
- (p) o Formulário de Referência da Emissora contém e conterà, durante todo o período da Oferta Restrita, todas as informações atualizadas relevantes em relação à Emissora no contexto da presente Emissão e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas e direitos em relação às Debêntures, e não conterà declarações falsas ou omissões de fatos



relevantes, sendo que as informações, fatos e declarações que constarão do Formulário de Referência em relação à Emissora serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes

- (q) as opiniões, análises e previsões (se houver), relativas à Emissora, expressas no Material de Divulgação, foram dadas de forma correta e de boa-fé, sendo expressas após consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- (r) não há outros fatos relevantes em relação à Emissora e/ou a qualquer controlada que não tenham sido divulgados no Formulário de Referência e/ou nas demonstrações financeiras da Emissora, cuja omissão faça com que qualquer declaração do Formulário de Referência seja falsa, inconsistente, imprecisa, incompleta, incorreta e/ou insuficiente;
- (s) não há outros fatos com relação à Emissora ou às Debêntures cuja omissão, no contexto da Oferta Restrita, faça com que alguma declaração do Material de Divulgação seja incompleta, inconsistente, insuficiente, incorreta ou inverídica;
- (t) suas demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009 e aos períodos de 3 (três) meses encerrados em 31 de março de 2012 apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora nas aludidas datas e os resultados operacionais da Emissora referentes aos períodos encerrados em tais datas. Tais informações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum impacto adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a capacidade da Emissora de honrar suas obrigações perante os Debenturistas, e não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Emissora; e
- (u) não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais relevantes pendentes e não divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras da Emissora, nos quais a Emissora seja parte ou aos quais os seus bens estejam sujeitos cujo resultado adverso possa comprometer a capacidade da Emissora de honrar as suas obrigações financeiras e a Emissora não tem conhecimento de nenhum processo iminente a ser contra ela ajuizado ou com relação a qualquer um de seus bens que possa



afetá-la de forma relevante em sua capacidade de honrar as suas obrigações financeiras.

10.2.1. A Emissora se compromete a notificar o Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis da data em que sua Diretoria tomar conhecimento do fato, caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornarem-se inverídicas, substancialmente imprecisas ou incompletas.

CLÁUSULA XI DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Renúncia

11.1.1. Não se presume a renúncia a quaisquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.2. Custos de Registro

11.2.1. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados à esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

11.3. Comunicações

11.3.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer uma das partes, nos termos desta Escritura, deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

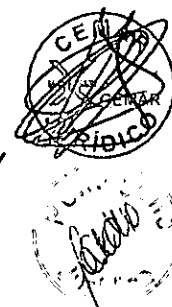
Para Emissora

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR
Alameda A, Quadra SQS, n.º 100
Loteamento Quitandinha, Altos do Calhau
CEP: 65.070-636 - São Luís, MA
At. Sr. Leonardo da Silva Lucas T. de Lima
Telefone: (98) 3217-2123
Fax: (98) 3235-7161
E-mail: leonardo.lucas@ceamar-ma.com.br

Para o Agente

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

56
SP - 7877724v1



Fiduciário

Avenida das Américas, n.º 4.200, Bloco 04, sala 514
CEP: 22.640-102 – Rio de Janeiro, RJ
At. Sr. Marco Aurélio Ferreira (backoffice) / Srtª Nathalia Machado
(jurídico)
Telefone: (21) 3385-4565
Fax: (21) 3385-4046
E-mail: backoffice@pentagonotrustee.com.br /
juridico@pentagonotrustee.com.br

Para o Banco
Mandatário

Itaú Unibanco S.A.
Avenida. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, n.º 707 - 10º
andar - Lado Laranja - Torre Eudoro Villela
CEP: 04309-010 – São Paulo, SP
At. Sra. Claudia Vasconcellos
Telefone: (11) 5029-1910
Fax: (11) 5029-1920
E-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

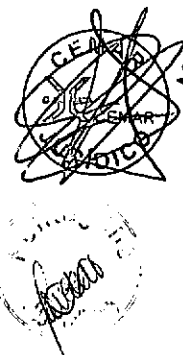
Para o Agente
Escriturador

Itaú Corretora de Valores S.A.
Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, n.º 707 - 10º
andar - Lado Laranja - Torre Eudoro Villela
CEP: 04309-010 – São Paulo, SP
At. Sra. Claudia Vasconcellos
Telefone: (11) 5029-1910
Fax: (11) 5029-1920
E-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

Para a CETIP

CETIP S.A. – Mercados Organizados
Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1.663, 4º andar
CEP: 01452-001 São Paulo SP
At. Sr. Fábio Benites
Dpto: Gerência de Valores Mobiliários
Telefone: (11) 3111-1596
Fax: (11) 3111-1564
E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

11.3.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo Correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu efetivo recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.



11.3.3. A mudança de qualquer um dos endereços acima deverá ser comunicada, de imediato, a todas as partes pelo Agente Fiduciário ou pela Emissora.

11.4. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

11.4.1. Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

11.5. Efeito Vinculante

11.5.1. Esta escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.

11.6. Independência das disposições

11.6.1. A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer cláusulas desta Escritura não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura, as partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura, de termos e condições válidos que reflitam, tanto quanto possível, os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção, o objetivo e o equilíbrio entre as partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

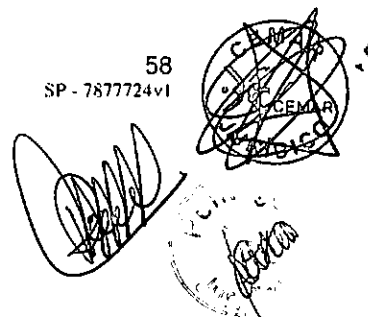
11.7. Lei Aplicável

11.7.1. Esta Escritura é regida pelas leis da República Federativa do Brasil.

11.8. Foro

11.8.1. Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir as questões oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

58
SP - 7877724v1



The block contains a handwritten signature and a circular stamp. The stamp is from CEMAR, with the text 'CEMAR' and 'CARTÃO DE REGISTRO' visible. There is also a smaller, less legible stamp below it.

E, por estar assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

P---

59
SP - 7877724v1



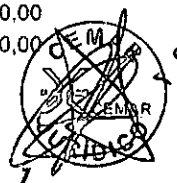




**ANEXO I À ESCRITURA PARTICULAR DA 4ª (QUARTA) EMISSÃO PÚBLICA DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, DA COMPANHIA ENERGÉTICA DO
MARANHÃO - CEMAR**

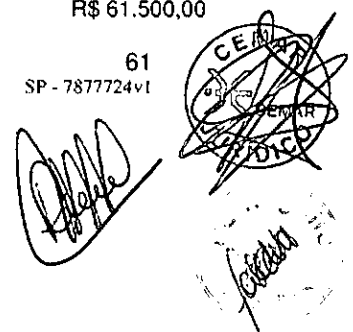
Descritivo de Arresto, Sequestro ou Penhora de Bens da Emissora

Órgão Judicial	Nº do Processo	Valor
4ª VARA FEDERAL, JUSTIÇA FEDERAL, SÃO LUIS	nº Proc : 72250-57.201.4.01.3700	R\$ 28.277.528,48
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, DOM PEDRO	nº Proc : 525/2006	R\$ 1.082.179,10
Jec - São Domingos do Maranhão	nº Proc : 3225/2006	R\$ 551.516,39
1ª VARA CÍVEL, FÓRUM, PEDREIRAS	nº Proc : 0000012-81.1995.8.10.0051	R\$ 536.988,58
8ª, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2009.015.768-4	R\$ 442.000,00
6ª, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 1328/2006	R\$ 426.000,00
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2008.008.882-2	R\$ 391.000,00
8ª Jec - São Luís	nº Proc : 92/2008	R\$ 389.000,00
2ª VARA DO TRABALHO, , SÃO LUIS	nº Proc : 1198/2006	R\$ 365.832,08
5ª, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 232/2008	R\$ 352.000,00
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2008.005.272-9	R\$ 349.232,41
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2009.013.774-2	R\$ 281.500,00
13ª, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 265/2009	R\$ 274.936,31
8ª VARA CÍVEL, FÓRUM, SÃO LUIS	nº Proc : 19649/2010 e 11848/2002	R\$ 268.370,88
1ª VARA DO TRABALHO, CHAPADINHA	nº Proc : 243/2005	R\$ 251.909,49
2ª, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 618/2008	R\$ 249.500,00
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2008.008.769-1	R\$ 243.000,00
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, TROMBUDO CENTRAL	nº Proc : 074.10.002158-5	R\$ 227.040,62
5ª, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 476/2006	R\$ 222.430,04
6ª, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 1724/2008	R\$ 213.900,00
4ª VARA DO TRABALHO, SÃO LUIS	nº Proc : 2384/2004	R\$ 210.007,18
7ª VARA CÍVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 1227/2009	R\$ 207.290,62
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2010.000.827-1	R\$ 204.500,00
8ª, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 388/2009	R\$ 194.125,22
2ª, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, IMPERATRIZ	nº Proc : 1929/2008	R\$ 191.320,43
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2011.003.917-5	R\$ 183.600,00
10ª Jec - São Luís	nº Proc : 1681/2006	R\$ 182.357,36
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2010.004.464-9	R\$ 179.000,00
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 1509/2005	R\$ 178.000,00
8ª, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2011.019.006-1	R\$ 173.400,00
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2010.040.823-2	R\$ 171.000,00
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2009.012.618-2	R\$ 168.500,00
4ª VARA CÍVEL, FÓRUM, BACABAL	nº Proc : 815/2002	R\$ 166.257,30
13ª, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 434/2009	R\$ 158.168,98
3ª VARA DO TRABALHO, JUSTIÇA DO TRABALHO, SÃO LUIS	nº Proc : 01228-2006-003-16-00-2	R\$ 156.634,18
11ª Jec - São Luís	nº Proc : 723/2006	R\$ 155.592,82
VARA ÚNICA, FÓRUM, MIRINZAL	nº Proc : 230/2007	R\$ 153.967,83
3ª VARA DO TRABALHO, JUSTIÇA DO TRABALHO, SÃO LUIS	nº Proc : 00516-2007-003-16-00-0	R\$ 151.122,95
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2010.045.550-6	R\$ 144.000,00
3ª Jec - São Luís	nº Proc : 1071/2007	R\$ 141.000,00

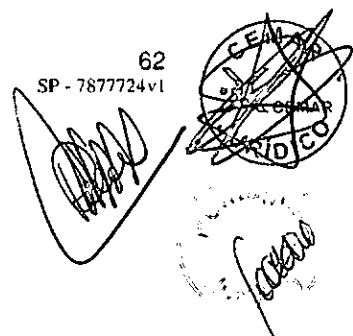


[Handwritten signatures and marks]

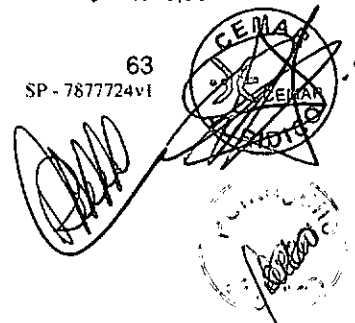
2º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 1533/2007	R\$ 132.800,00
12º Jec - São Luís	nº Proc : 49/2009	R\$ 130.133,77
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2009.001.734-0	R\$ 127.500,00
Jec - São Domingos do Maranhão	nº Proc : 926/2007	R\$ 127.493,88
10º Jec - São Luís	nº Proc : 237/2007	R\$ 122.892,02
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, POÇÃO DE PEDRAS	nº Proc : 06/2006	R\$ 121.400,00
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO		
12º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 291/2010	R\$ 120.420,00
6º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 1293/2009	R\$ 102.400,00
12º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 154/2009	R\$ 100.395,00
2ª Vara Cível - Bacabal	nº Proc : 1961/2009	R\$ 98.060,00
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, CAXIAS	nº Proc : 593/2002	R\$ 98.048,69
1ª VARA CÍVEL, FÓRUM, SÃO LUIS	nº Proc : 1509-40.2011.8.10.0029	R\$ 93.000,00
12º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 4027/2005	R\$ 92.069,48
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, POÇÃO DE PEDRAS	nº Proc : 2189/2009	R\$ 91.000,00
2ª VARA CÍVEL, PEDREIRAS	nº Proc : 280/2008	R\$ 89.033,89
VARA ÚNICA, COROATÁ	nº Proc : 1179/2007	R\$ 87.513,35
12º Jec - São Luís	nº Proc : 2709/2008	R\$ 87.399,94
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, PEDREIRAS	nº Proc : 255/2008	R\$ 86.383,49
8º Jec - São Luís	nº Proc : 1860/2006	R\$ 85.562,63
Jec - São José de Ribamar	nº Proc : 927/2008	R\$ 84.500,00
Jec - Maiobão	nº Proc : 002.2010.009.900-7	R\$ 82.269,63
12º Jec - São Luís	nº Proc : 1135/2006	R\$ 82.264,43
8º Jec - São Luís	nº Proc : 632/2008	R\$ 82.000,00
Jec - São José de Ribamar	nº Proc : 199/2009	R\$ 79.244,00
Jec - São José de Ribamar	nº Proc : 002.2009.001.145-9	R\$ 78.904,63
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2008.002.785-3	R\$ 78.000,00
Jec - Santa Rita	nº Proc : 002.2009.003.882-5	R\$ 77.600,00
1º Jec - Imperatriz	nº Proc : 380/2009	R\$ 74.500,00
8º Jec - São Luís	nº Proc : 479/2008	R\$ 74.400,00
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 677/2009	R\$ 73.836,37
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2009.000.421-5	R\$ 72.600,00
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2009.007.351-7	R\$ 72.200,00
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2010.008.698-8	R\$ 72.000,00
5ª VT - São Luís	nº Proc : 665/2007	R\$ 71.545,95
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2009.016.288-0	R\$ 71.500,00
3º Jec - São Luís	nº Proc : 1157/2008	R\$ 71.280,00
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2010.015.749-0	R\$ 70.502,00
1 VARA LAGO DA PEDRA	nº Proc : 1292/2009	R\$ 69.000,00
Jec - São José de Ribamar	nº Proc : 002.2009.001.297-8	R\$ 68.500,00
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2010.009.234-1	R\$ 68.400,00
5º Jec - São Luís	nº Proc : 1551/2008	R\$ 67.276,24
5º Jec - São Luís	nº Proc : 1026/2008	R\$ 66.839,56
Jec - Mirador	nº Proc : 374/2008	R\$ 66.400,00
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, CODÓ	nº Proc : 436/2010	R\$ 66.227,54
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2010.005.538-9	R\$ 65.000,00
2º Jec - Imperatriz	nº Proc : 624/2007	R\$ 63.050,00
7º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2010.048.471-4	R\$ 62.758,18
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2009.007.344-2	R\$ 62.000,00
12º Jec - São Luís	nº Proc : 637/2008	R\$ 61.600,00
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2009.008.738-4	R\$ 61.500,00



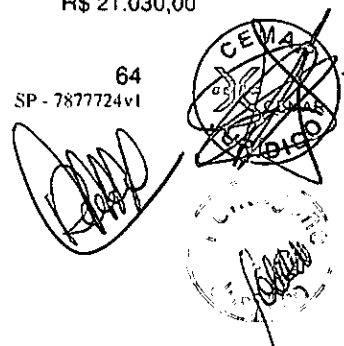
9º Jec - São Luís	nº Proc : 2031/2008	R\$ 60.695,44
7º , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2010.023.401-0	R\$ 60.600,00
Jec - Maiobão	nº Proc : 003.2010.001.520-9	R\$ 60.300,00
7º , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2009.006.590-3	R\$ 58.886,53
6º Jec - São Luís	nº Proc : 1876/2008	R\$ 58.800,00
VT - Pedreiras	nº Proc : 502/2007	R\$ 58.780,10
Jec - São José de Ribamar	nº Proc : 002.2010.005.534-8	R\$ 58.500,00
Jec - São José de Ribamar	nº Proc : 2228/2007	R\$ 57.500,00
Jec - São José de Ribamar	nº Proc : 002.2010.011.905-2	R\$ 57.000,00
6º Jec - São Luís	nº Proc : 633/2009	R\$ 57.000,00
6º Jec - São Luís	nº Proc : 327/2007	R\$ 55.560,00
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2009.008.859-8	R\$ 55.044,97
1ª Vara - Viana	nº Proc : 95/2003	R\$ 53.878,90
2º , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 864/2009	R\$ 51.400,00
11º Jec - São Luís	nº Proc : 001.2007.000.178-7	R\$ 51.200,00
Jec - Raposa	nº Proc : 54/2008	R\$ 51.000,00
12º , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2009.012.537-6	R\$ 50.600,00
7º , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2010.039.580-3	R\$ 50.540,78
VARA DO TRABALHO, JUSTIÇA DO TRABALHO, TIMON	nº Proc : 00203-2010-019-16-00-3	R\$ 50.000,00
2ª VARA CÍVEL, , PEDREIRAS	nº Proc : 484/2006	R\$ 49.353,06
8º Jec - São Luís	nº Proc : 1704/2007	R\$ 49.314,88
13º , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 110/2009	R\$ 48.937,32
7º Jec - São Luís	nº Proc : 396/2007	R\$ 48.703,92
1º Jec - Imperatriz	nº Proc : 311/2008	R\$ 48.000,00
2º Jec - São Luís	nº Proc : 932/2009	R\$ 46.925,70
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2009.014.563-8	R\$ 46.440,00
10º , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2009.006.069-8	R\$ 46.122,57
12º Jec - São Luís	nº Proc : 1226/2009	R\$ 46.000,00
2ª VARA CÍVEL, FÓRUM, CAXIAS	nº Proc : 2813-11.2010.8.10.0029	R\$ 45.422,87
Jec - São Bento	nº Proc : 115/2002	R\$ 45.239,00
Jec - São José de Ribamar	nº Proc : 002.2008.002.813-3	R\$ 45.000,00
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, COLINAS	nº Proc : 292/2010	R\$ 44.800,00
2º Jec - São Luís	nº Proc : 502/2009	R\$ 44.289,66
JEC VIANA	nº Proc : 88/2008	R\$ 43.881,88
VARA CÍVEL, FÓRUM, ROSÁRIO	nº Proc : 004/2009	R\$ 43.600,00
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, AÇAILÂNDIA	nº Proc : 147/2009 (672/2009)	R\$ 43.500,00
2º Jec - São Luís	nº Proc : 812/2009	R\$ 43.200,00
3º Jec - São Luís	nº Proc : 6536/2004	R\$ 42.150,00
12º Jec - São Luís	nº Proc : 2060/2009	R\$ 42.000,00
7º Jec - São Luís	nº Proc : 001.2009.005.207-5	R\$ 41.800,00
6ª VARA CÍVEL, FÓRUM, SÃO LUIS	nº Proc : 18181/2007	R\$ 41.355,39
7º , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 1766/2007	R\$ 41.285,51
Jec -Cedral	nº Proc : 9000039-86.2007.	R\$ 40.800,00
12º , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2010.028.391-8	R\$ 40.400,00
Jec - São Domingos do Maranhão	nº Proc : 641/2006 - 785/2007	R\$ 40.104,24
Jec - Maiobão	nº Proc : 737/2005	R\$ 39.848,00
2º Jec - São Luís	nº Proc : 1685/2009	R\$ 39.169,01
Jec - Poção de Pedra	nº Proc : 50/2005	R\$ 37.500,00
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, VIANA	nº Proc : 89/2010	R\$ 37.046,15
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2011.026.468-2	R\$ 37.000,00



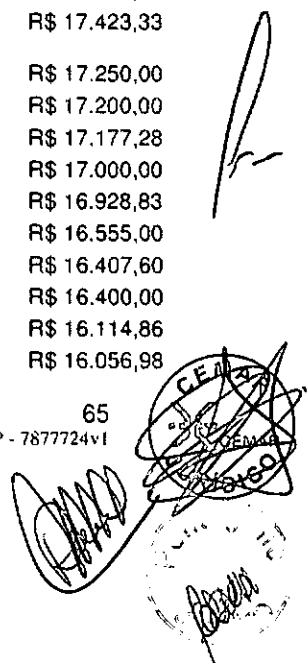
Jec - Tuntum	nº Proc : 791/2008	R\$ 36.562,37
Jec - São José de Ribamar	nº Proc : 002.2008.007.953-2	R\$ 36.000,00
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2010.009.390-1	R\$ 36.000,00
Jec - São José de Ribamar	nº Proc : 002.2010.019.305-7	R\$ 36.000,00
7º Jec - São Luís	nº Proc : 1894/2005	R\$ 35.600,00
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2009.012.013-6	R\$ 35.500,00
1ª COMARCA DE CAXIAS	nº Proc : 2091-79.2007.8.10.0029	R\$ 35.484,80
7º Jec - São Luís	nº Proc : 341/2007	R\$ 35.400,00
Jec - Igarapé Grande	nº Proc : 1332/2008	R\$ 35.400,00
8º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2010.025.308-5	R\$ 34.933,34
Jec - Maiobão	nº Proc : 646/2009	R\$ 34.858,75
4º Jec - São Luís	nº Proc : 001.2010.003.473-3	R\$ 34.500,00
8º Jec - São Luís	nº Proc : 499/2009	R\$ 34.264,11
2º Jec - São Luís	nº Proc : 644/2009	R\$ 34.150,00
Jec - São José de Ribamar	nº Proc : 172/2006	R\$ 34.000,00
12º Jec - São Luís	nº Proc : 1270/2009	R\$ 33.800,00
Jec - Maiobão	nº Proc : 003.2010.022.880-2	R\$ 33.400,00
8º Jec - São Luís	nº Proc : 1323/2006	R\$ 33.159,90
Jec - Maiobão	nº Proc : 419/2008	R\$ 32.800,00
7º Jec - São Luís	nº Proc : 518/2007	R\$ 32.721,15
Jec - Maiobão	nº Proc : 263/2008	R\$ 32.600,00
Jec - São José de Ribamar	nº Proc : 002.2009.012.218-1	R\$ 32.222,13
8º Jec - São Luís	nº Proc : 437/2009	R\$ 32.000,00
2ª Vara - Caxias	nº Proc : 1506-56.2009.8.10.0029	R\$ 31.362,74
5º Jec - São Luís	nº Proc : 671/2009	R\$ 31.350,00
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2010.033.595-5	R\$ 30.750,00
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2009.003.977-3	R\$ 30.731,05
3ª VARA CIVEL, FÓRUM, SÃO LUIS	nº Proc : 20704/2009	R\$ 30.591,51
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2009.004.238-9	R\$ 30.500,00
Jec - São Luiz Gonzaga do MA	nº Proc : 138/2008	R\$ 30.500,00
4ª, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2010.021.153-9	R\$ 30.400,00
2º Jec - São Luís	nº Proc : 1609/2009	R\$ 30.176,01
Jec - São José de Ribamar	nº Proc : 002.2008.002.978-4	R\$ 30.000,00
6ª Vara Cível - São Luís	nº Proc : 18520/2008	R\$ 30.000,00
12º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2010.034.909-9	R\$ 29.600,00
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SANTA RITA	nº Proc : 36/2011	R\$ 29.331,56
2º Jec - São Luís	nº Proc : 836/2009	R\$ 29.246,78
8º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 1640/2009	R\$ 29.159,73
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, LAGO DA PEDRA	nº Proc : 1283/2010	R\$ 29.000,00
1ª Jec - Imperatriz	nº Proc : 2106/2007	R\$ 29.000,00
7º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 2441/2007	R\$ 28.800,00
12º Jec - São Luís	nº Proc : 907/2008	R\$ 28.800,00
VT - Estreito	nº Proc : 00281/2006	R\$ 28.784,58
19ª VARA CIVEL, FÓRUM, Curitiba	nº Proc : 7909-89.2011.8.16.0001	R\$ 28.768,67
8º Jec - São Luís	nº Proc : 644/2008	R\$ 28.500,00
10º Jec - São Luís	nº Proc : 001.2009.006.726-3	R\$ 28.400,00
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2008.008.885-5	R\$ 28.303,49
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SANTA RITA	nº Proc : 035/2011	R\$ 28.000,00
2º Jec - Imperatriz	nº Proc : 362/2009	R\$ 28.000,00
VARA ÚNICA DE PASSAGEM FRANCA	nº Proc : 23/2008	R\$ 27.820,59



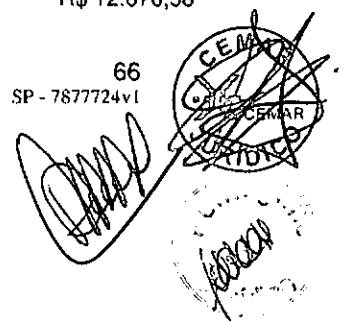
1 VARA DE COLINAS	nº Proc : 61/2004	R\$ 27.780,54
2º Jec - Imperatriz	nº Proc : 777/2009	R\$ 27.588,87
5º Jec - São Luís	nº Proc : 1327/2009	R\$ 27.535,20
VT - Barra do Corda	nº Proc : 201/2007	R\$ 27.520,97
12º Jec - São Luís	nº Proc : 898/2009	R\$ 27.486,34
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, PAÇO DO LUMIAR	nº Proc : 341/2009	R\$ 27.157,33
Jec - São José de Ribamar	nº Proc : 002.2009.011.514-4	R\$ 27.081,05
5ª Vara Cível - São Luís	nº Proc : 11965/1999	R\$ 27.032,72
9ª VARA CÍVEL, FÓRUM, SÃO LUIS	nº Proc : 13246/2007	R\$ 26.968,17
6º Jec - São Luís	nº Proc : 850/2009	R\$ 26.363,70
1º, JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, IMPERATRIZ	nº Proc : 010.2010.029.493-2	R\$ 25.919,40
2º, JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2011.020.804-6	R\$ 25.274,84
4º, JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2009.018.801-0	R\$ 25.224,27
4º, JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2010.040.879-4	R\$ 25.000,00
12º, JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 1779/2009	R\$ 25.000,00
COMARCA DE BACURI	nº Proc : 350/2010	R\$ 25.000,00
VARA ÚNICA, GOVERNADOR EUGÊNIO BARROS	nº Proc : 396/2008	R\$ 24.935,38
1ª Vara - Bacabal	nº Proc : 1685/2005	R\$ 24.889,50
12º, JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2010.015.814-4	R\$ 24.720,00
4º Jec - São Luís	nº Proc : 291/2007	R\$ 24.450,00
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2011.008.695-2	R\$ 24.400,00
2º, JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 1357/2009	R\$ 24.193,86
6ª VT - São Luís	nº Proc : 1014/2006	R\$ 24.184,11
2º Jec - São Luís	nº Proc : 2483/2007	R\$ 24.119,50
12º Jec - São Luís	nº Proc : 1139/2009	R\$ 24.081,22
4º, JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2011.000.071-6	R\$ 23.993,62
Jec - Santa Luzia	nº Proc : 532/2008	R\$ 23.391,92
7ª Jec - São Luís	nº Proc : 001.2009.005.183-8	R\$ 23.291,86
Jec - Coroatá	nº Proc : 2104/2008	R\$ 23.261,44
2ª VARA CÍVEL, FÓRUM, SÃO LUIS	nº Proc : 16673/2001	R\$ 23.183,79
5ª Vara Cível - São Luís	nº Proc : 11965/1999	R\$ 23.120,19
Jec - São José de Ribamar	nº Proc : 282/2007	R\$ 23.083,63
7ª Jec - São Luís	nº Proc : 889/2006	R\$ 23.071,91
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, ITAPECURU MIRIM	nº Proc : 531/2010	R\$ 22.961,43
2ª Vara - Pedreiras	nº Proc : 107/2004	R\$ 22.918,18
5º, JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2009.019.531-2	R\$ 22.800,00
11º Jec - São Luís	nº Proc : 001.2009.001.518-9	R\$ 22.660,83
1ª VARA CÍVEL, BACABAL	nº Proc : 200/2006	R\$ 22.358,54
12º, JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 1887/2009	R\$ 22.092,85
8ª Vara - São Luís	nº Proc : 16383/2007	R\$ 21.922,80
Jec - Codó	nº Proc : 2081/2007	R\$ 21.872,33
VARA CÍVEL, FÓRUM, PASSAGEM FRANCA	nº Proc : 08/2010	R\$ 21.851,39
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, MAIOBÃO	nº Proc : 003.2010.014.492-6	R\$ 21.800,00
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, ROSÁRIO	nº Proc : 005/2009	R\$ 21.800,00
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, ROSÁRIO	nº Proc : 1061/2008	R\$ 21.800,00
Jec - São Domingos do Maranhão	nº Proc : 619/2008	R\$ 21.800,00
1º, JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2009.002.752-3	R\$ 21.694,56
Jec - São José de Ribamar	nº Proc : 002.2009.006.145-4	R\$ 21.500,00
9º, JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 1109/2009	R\$ 21.243,64
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, MATÕES	nº Proc : 89/2010-SJ	R\$ 21.030,00



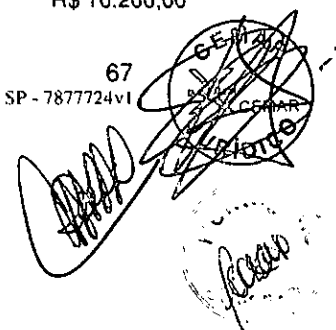
2º Jec - Imperatriz	nº Proc : 1515/2007	R\$ 20.900,00
JEC IMPERATRIZ	nº Proc : 412/2002	R\$ 20.895,80
12º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 32/2008	R\$ 20.599,04
Jec - Maiobão	nº Proc : 238/2006	R\$ 20.400,00
Jec - São José de Ribamar	nº Proc : 002.2009.000.107-0	R\$ 20.200,00
Jec - São Domingos do Maranhão	nº Proc : 641/2006 - 785/2007	R\$ 20.052,12
Jec - São Domingos do Maranhão	nº Proc : 641/2006 - 785/2007	R\$ 20.052,12
12º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2009.012.959-2	R\$ 20.000,00
12º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2010.028.937-8	R\$ 20.000,00
2º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 008/2007	R\$ 20.000,00
12º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 1215/2008	R\$ 20.000,00
1º Vara - Itapecuru	nº Proc : 216/2010	R\$ 20.000,00
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, ANAJATUBA	nº Proc : 83/2011	R\$ 20.000,00
1ª Vara - Colinas	nº Proc : 146/2005	R\$ 19.916,45
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, CHAPADINHA	nº Proc : 1115/2009	R\$ 19.850,00
2ª, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 17/2007	R\$ 19.839,97
8º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2011.007.283-0	R\$ 19.780,92
2º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2010.030.006-8	R\$ 19.773,52
VARA ÚNICA BURITI BRAVO	nº Proc : 90016.838.2009.8.10.0078	R\$ 19.640,52
2º Jec - São Luís	nº Proc : 1078/2009	R\$ 19.277,20
2º Jec - São Luís	nº Proc : 1058/2009	R\$ 19.200,00
2º Jec - Imperatriz	nº Proc : 547/2009	R\$ 19.000,00
5º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2009.014.455-9	R\$ 18.900,00
1º VARA CIVEL, FÓRUM, CURITIBANOS	nº Proc : 022.11.000863-6	R\$ 18.872,37
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2011.021.498-4	R\$ 18.600,00
2º Jec - São Luís	nº Proc : 1208/2009	R\$ 18.600,00
7º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 341/2007	R\$ 18.600,00
2º Jec - São Luís	nº Proc : 347/2009	R\$ 18.551,32
8º Jec - São Luís	nº Proc : 1452/2008	R\$ 18.217,31
Jec - Tuntum	nº Proc : 828/2009	R\$ 18.200,00
8º Jec - São Luís	nº Proc : 418/2006	R\$ 18.004,92
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2010.011.227-1	R\$ 18.000,00
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, MIRADOR	nº Proc : 121/2011	R\$ 18.000,00
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, MATÕES	nº Proc : 9000225-25.2011.8.10.0098	R\$ 17.920,08
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, BARRA DO CORDA	nº Proc : 9000188-51.2010.8.10.00	R\$ 17.820,00
3ª Vara - São Luis	nº Proc : 962641/2010	R\$ 17.820,00
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, VITORINO FREIRE	nº Proc : 498/2008	R\$ 17.636,20
2º Jec - São Luís	nº Proc : 2132/2008	R\$ 17.530,85
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2008.004.706-7	R\$ 17.500,00
2º VARA BARRA DO CORDA	nº Proc : 112-032.2009.8.10.0027	R\$ 17.423,33
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO	nº Proc : 910/2009	R\$ 17.250,00
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2010.017.840-5	R\$ 17.200,00
1ª Vara - Codó	nº Proc : 2646/2007	R\$ 17.177,28
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, MAIOBÃO	nº Proc : 003.2011.045.647-6	R\$ 17.000,00
13º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 914/2009	R\$ 16.928,83
BURITI BRAVO	nº Proc : 90000696820098100000	R\$ 16.555,00
1ª Vara - Caxias	nº Proc : 1820-65.2010.8.10.0029	R\$ 16.407,60
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, CAXIAS	nº Proc : 006.2011.014.076-8	R\$ 16.400,00
5º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2010.016.890-3	R\$ 16.114,86
Jec - Grajau	nº Proc : 9-51.2007.8.10.0037	R\$ 16.056,98



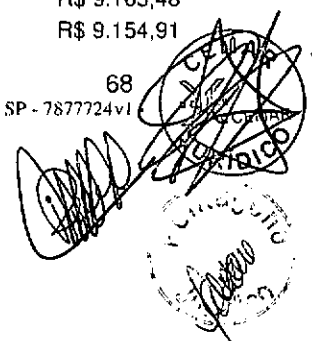
Jec - São José de Ribamar	nº Proc : 1231/2006	R\$ 15.961,87
12º Jec - São Luís	nº Proc : 183/2009	R\$ 15.840,00
5º Jec - São Luís	nº Proc : 545/2007	R\$ 15.631,44
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2009.006.901-0	R\$ 15.600,00
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, VIANA	nº Proc : 9000002-86.2011.8.10.00	R\$ 15.586,91
2º Jec - São Luís	nº Proc : 2038/2008	R\$ 15.581,94
Jec - Colinas	nº Proc : 73/2009	R\$ 15.535,21
1ª Vara - Colinas	nº Proc : 965/2007	R\$ 15.439,65
2ª VARA CÍVEL, FÓRUM, SÃO LUIS	nº Proc : 23841/2008	R\$ 15.381,00
6º Jec - São Luís	nº Proc : 324/2008	R\$ 15.300,00
1ª Vara - Colinas	nº Proc : 152/2004	R\$ 15.200,00
6º Jec - São Luís	nº Proc : 456/2007	R\$ 15.200,00
8º Jec - São Luís	nº Proc : 1429/2007	R\$ 15.126,11
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, PAÇO DO LUMIAR	nº Proc : 003.2009.013.481-2	R\$ 15.000,00
Jec - Dom Pedro	nº Proc : 341/2010	R\$ 15.000,00
5º Jec - São Luís	nº Proc : 93/2007	R\$ 15.000,00
6º VT - São Luís	nº Proc : 226/2006	R\$ 14.981,34
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SANTA INÊS	nº Proc : 004.2010.005.514-6	R\$ 14.950,00
8º , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 899/2009	R\$ 14.710,48
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2010.037.022-6	R\$ 14.500,00
7º , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2007.000.868-3	R\$ 14.431,34
7º Jec - São Luís	nº Proc : 1766/2007	R\$ 14.400,00
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2011.019.581-1	R\$ 14.400,00
2º Jec - São Luís	nº Proc : 961/2009	R\$ 14.400,00
VARA DO TRABALHO, SANTA INÊS	nº Proc : 00240-2007-007-16-00	R\$ 14.336,10
1ª Vara Cível - São Luís	nº Proc : 244/2007	R\$ 14.235,05
Jec - Maiobão	nº Proc : 003.2010.009.644-9	R\$ 14.100,00
COMARCA DE AÇAILANDIA	nº Proc : 290/2008	R\$ 14.066,09
5º , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2010.010.956-8	R\$ 14.000,00
3º Jec - São Luís	nº Proc : 1096/2009	R\$ 14.000,00
13º Jec - São Luís	nº Proc : 78/2009	R\$ 13.900,00
3º Jec - São Luís	nº Proc : 1628/2009	R\$ 13.880,96
3ª Vara - São Luis	nº Proc : 22595/2007	R\$ 13.744,50
VARA CIVEL CAXIAS	nº Proc : 181/2005	R\$ 13.711,26
Jec Guimarães	nº Proc : 73/2010	R\$ 13.464,00
VT - Bacabal	nº Proc : 223/2006	R\$ 13.445,34
VT - São Joao dos Patos	nº Proc : 00058-2009-014-16-00-5	R\$ 13.354,43
JEC COLINAS	nº Proc : 194/2011	R\$ 13.280,00
1ª VARA CÍVEL, FÓRUM, CAXIAS	nº Proc : 9734/2009	R\$ 13.245,04
GOV.N.FREIRE	nº Proc : 589.2006.8.10.0088	R\$ 13.234,81
JEC STA LUZIA DO PARUA	nº Proc : 1108/2008	R\$ 13.221,52
Jec - Grajaú	nº Proc : 51/2009	R\$ 13.054,41
9ª Vara - São Luís	nº Proc : 27643/2006	R\$ 13.000,00
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, LAGO DA PEDRA	nº Proc : 3/2011	R\$ 12.991,65
2º Jec - São Luís	nº Proc : 1176/2004	R\$ 12.882,00
4º , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2011.006.825-9	R\$ 12.785,60
2º Jec - Imperatriz	nº Proc : 1498/2005	R\$ 12.772,38
4ª Vara Cível - São Luís	nº Proc : 19924/2002	R\$ 12.737,59
4º , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2010.014.554-7	R\$ 12.716,74
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 1454/2007	R\$ 12.676,58



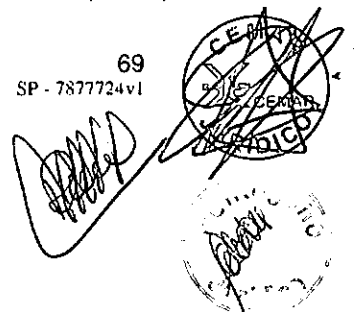
1ª Vara - Coelho Neto	nº Proc : 213/2010	R\$ 12.663,49
8º Jec - São Luís	nº Proc : 1283/2008	R\$ 12.650,00
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, PASTOS BONS	nº Proc : 682/2010	R\$ 12.628,99
5º Jec - São Luís	nº Proc : 260/2008	R\$ 12.543,55
2º Jec - Imperatriz	nº Proc : 393/2008	R\$ 12.482,92
2ª VARA CÍVEL, AÇAILÂNDIA - MA	nº Proc : 2506/2005	R\$ 12.475,12
5º Jec - São Luís	nº Proc : 1039/2009	R\$ 12.200,00
VARA ÚNICA, , SÃO JOÃO BATISTA	nº Proc : 025/2006	R\$ 12.025,54
5ª Vara - São Luís	nº Proc : 00781/2007	R\$ 12.017,09
2º Jec - Imperatriz	nº Proc : 1343/2009	R\$ 12.000,00
12º Jec - São Luís	nº Proc : 167/2009	R\$ 12.000,00
1º Jec - Imperatriz	nº Proc : 2055/2007	R\$ 12.000,00
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, ARAIOSES	nº Proc : 038/2010	R\$ 11.994,40
13º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 608/2009	R\$ 11.970,72
Jec - Colinas	nº Proc : 1202/2008	R\$ 11.906,33
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, COROATÁ	nº Proc : 1146/2009	R\$ 11.831,64
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, PAÇO DO LUMIAR	nº Proc : 235/2009	R\$ 11.767,10
4ª VT - São Luís	nº Proc : 783/2006	R\$ 11.753,39
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, PAÇO DO LUMIAR	nº Proc : 003.2009.012.646-1	R\$ 11.742,89
2º Jec - São Luís	nº Proc : 2604/2006	R\$ 11.697,43
9º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2010.010.574-9	R\$ 11.679,56
7º Jec - São Luís	nº Proc : 24/2007	R\$ 11.614,04
2º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2010.014.267-6	R\$ 11.556,41
COMARCA DE RAPOSA	nº Proc : 000037-48.2008	R\$ 11.463,43
4º Jec - São Luís	nº Proc : 11762007	R\$ 11.267,76
2º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 1643/2009	R\$ 11.248,75
3º VT - São Luís	nº Proc : 1220/2006	R\$ 11.243,81
5ª VT - São Luís	nº Proc : 1558/2007	R\$ 11.243,81
2º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2009.011.525-2	R\$ 11.200,00
12º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2010.022.151-2	R\$ 11.200,00
Jec - São José de Ribamar	nº Proc : 002.2010.027.586-2	R\$ 11.000,00
Jec - Colinas	nº Proc : 1341/2011	R\$ 11.000,00
COMARCA DE CEDRAL	nº Proc : 363/2008	R\$ 11.000,00
VARA ÚNICA DE SÃO VICENTE FERRER	nº Proc : 9000092-86.2008.8.10.013	R\$ 11.000,00
1ª VARA CÍVEL, FÓRUM, COELHO NETO	nº Proc : 317/2009	R\$ 10.910,74
1ª Vara - Colinas	nº Proc : 317/2010	R\$ 10.900,00
2º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2010.034.161-7	R\$ 10.800,00
2ª VARA CÍVEL, FÓRUM, PEDREIRAS	nº Proc : 1971/2010	R\$ 10.762,51
7º Jec - São Luís	nº Proc : 89/2006	R\$ 10.704,86
2º Jec - São Luís	nº Proc : 001.2009.020.129-2	R\$ 10.626,66
3º VT - São Luís	nº Proc : 929/2007	R\$ 10.610,59
9º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2009.014.507-7	R\$ 10.554,45
2ª VARA CÍVEL, , GRAJAÚ	nº Proc : 215/2003	R\$ 10.524,00
7º Jec - São Luís	nº Proc : 001.2009.010.581-6	R\$ 10.440,00
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, MAIOBÃO	nº Proc : 003.2010.046.975-2	R\$ 10.400,00
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2009.012.261-1	R\$ 10.330,58
Jec - São José de Ribamar	nº Proc : 301/2008	R\$ 10.258,67
10º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2011.015.565-0	R\$ 10.209,11
2º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2010.004.932-7	R\$ 10.200,00
2º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2010.013.495-4	R\$ 10.200,00



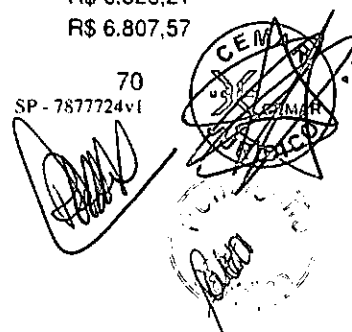
2º, JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2010.017.143-6	R\$ 10.200,00
2º, JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2010.017.319-2	R\$ 10.200,00
12º, JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2010.023.613-0	R\$ 10.200,00
2º, JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2010.027.431-3	R\$ 10.200,00
Jec - Pedreiras	nº Proc : 1085/2007	R\$ 10.188,40
8º Jec - São Luís	nº Proc : 121/2009	R\$ 10.135,10
VT - São Luís	nº Proc : 3222/2003	R\$ 10.127,66
Jec - Chapadinha	nº Proc : 3315/2005	R\$ 10.085,70
3º, JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2009.019.128-7	R\$ 10.000,00
3º, JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2010.032.818-4	R\$ 10.000,00
3º Jec - São Luís	nº Proc : 1581/2009	R\$ 10.000,00
12º, JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 1604/2009	R\$ 10.000,00
3º, JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 1846/2009	R\$ 10.000,00
3º, JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 2235/2008	R\$ 10.000,00
3º Jec - São Luís	nº Proc : 2248/2008	R\$ 10.000,00
4ª VT - São Luís	nº Proc : 1660/2003	R\$ 9.987,56
4ª VT - São Luís	nº Proc : 2162/2001	R\$ 9.987,56
3ª VT - São Luís	nº Proc : 1989/2006	R\$ 9.987,56
1ª VT - Imperatriz	nº Proc : 577/2005	R\$ 9.987,56
Vara Cível - São Luís	nº Proc : 27680/2007	R\$ 9.972,27
12º Jec - São Luís	nº Proc : 251/2009	R\$ 9.960,00
12º Jec - São Luís	nº Proc : 252/2009	R\$ 9.960,00
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CODÓ	nº Proc : 950/2010	R\$ 9.960,00
2ª VARA DO TRABALHO, , SÃO LUIS	nº Proc : 1133/2009	R\$ 9.905,66
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2009.012.776-8	R\$ 9.900,14
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, PINHEIRO	nº Proc : 7062/2005	R\$ 9.867,98
4ª VT - São Luís	nº Proc : 894/2005	R\$ 9.865,25
2º, JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, IMPERATRIZ	nº Proc : 822/2006	R\$ 9.713,82
12º Jec - São Luís	nº Proc : 603/2009	R\$ 9.613,66
5ª Vara Cível - São Luís	nº Proc : 1304/2001	R\$ 9.609,56
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, MAIOBÃO	nº Proc : 003.2011.027.579-3	R\$ 9.600,00
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, MAIOBÃO	nº Proc : 003.2011.043.935-7	R\$ 9.600,00
VARA ÚNICA DE SANTA RITA DO PARUA	nº Proc : 484/2007	R\$ 9.565,93
6ª VT - São Luís	nº Proc : 928/2007	R\$ 9.536,07
12º Jec - São Luís	nº Proc : 250/2008	R\$ 9.534,92
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO	nº Proc : 1355/2008	R\$ 9.500,00
7º, JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2010.038.159-7	R\$ 9.412,12
2º, JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2009.017.079-4	R\$ 9.400,00
2º, JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2010.014.778-2	R\$ 9.386,97
JEC BACABAL	nº Proc : 451/09	R\$ 9.327,18
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, VIANA	nº Proc : 1461/2009	R\$ 9.325,17
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, Belo Horizonte	nº Proc : 9018844-81.2010.8.13.0024	R\$ 9.304,28
2º Jec - São Luís	nº Proc : 001.2010.041.021-4	R\$ 9.300,00
VT - Chapadinha	nº Proc : 607/2007	R\$ 9.248,09
7º, JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2009.003.125-1	R\$ 9.224,99
2º Jec - São Luís	nº Proc : 001.2010.017.203-8	R\$ 9.200,00
3ª VARA CÍVEL, FÓRUM, IMPERATRIZ	nº Proc : 9680-84.2010.8.10.0040	R\$ 9.189,24
9º Jec - São Luís	nº Proc : 1951/2009	R\$ 9.180,70
Jec - Cururupu	nº Proc : 9000031-72.2008.8.10.084	R\$ 9.165,48
3º Jec - São Luís	nº Proc : 312/2008	R\$ 9.154,91



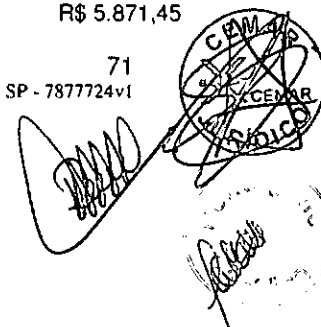
2ª Vara Coroata	nº Proc : 265/2008	R\$ 9.043,06
VT - Chapadinha	nº Proc : 733/2007	R\$ 9.042,99
Jec - Timon	nº Proc : 6325/2006	R\$ 9.023,22
4º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2010.002.938-6	R\$ 9.017,71
3º Jec - São Luís	nº Proc : 1512/2009	R\$ 9.013,72
1º Jec - Imperatriz	nº Proc : 1450/2009	R\$ 9.000,00
2º Vara - Pedreiras	nº Proc : 1070/2010	R\$ 8.976,97
2º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2010.036.044-3	R\$ 8.950,96
7º Jec - São Luís	nº Proc : 1712/2006	R\$ 8.916,08
3º Jec - São Luís	nº Proc : 1032/2008	R\$ 8.880,08
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, MIRADOR	nº Proc : 011/2010	R\$ 8.816,87
1º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, Teófilo Otoni	nº Proc : 068608222506-7	R\$ 8.760,67
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, CHAPADÃO DO SUL	nº Proc : 0003390-78.2010.8.12.0046	R\$ 8.730,88
VARA ÚNICA, PASSAGEM FRANCA	nº Proc : 238/2007	R\$ 8.687,99
7º Jec - São Luís	nº Proc : 2492/2006	R\$ 8.644,25
10º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2008.007.641-5	R\$ 8.592,52
1ª VT - São Luís	nº Proc : 124/2006	R\$ 8.581,69
7º Jec - São Luís	nº Proc : 1270/2006	R\$ 8.560,75
4ª VT - São Luís	nº Proc : 608/2006	R\$ 8.547,79
2º Jec - São Luís	nº Proc : 001.2010.007.387-1	R\$ 8.432,14
3º Jec - São Luís	nº Proc : 2476/2008	R\$ 8.428,50
Jec - São Domingos do Maranhão	nº Proc : 1495/2007	R\$ 8.406,00
11º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2010.016.141-1	R\$ 8.372,91
3º Jec - São Luís	nº Proc : 2164/2009	R\$ 8.368,70
3º Jec - São Luís	nº Proc : 162/2008	R\$ 8.365,20
1ª VT - São Luís	nº Proc : 47/2004	R\$ 8.321,87
3º Jec - São Luís	nº Proc : 6336/2003	R\$ 8.278,72
POÇÃO DE PEDRAS	nº Proc : 2418.2009.8.10.0112	R\$ 8.272,39
JEC- POÇÃO DE PEDRAS	nº Proc : 2418/2009	R\$ 8.272,39
10º Jec - São Luís	nº Proc : 001.2009.002.421-5	R\$ 8.269,12
2º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 2454/2006	R\$ 8.255,71
2ª Vara Cível - Açailândia	nº Proc : 134/2007	R\$ 8.233,89
Jec - Cedral	nº Proc : 39/2007	R\$ 8.200,00
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2009.008.269-0	R\$ 8.162,36
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, CEDRAL	nº Proc : 9000127-85.2011.8.10.0083	R\$ 8.151,90
2º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2009.012.910-5	R\$ 8.131,61
1º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2009.003.224-2	R\$ 8.092,32
Jec - Maiobão	nº Proc : 45/2008	R\$ 8.079,61
3º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2012.004.574-3	R\$ 8.000,00
3º Jec - São Luís	nº Proc : 361/2007	R\$ 8.000,00
4º Jec - São Luís	nº Proc : 440/2008	R\$ 8.000,00
2º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 1854/2009	R\$ 7.990,49
10º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2010.008.901-8	R\$ 7.960,92
1ª VARA CÍVEL, SÃO VICENTE FERRER	nº Proc : 015/2006	R\$ 7.960,24
1ª Vara - Viana	nº Proc : 788/2006	R\$ 7.960,22
8º Jec - São Luís	nº Proc : 1330/2006	R\$ 7.957,66
8º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2009.012.025-2	R\$ 7.925,02
2º Jec - Imperatriz	nº Proc : 306/2008	R\$ 7.922,06
4º Jec - São Luís	nº Proc : 4748/2005	R\$ 7.921,40
Jec - São José de Ribamar	nº Proc : 2289/2007	R\$ 7.880,00



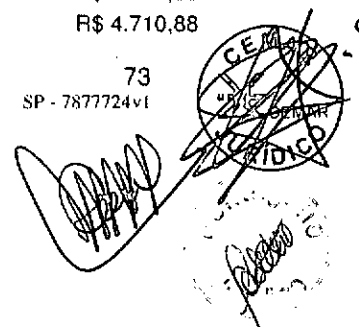
8º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2011.001.195-2	R\$ 7.867,06
Jec - São Francisco do Maranhão	nº Proc : 2656/2010	R\$ 7.860,01
1º Jec - Imperatriz	nº Proc : 1919/2009	R\$ 7.841,40
Jec - Colinas	nº Proc : 222/2010	R\$ 7.777,00
11º Jec - São Luís	nº Proc : 001.2007.000.209-0	R\$ 7.772,93
9º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 2049/2009	R\$ 7.736,55
2º Jec - Imperatriz	nº Proc : 669/2005	R\$ 7.685,17
2º Jec - São Luís	nº Proc : 001.2009.013.375-0	R\$ 7.633,12
9º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 2198/2009	R\$ 7.616,26
9º Jec - São Luís	nº Proc : 2186/2008	R\$ 7.605,55
Jec - Santa Luzia do Paruá	nº Proc : 417/2007	R\$ 7.524,08
3º Jec - São Luís	nº Proc : 119/2006	R\$ 7.489,50
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO	nº Proc : 348/2004	R\$ 7.474,20
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, MIRADOR	nº Proc : 001/2010	R\$ 7.453,68
3º Jec - São Luís	nº Proc : 1944/2007	R\$ 7.429,58
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 414/2004	R\$ 7.423,79
2º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2010.028.462-7	R\$ 7.400,00
Jec - Grajaú	nº Proc : 41/2006	R\$ 7.313,87
5º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2010.007.089-3	R\$ 7.308,04
1º Jec - São Luís	nº Proc : 001.2009.006.416-1	R\$ 7.301,11
9º VARA CÍVEL, FÓRUM, SÃO LUIS	nº Proc : 25160/2007	R\$ 7.300,00
1º VARA CÍVEL, FÓRUM, CODÓ	nº Proc : 761/2010	R\$ 7.283,01
Jec - Viana	nº Proc : 390/2008	R\$ 7.261,79
Jec - São José de Ribamar	nº Proc : 002.2009.001.468-5	R\$ 7.257,88
VT - Açailândia	nº Proc : 457/2005	R\$ 7.233,50
Jec - Chapadinha	nº Proc : 3983/2007	R\$ 7.230,24
1ª Vara - Colinas	nº Proc : 501/2006	R\$ 7.209,96
12º Jec - São Luís	nº Proc : 1637/2009	R\$ 7.116,84
4º Jec - São Luís	nº Proc : 1092/2007	R\$ 7.101,79
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, ARARI	nº Proc : 630/2009	R\$ 7.098,32
Jec - Mirador	nº Proc : 375/2007	R\$ 7.080,00
4º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 2482/2007	R\$ 7.067,17
3º Jec - São Luís	nº Proc : 1053/2007	R\$ 7.064,60
1ª VARA CÍVEL, FÓRUM, SÃO LUIS	nº Proc : 27030/2007	R\$ 7.049,82
Jec - Pastos Bons	nº Proc : 16/2010	R\$ 7.027,39
9º Jec - São Luís	nº Proc : 1052/2009	R\$ 7.014,12
2º Jec - Imperatriz	nº Proc : 677/2005	R\$ 7.012,22
1º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, Teófilo Otoni	nº Proc : 0072178-40.2010.8.13.0686	R\$ 7.000,00
3º Jec - São Luís	nº Proc : 1022/2008	R\$ 7.000,00
2º Jec - Imperatriz	nº Proc : 1607/2007	R\$ 7.000,00
4º Jec - São Luís	nº Proc : 1831/2007	R\$ 6.999,82
3º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 1463/2009	R\$ 6.947,88
3º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 1499/2009	R\$ 6.892,75
3º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2010.000.656-6	R\$ 6.879,02
3º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 2202/2008	R\$ 6.850,37
3º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 1106/2008	R\$ 6.830,55
9º Jec - São Luís	nº Proc : 26/2009	R\$ 6.830,20
10º Jec - São Luís	nº Proc : 5293/2003	R\$ 6.828,75
9º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 1494/2009	R\$ 6.826,21
2º Jec - Imperatriz	nº Proc : 14/2007	R\$ 6.807,57



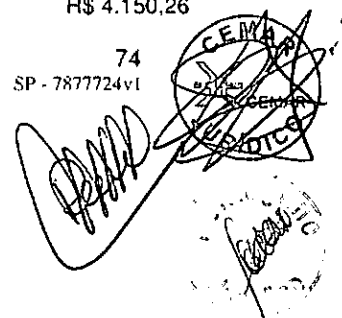
2º Jec - São Luís	nº Proc : 248/2007	R\$ 6.806,00
1º , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2010.039.902-9	R\$ 6.760,28
JECEDRAL	nº Proc : 90000398620078100000	R\$ 6.732,00
8º , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 1621/2009	R\$ 6.695,04
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, Belo Horizonte	nº Proc : 9057665-57.2010.8.13.0024	R\$ 6.688,00
1º Jec - Imperatriz	nº Proc : 2380/2005	R\$ 6.661,36
12º Jec - São Luís	nº Proc : 250/2009	R\$ 6.640,00
7º Jec - São Luís	nº Proc : 001.2009.005.338-8	R\$ 6.636,97
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, CHAPADINHA	nº Proc : 9000906-36.2010.8.10.0031	R\$ 6.632,42
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, ICATU	nº Proc : 001/2008	R\$ 6.631,50
Jec - Paraibano	nº Proc : 76/2011	R\$ 6.606,00
12º Jec - São Luís	nº Proc : 001.2010.013.939-1	R\$ 6.600,00
1ª Vara - Colinas	nº Proc : 148/2003	R\$ 6.600,00
, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO DOMINGOS DO		
MARANHÃO	nº Proc : 248/2010	R\$ 6.600,00
1º Jec - Imperatriz	nº Proc : 679/2007	R\$ 6.588,71
8º Jec - São Luís	nº Proc : 1690/2009	R\$ 6.582,77
1º Jec - São Luís	nº Proc : 001.2009.003.491-7	R\$ 6.527,04
3º Jec - São Luís	nº Proc : 1840/2007	R\$ 6.500,00
3º , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 598/2009	R\$ 6.500,00
3º Jec - São Luís	nº Proc : 381/2008	R\$ 6.483,22
8º Jec - São Luís	nº Proc : 1677/2007	R\$ 6.439,68
1º , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS - MA	nº Proc : 001.2011.019.102-8	R\$ 6.415,83
4º , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 5/2009	R\$ 6.400,73
1º , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2010.011.345-3	R\$ 6.400,00
1º , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2010.008.444-9	R\$ 6.356,60
6º Jec - São Luís	nº Proc : 577/2008	R\$ 6.351,23
8º Jec - São Luís	nº Proc : 1393/2006	R\$ 6.328,87
Jec - Pastos Bons	nº Proc : 24/2009	R\$ 6.310,52
6º , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 330/2009	R\$ 6.298,81
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, PAÇO DO LUMIAR	nº Proc : 904/2009	R\$ 6.289,66
9º , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2010.023.260-0	R\$ 6.271,77
JEC GUANAMBI	nº Proc : 000.217.567.2009.805.0088	R\$ 6.234,13
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, ITAPECURU MIRIM	nº Proc : 054/2010	R\$ 6.233,29
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, RAPOSA	nº Proc : 9000159-97.2011	R\$ 6.222,48
VARA ÚNICA SÃO VICENTE FERRER	nº Proc : 9000-21.987/2009810013	R\$ 6.160,00
2º , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2011.025.413-1	R\$ 6.151,70
4º Jec - São Luís	nº Proc : 1994/2007	R\$ 6.123,56
2º , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2010.022.664-4	R\$ 6.120,00
2º VT - São Luís	nº Proc : 1543/2007	R\$ 6.086,82
9º Jec - São Luís	nº Proc : 551/2007	R\$ 6.024,77
1ª Vara - Santa luzia	nº Proc : 1411/2006	R\$ 6.024,43
8º Jec - São Luís	nº Proc : 6646-87/2011	R\$ 6.018,00
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2009.009.679-9	R\$ 6.000,00
Jec - Maiobão	nº Proc : 988/2006	R\$ 6.000,00
3º Jec - São Luís	nº Proc : 761/2008	R\$ 5.984,26
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, BACABAL	nº Proc : 254/2009	R\$ 5.917,89
VT - Chapadinha	nº Proc : 707/2007	R\$ 5.886,75
2ª Vara Cível - Bacabal	nº Proc : 1391/2005	R\$ 5.882,08
10º , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2007.001.177-8	R\$ 5.881,33
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, PAÇO DO LUMIAR	nº Proc : 003.2010.007.380-2	R\$ 5.871,45



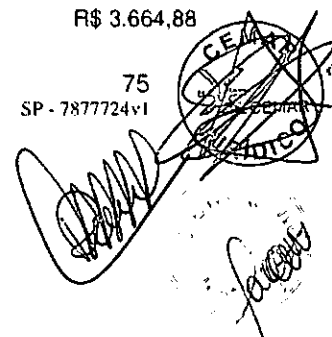
5ª Jec - São Luís	nº Proc : 1209/2009	R\$ 5.100,00
2ª , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2009.011.052-7	R\$ 5.081,23
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SANTA LUZIA DO PARUÁ	nº Proc : 43/2009	R\$ 5.062,15
1ª Vara Cível - Nunes Freire	nº Proc : 305/2006	R\$ 5.051,82
Jec - São Vicente Ferrer	nº Proc : 171/2010	R\$ 5.050,00
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2009.012.482-3	R\$ 5.047,51
Jec - Açailândia	nº Proc : 70/2006	R\$ 5.014,48
VT - Presidente Dutra	nº Proc : 00284-2007-020-16-00-6	R\$ 5.006,22
3ª , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2011.033.431-3	R\$ 5.000,00
5ª Jec - São Luís	nº Proc : 1607/2008	R\$ 5.000,00
3ª Jec - São Luís	nº Proc : 1731/2006	R\$ 5.000,00
3ª Jec - São Luís	nº Proc : 2043/2008	R\$ 5.000,00
VARA ÚNICA MIRINZAL	nº Proc : 220/2007	R\$ 5.000,00
2ª VT - São Luís	nº Proc : 627/2008	R\$ 5.000,00
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, CEDRAL	nº Proc : 9000069-82.2011.8.10.0083	R\$ 5.000,00
1ª Jec - Imperatriz	nº Proc : 1718/2006	R\$ 4.995,14
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2009.013.014-3	R\$ 4.994,09
1ª VT - São Luís	nº Proc : 1397/2006	R\$ 4.993,78
6ª VT - São Luís	nº Proc : 18/2007	R\$ 4.993,78
1ª VT - Imperatriz	nº Proc : 225/2007 ou 2337/2005	R\$ 4.993,78
VT - Barra do Corda	nº Proc : 281/2007	R\$ 4.993,78
VT - Barra do Corda	nº Proc : 309/2007	R\$ 4.993,78
4ª VT - São Luís	nº Proc : 348/2007	R\$ 4.993,78
2ª Jec - São Luís	nº Proc : 903/2006	R\$ 4.976,49
Jec - São José de Ribamar	nº Proc : 567/2007	R\$ 4.902,22
Vara - Penalva	nº Proc : 82/2010	R\$ 4.888,41
11ª , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2010.027.755-5	R\$ 4.887,44
4ª Jec - São Luís	nº Proc : 1244/2007	R\$ 4.875,22
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2010.008.069-2	R\$ 4.854,96
2ª Vara - Pedreiras	nº Proc : 3482/2008	R\$ 4.849,98
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, RAPOSA	nº Proc : 626/2008	R\$ 4.829,87
8ª Jec - São Luís	nº Proc : 1343/2007	R\$ 4.817,13
VT - Caxias	nº Proc : 140/2007	R\$ 4.808,65
VT - Caxias	nº Proc : 141/2007	R\$ 4.808,65
4ª VT - São Luís	nº Proc : 1637/2006	R\$ 4.808,65
5ª VT - São Luís	nº Proc : 363/2006	R\$ 4.808,65
2ª Jec - Imperatriz	nº Proc : 2596/2006	R\$ 4.806,40
10ª Jec - São Luís	nº Proc : 001.2009.013.850-2	R\$ 4.800,00
Jec - Santa Luzia	nº Proc : 276/2007	R\$ 4.800,00
12ª Jec - São Luís	nº Proc : 649/2009	R\$ 4.800,00
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, COELHO NETO	nº Proc : 150/2009	R\$ 4.786,80
5ª , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2010.021.883-1	R\$ 4.786,63
4ª Jec - São Luís	nº Proc : 2094/2007	R\$ 4.778,11
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2009.011.613-4	R\$ 4.777,68
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO	nº Proc : 959/2007 (1570/2007)	R\$ 4.758,81
9ª , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 2217/2008	R\$ 4.745,40
2ª Jec - São Luís	nº Proc : 875/2008	R\$ 4.733,87
Jec - Imperatriz	nº Proc : 171/2008	R\$ 4.727,65
Jec - São José de Ribamar	nº Proc : 002.2009.003.298-4	R\$ 4.717,88
3ª Jec - São Luís	nº Proc : 8207/2004	R\$ 4.710,88



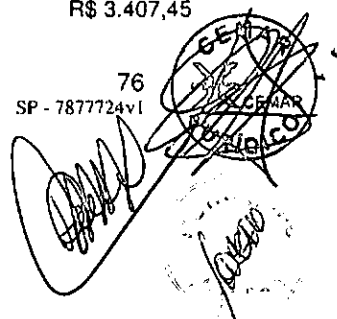
4º Jec - São Luís	nº Proc : 387/2007	R\$ 4.702,30
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, MARACAÇUMÉ	nº Proc : 1250/2009	R\$ 4.679,89
3º VT - São Luís	nº Proc : 218/2006	R\$ 4.678,13
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, BARRA DO CORDA	nº Proc : 65/2007	R\$ 4.675,97
1º Jec - Imperatriz	nº Proc : 179/2010	R\$ 4.673,82
1º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2011.031.506-4	R\$ 4.667,28
Jec - Igarapé Grande	nº Proc : 34/2010	R\$ 4.651,78
12º Jec - São Luís	nº Proc : 1275/2009	R\$ 4.650,00
4º Jec - São Luís	nº Proc : 955/2007	R\$ 4.644,47
1º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2009.009.818-5	R\$ 4.641,61
Jec - Balsas	nº Proc : 7324/2007	R\$ 4.640,16
4º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 2097/2009	R\$ 4.608,52
1º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, IMPERATRIZ	nº Proc : 010.2010.012.122-6	R\$ 4.600,00
1º Jec - Imperatriz	nº Proc : 2603/2005	R\$ 4.594,04
13º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS - MA	nº Proc : 842/2009	R\$ 4.575,44
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, GOVERNADOR EUGÊNIO BARROS	nº Proc : 9000135-84.2010.8.10.0087	R\$ 4.550,10
3º Jec - São Luís	nº Proc : 489/2008	R\$ 4.545,21
4º Jec - São Luís	nº Proc : 001.2010.000.345-6	R\$ 4.543,29
JECICATU	nº Proc : 242/2010	R\$ 4.515,11
4º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2009.019.950-4	R\$ 4.508,71
7º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2011.011.650-4	R\$ 4.506,85
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, BACURI	nº Proc : 457/2011	R\$ 4.500,00
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2010.045.239-6	R\$ 4.492,21
1ª Vara Cível - Timon	nº Proc : 693/2006	R\$ 4.490,92
2ª Vara - Pedreiras	nº Proc : 721/2010	R\$ 4.484,85
Jec - Pastos Bons	nº Proc : 772/2009	R\$ 4.411,30
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2009.012.467-4	R\$ 4.407,64
11º Jec - São Luís	nº Proc : 001.2007.000.628-1	R\$ 4.400,00
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2010.005.550-4	R\$ 4.400,00
12º Jec - São Luís	nº Proc : 1160/2008	R\$ 4.400,00
1º Jec - Nossa Senhora Socorro	nº Proc : 2009-8870-217-0	R\$ 4.400,00
11º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2009.002.235-9	R\$ 4.394,78
3º Jec - São Luís	nº Proc : 19/2007	R\$ 4.355,36
VARA ÚNICA, FÓRUM, OLHO D'ÁGUA DAS CUNHÃS	nº Proc : 144/2007	R\$ 4.348,33
Jec - Caxias	nº Proc : 1513/2006	R\$ 4.329,09
VARA ÚNICA DE MIRINZAL	nº Proc : 186/2010	R\$ 4.320,00
VARA CÍVEL, FÓRUM, MIRINZAL	nº Proc : 9000187-41.2010.8.10.010	R\$ 4.320,00
VARA CÍVEL, FÓRUM, COROATÁ	nº Proc : 2902/2008	R\$ 4.316,08
6º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 1276/2008	R\$ 4.305,93
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2010.040.843-0	R\$ 4.253,99
Jec - Grajaú	nº Proc : 122/2006	R\$ 4.218,65
4º Jec - São Luís	nº Proc : 1411/2007	R\$ 4.209,57
1ª VT - São Luís	nº Proc : 1926/2002	R\$ 4.208,84
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, MATINHA	nº Proc : 38/2010	R\$ 4.207,50
2º Jec - Imperatriz	nº Proc : 1549/2009	R\$ 4.204,54
12º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2010.024.441-5	R\$ 4.200,00
4º Jec - São Luís	nº Proc : 1765/2007	R\$ 4.200,00
Jec - Maiobão	nº Proc : 303/2008	R\$ 4.200,00
Jec - Barra do Corda	nº Proc : 177/2010	R\$ 4.160,00
5º Jec - São Luís	nº Proc : 496/2008	R\$ 4.150,26



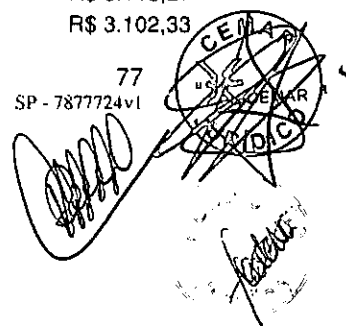
Jec - São Vicente de Ferrer	nº Proc : 020/2008	R\$ 4.150,00
2ª Vara - João Lisboa	nº Proc : 117/2010	R\$ 4.145,74
2ª Vara - Itapecuru	nº Proc : 133/2009 ou 724/2009	R\$ 4.093,02
12ª , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2010.020.712-3	R\$ 4.080,00
4ª Jec - São Luís	nº Proc : 2117/2009	R\$ 4.042,86
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2011.016.981-6	R\$ 4.029,66
Jec - Frei Santana	nº Proc : 001.091.281.76-9	R\$ 4.022,84
2ª , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2011.005.656-9	R\$ 4.018,94
1ª VT - São Luís	nº Proc : 1772/2006	R\$ 4.000,00
2ª Jec - Imperatriz	nº Proc : 1958/2009	R\$ 4.000,00
1ª Jec - São Luís	nº Proc : 21013/2009	R\$ 4.000,00
Jec - Açailândia	nº Proc : 149/2006	R\$ 3.997,20
JEC RAPOSA	nº Proc : 21616/2007	R\$ 3.989,44
8ª Vara Cível - São Luís	nº Proc : 17404/2007	R\$ 3.963,00
Jec - Bacuri	nº Proc : 399/20010	R\$ 3.960,00
12ª , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 1026/2009	R\$ 3.954,30
2ª Jec - Imperatriz	nº Proc : 2544/2005	R\$ 3.953,59
Jec - Natal/RN	nº Proc : 001.2009.047.001-2	R\$ 3.947,21
1ª Jec - Imperatriz	nº Proc : 859/2008	R\$ 3.933,54
8ª , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2011.023.097-4	R\$ 3.900,00
VARA ÚNICA BACURI	nº Proc : 429/2010	R\$ 3.900,00
1ª Jec - São Luís	nº Proc : 9893/2009	R\$ 3.896,27
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO	nº Proc : 349/2010	R\$ 3.888,50
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, CEDRAL	nº Proc : 9000344-65.2010.8.10.0083	R\$ 3.871,31
2ª , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2010.009.752-4	R\$ 3.855,96
1ª Vara Cível - Presidente Dutra	nº Proc : 179/2008	R\$ 3.854,46
3ª Jec - São Luís	nº Proc : 11022/2005	R\$ 3.845,99
3ª Jec - São Luís	nº Proc : 237/2006	R\$ 3.837,72
1ª JEC IMPZ	nº Proc : 917/2008	R\$ 3.833,98
Jec - Maiobão	nº Proc : 1141/2009	R\$ 3.808,13
Jec - Maiobão	nº Proc : 712/2009	R\$ 3.808,13
5ª , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 1585/2009	R\$ 3.799,55
10ª , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2010.018.343-1	R\$ 3.770,36
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2009.004.099-5	R\$ 3.768,62
1ª Vara - Chapadinha	nº Proc : 4117/2007	R\$ 3.765,08
1ª Jec - São Luís	nº Proc : 1271/2007	R\$ 3.745,88
4ª Jec - São Luís	nº Proc : 2000/2006	R\$ 3.734,63
3ª Jec - São Luís	nº Proc : 333/2008	R\$ 3.733,10
Jec - Buriti Bravo	nº Proc : 07/2006	R\$ 3.729,00
2ª Jec - Imperatriz	nº Proc : 1831/2006	R\$ 3.728,80
10ª , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2009.009.481-2	R\$ 3.728,06
12ª Jec - São Luís	nº Proc : 1019/2009	R\$ 3.720,00
1ª Jec - Samambaia DF	nº Proc : 208/2006	R\$ 3.707,62
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, CAXIAS	nº Proc : 006.2010.046.664-5	R\$ 3.686,21
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2009.003.692-8	R\$ 3.682,27
2ª Jec - São Luís	nº Proc : 105/2009	R\$ 3.679,43
Jec - Maiobão	nº Proc : 204/2007	R\$ 3.672,14
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO	nº Proc : 304/2010	R\$ 3.666,30
7ª , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2008.006.774-5	R\$ 3.664,88



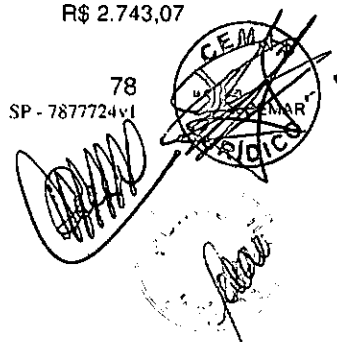
Jec - Grajaú	nº Proc : 13/2009	R\$ 3.655,98
6º Jec - São Luís	nº Proc : 429/2006	R\$ 3.651,80
Jec - Cururu	nº Proc : 826/2007	R\$ 3.644,78
3º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2011.001.192-9	R\$ 3.636,80
1º VARA CÍVEL, FÓRUM, VIANA	nº Proc : 1013-46.2010.8.10.0061	R\$ 3.632,19
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, CANOAS	nº Proc : 0083.10.0002709-0	R\$ 3.630,84
2º Jec - Imperatriz	nº Proc : 1786/2009	R\$ 3.630,08
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, TIMON	nº Proc : 007.2011.011.798-8	R\$ 3.607,50
11º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2009.005.726-4	R\$ 3.603,18
9º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2009.010.767-1	R\$ 3.602,90
Jec - Mirador	nº Proc : 283/2010	R\$ 3.600,60
4º Jec - São Luís	nº Proc : 2025/2007	R\$ 3.600,00
8º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2011.033.420-6	R\$ 3.588,82
8º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 1142/2008	R\$ 3.588,14
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2011.012.570-1	R\$ 3.578,12
COMARCA DE VIANA	nº Proc : 900059-807.2010.8.10.0061	R\$ 3.570,91
7ª Vara - São Luís	nº Proc : 26328/2007	R\$ 3.570,23
1ª Vara - João Lisboa	nº Proc : 421/2010	R\$ 3.570,00
5ª VARA CÍVEL, FÓRUM, SÃO LUIS	nº Proc : 8592/2007	R\$ 3.561,03
1ª Vara - Colinas	nº Proc : 479/2006	R\$ 3.560,00
10º Jec - São Luís	nº Proc : 1020/2007	R\$ 3.554,88
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, COELHO NETO	nº Proc : 481/2010	R\$ 3.553,33
5º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 1417/2008	R\$ 3.543,30
JUIZADO ESPECIAL CIVEL MAIOBÃO	nº Proc : 711/2009	R\$ 3.524,40
Jec - Maiobão	nº Proc : 1612/2006	R\$ 3.519,58
Jec - São José de Ribamar	nº Proc : 002.2008.000.314-4	R\$ 3.517,42
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, PAÇO DO LUMIAR	nº Proc : 1006/2009	R\$ 3.515,32
7ª Jec - São Luís	nº Proc : 445/2004	R\$ 3.508,09
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2011.017.019-4	R\$ 3.506,39
VT - Chapadinha	nº Proc : 00816-2007	R\$ 3.500,00
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, GUIMARÃES	nº Proc : 129/2010	R\$ 3.500,00
VT - Chapadinha	nº Proc : 704/2007	R\$ 3.500,00
VT - Chapadinha	nº Proc : 706/2007	R\$ 3.500,00
VT - Chapadinha	nº Proc : 736/2007	R\$ 3.500,00
VT - Chapadinha	nº Proc : 738/2007	R\$ 3.500,00
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, RAPOSA	nº Proc : 9000021-33.2011.8.10.0113	R\$ 3.500,00
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2009.006.868-1	R\$ 3.497,36
11º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2008.009.467-3	R\$ 3.496,41
11º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2009.006.506-9	R\$ 3.493,78
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, PAÇO DO LUMIAR	nº Proc : 816/2009	R\$ 3.484,28
4º Jec - São Luís	nº Proc : 168/2008	R\$ 3.477,14
12º Jec - São Luís	nº Proc : 1323/2009	R\$ 3.461,26
10º Jec - São Luís	nº Proc : 1648/2007	R\$ 3.452,91
VARA ÚNICA, FÓRUM, BARÃO DE GRAJAÚ	nº Proc : 23/2010	R\$ 3.438,39
3º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2010.028.024-5	R\$ 3.436,49
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2009.005.168-7	R\$ 3.433,97
2º Jec - São Luís	nº Proc : 1426/2008	R\$ 3.421,13
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2011.002.951-5	R\$ 3.420,79
2ª VARA CÍVEL, BACABAL	nº Proc : 2355/2006	R\$ 3.414,44
2ª, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, IMPERATRIZ	nº Proc : 164/2009	R\$ 3.407,45



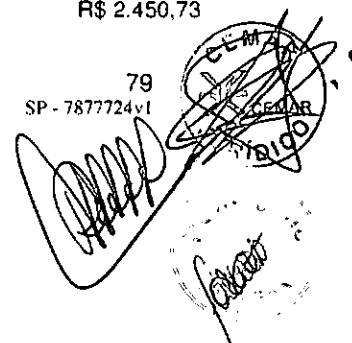
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, LAGO DA PEDRA	nº Proc : 567/2010	R\$ 3.406,02
12º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2011.008.621-0	R\$ 3.400,00
1ª Vara - Vitorino Freire	nº Proc : 112/2005	R\$ 3.397,87
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, CAXIAS	nº Proc : 006.2011.005.726-9	R\$ 3.391,96
Jec - Maiobão	nº Proc : 346/2006	R\$ 3.388,96
3ª Jec - São Luís	nº Proc : 744/2009	R\$ 3.384,51
1º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2009.016.650-3	R\$ 3.382,99
11º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2010.005.970-6	R\$ 3.380,85
Jec - São Domingos do Maranhão	nº Proc : 405/2010	R\$ 3.372,45
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, PAÇO DO LUMIAR	nº Proc : 003.2009.012.616-4	R\$ 3.368,84
1ª VT - São Luís	nº Proc : 950/2002	R\$ 3.368,81
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO	nº Proc : 403/2010	R\$ 3.364,83
2º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2011.004.195-9	R\$ 3.360,00
Jec - Caxias	nº Proc : 006.2010.033.976-8	R\$ 3.356,99
3ª Jec - São Luís	nº Proc : 1418/2009	R\$ 3.353,64
Jec - São José de Ribamar	nº Proc : 002.2009.002.985-7	R\$ 3.348,53
Jec - Poção de Pedra	nº Proc : 240/2007	R\$ 3.340,16
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, COLINAS	nº Proc : 235/2010	R\$ 3.330,04
8ª Jec - São Luís	nº Proc : 1750/2007	R\$ 3.327,16
2ª Jec - São Luís	nº Proc : 424/2008	R\$ 3.321,36
Jec - Maiobão	nº Proc : 302/2008	R\$ 3.320,00
Jec - São José de Ribamar	nº Proc : 002.2009.001.862-9	R\$ 3.316,94
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, MIRINZAL	nº Proc : 9000148-44.2010.8.10.010	R\$ 3.305,40
4ª, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 1279/2006	R\$ 3.304,92
3ª, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2010.002.230-8	R\$ 3.300,00
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2010.038.012-6	R\$ 3.300,00
Vara Cível - Dom Pedro	nº Proc : 593/2006	R\$ 3.288,47
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2010.017.866-0	R\$ 3.285,65
10ª Jec - São Luís	nº Proc : 616/2007	R\$ 3.269,53
Jec - São José de Ribamar	nº Proc : 002.2008.002.444-7	R\$ 3.260,33
1ª Vara - Colinas	nº Proc : 417/2006	R\$ 3.258,72
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, PAÇO DO LUMIAR	nº Proc : 983/2009	R\$ 3.255,25
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, TIMON	nº Proc : 007.2010.024.347-1	R\$ 3.250,00
2ª Jec - São Luís	nº Proc : 1665/2008	R\$ 3.238,64
Jec - São José de Ribamar	nº Proc : 1055/2007	R\$ 3.224,14
7ª Jec - São Luís	nº Proc : 2341/2006	R\$ 3.223,00
Jec - Vargem Grande	nº Proc : 816/2007	R\$ 3.206,41
Jec - Maiobão	nº Proc : 1063/2009	R\$ 3.204,60
13ª Jec - São Luís	nº Proc : 001.2010.000.837-2	R\$ 3.194,38
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, MIRADOR	nº Proc : 68/2011	R\$ 3.188,25
3ª Jec - São Luís	nº Proc : 1770/2007	R\$ 3.171,37
Jec - São João Batista	nº Proc : 212/2002	R\$ 3.165,00
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO VICENTE FERRER	nº Proc : 217/2010	R\$ 3.161,13
10ª Jec - São Luís	nº Proc : 1141/2006	R\$ 3.150,00
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, AMARANTE	nº Proc : 212/2010	R\$ 3.147,66
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, CHAPADINHA	nº Proc : 191/08	R\$ 3.144,69
2ª Jec - São Luís	nº Proc : 2118/2010	R\$ 3.132,88
Jec - Pastos Bons	nº Proc : 17/2010	R\$ 3.117,36
COMARCA DE SANTA INÊS	nº Proc : 004.2011.030.173-8	R\$ 3.115,27
Jec - Imperatriz	nº Proc : 278/2007	R\$ 3.102,33



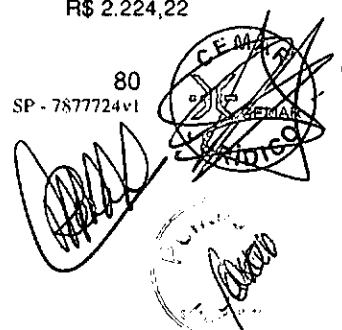
11ª, JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2009.009.326-9	R\$ 3.100,00
2º Jec - São Luís	nº Proc : 73/2007	R\$ 3.086,06
9º Jec - São Luís	nº Proc : 2198/2008	R\$ 3.085,46
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, AÇAILÂNDIA	nº Proc : 009.2010.019.888-7	R\$ 3.080,34
VT - Chapadinha	nº Proc : 601/2007	R\$ 3.026,70
VARA ÚNICA, IGARAPÉ GRANDE - MA	nº Proc : 506/2010	R\$ 3.011,24
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, MAIOBÃO	nº Proc : 003.2011.027.635-3	R\$ 3.000,00
3º Jec - São Luís	nº Proc : 1495/2008	R\$ 3.000,00
4º Jec - São Luís	nº Proc : 192/2009	R\$ 3.000,00
6º, JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 203/2009	R\$ 3.000,00
VT - Chapadinha	nº Proc : 667/2007	R\$ 3.000,00
5º, JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2009.017.324-4	R\$ 2.996,83
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, MIRINZAL	nº Proc : 9000145-89.2010.8.10.010	R\$ 2.995,40
VARA CÍVEL, FÓRUM, MIRINZAL	nº Proc : 9000146-74.2010.8.10.010	R\$ 2.995,40
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, MIRINZAL	nº Proc : 9000147-59.2010.8.10.010	R\$ 2.995,40
Jec - São José de Ribamar	nº Proc : 124/2008	R\$ 2.967,93
12º, JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2011.022.704-6	R\$ 2.966,64
12º, JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2011.025.865-2	R\$ 2.966,64
4º Jec - São Luís	nº Proc : 6041/2005	R\$ 2.965,62
4º, JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2009.012.847-9	R\$ 2.965,27
Jec - Maiobão	nº Proc : 003.2009.012.121-5	R\$ 2.963,20
3º, JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 2217/2009	R\$ 2.953,85
4º Jec - São Luís	nº Proc : 394/2008	R\$ 2.938,72
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, SÃO JOÃO BATISTA	nº Proc : 024/2009	R\$ 2.934,84
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, PENALVA	nº Proc : 268/2010	R\$ 2.923,13
2º Jec - Imperatriz	nº Proc : 1134/2007	R\$ 2.923,06
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, TIMON	nº Proc : 007.2011.011.469-6	R\$ 2.903,34
9º, JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2010.014.935-8	R\$ 2.900,68
8º Jec - São Luís	nº Proc : 2016/2007	R\$ 2.897,22
1º Jec - São Luís	nº Proc : 1001/2006	R\$ 2.867,72
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, PAÇO DO LUMIAR	nº Proc : 819/2009	R\$ 2.830,49
Jec - Balsas	nº Proc : 108/2007	R\$ 2.826,28
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, PAÇO DO LUMIAR	nº Proc : 699/2009	R\$ 2.825,97
4º Jec - São Luís	nº Proc : 2343/2007	R\$ 2.821,67
VT - Chapadinha	nº Proc : 683/2007	R\$ 2.818,39
10º Jec - São Luís	nº Proc : 2198/2007	R\$ 2.805,43
5º Jec - São Luís	nº Proc : 1223/2008	R\$ 2.794,60
5º, JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 392/2009	R\$ 2.790,00
3º Jec - São Luís	nº Proc : 635/2008	R\$ 2.783,95
13º Jec - São Luís	nº Proc : 374/2009	R\$ 2.774,78
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, GRAJAÚ	nº Proc : 304/2007	R\$ 2.770,82
4º Jec - São Luís	nº Proc : 6592/2005	R\$ 2.769,80
2º Jec - São Luís	nº Proc : 430/2008	R\$ 2.767,81
Jec - Maiobão	nº Proc : 1321/2007	R\$ 2.766,40
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2009.005.917-7	R\$ 2.761,69
2º Jec - Imperatriz	nº Proc : 253/2008	R\$ 2.750,75
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, BACURI	nº Proc : 241/2011	R\$ 2.750,00
Jec - Paraibano	nº Proc : 74/2010	R\$ 2.750,00
1ª Vara - Coroatá	nº Proc : 699/2008	R\$ 2.747,52
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CURURUPU	nº Proc : 252/2006	R\$ 2.743,07



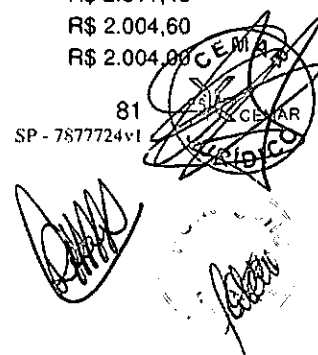
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, MAIOBÃO	nº Proc : 1328/2009	R\$ 2.740,20
2º Jec - Imperatriz	nº Proc : 1476/2007	R\$ 2.729,19
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, PAÇO DO LUMIAR	nº Proc : 379/2009	R\$ 2.728,47
Jec - Imperatriz	nº Proc : 1789/2007	R\$ 2.727,02
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, CURURUPU	nº Proc : 339/2006	R\$ 2.725,76
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, MIRADOR	nº Proc : 54/2011	R\$ 2.725,00
2º Jec - Imperatriz	nº Proc : 81/2008	R\$ 2.710,99
2º Jec - São Luís	nº Proc : 481/2008	R\$ 2.683,39
3º , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 2000/2009	R\$ 2.674,76
COMARCA DE SÃO JOÃO BATISTA	nº Proc : 9000.010.02.2018100	R\$ 2.662,92
Jec - Santa Rita	nº Proc : 07/2007	R\$ 2.652,40
3º Jec - São Luís	nº Proc : 1444/2006	R\$ 2.648,24
3º , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2009.011.296-0	R\$ 2.640,00
Jec - Codó	nº Proc : 74/2004	R\$ 2.633,67
2º , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2009.009.374-9	R\$ 2.631,99
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, JOÃO LISBOA	nº Proc : 496/2010	R\$ 2.600,00
4º Jec - São Luís	nº Proc : 928/2009	R\$ 2.600,00
4º Jec - São Luís	nº Proc : 243/2008	R\$ 2.598,18
2º Vara Cível - Codó	nº Proc : 1048/2008	R\$ 2.585,00
1º VT - São Luís	nº Proc : 174/2003	R\$ 2.574,03
1ª Vara Cível - Presidente Dutra	nº Proc : 252/2007	R\$ 2.567,16
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, PINHEIRO	nº Proc : 736/2009	R\$ 2.550,78
4º Jec - São Luís	nº Proc : 969/2008	R\$ 2.545,69
1ª Vara - Chapadinha	nº Proc : 4244/2007	R\$ 2.537,72
Jec - Açailândia	nº Proc : 522/2008	R\$ 2.527,68
Jec - Santa Rita	nº Proc : 42/2010	R\$ 2.526,81
4º Jec - São Luís	nº Proc : 456/2006	R\$ 2.525,06
1ª Vara - Viana	nº Proc : 775/2006	R\$ 2.523,92
3º Jec - São Luís	nº Proc : 414/2009	R\$ 2.520,24
VT - Barra do Corda	nº Proc : 338/2007	R\$ 2.507,47
3º Jec - São Luís	nº Proc : 1863/2007	R\$ 2.506,99
9ª , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 1823/2009	R\$ 2.503,39
5ª , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2009.009.892-0	R\$ 2.501,30
10ª , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2008.004.623-6	R\$ 2.501,12
1ª Vara - Viana	nº Proc : 1130/2008	R\$ 2.500,00
3º Jec - São Luís	nº Proc : 300/2008	R\$ 2.500,00
9º Jec - São Luís	nº Proc : 1171/2008	R\$ 2.494,69
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, IMPERATRIZ	nº Proc : 111/2007	R\$ 2.493,80
10ª , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2010.003.667-0	R\$ 2.484,28
1º Jec - São Luís	nº Proc : 27/2005	R\$ 2.476,94
VARA ÚNICA, CEDRAL	nº Proc : 72/2009	R\$ 2.474,36
Jec - Grajaú	nº Proc : 329/2009	R\$ 2.463,66
VT - Chapadinha	nº Proc : 598/2007	R\$ 2.462,50
8ª Jec - São Luís	nº Proc : 1297/2005	R\$ 2.458,02
3ª Jec - São Luís	nº Proc : 50/2008	R\$ 2.457,84
5ª Jec - São Luís	nº Proc : 395/2008	R\$ 2.454,46
3ª Jec - São Luís	nº Proc : 332/2008	R\$ 2.454,35
8ª Jec - São Luís	nº Proc : 1662/2006	R\$ 2.453,03
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO VICENTE FERRER	nº Proc : 93/2011	R\$ 2.451,18
Jec - Chapadinha	nº Proc : 3034/2005	R\$ 2.450,73



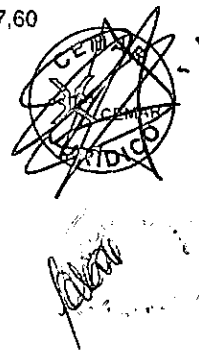
JEC RAPOSA	nº Proc : 900-201822.2009	R\$ 2.447,10
2º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 1363/2009	R\$ 2.446,40
4º Jec - São Luís	nº Proc : 5336/2005	R\$ 2.431,92
13º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 887/2009	R\$ 2.422,76
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, VIANA	nº Proc : 9000469-02.2010.8.10.00	R\$ 2.422,36
4º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2010.012.369-2	R\$ 2.417,55
2º Jec - Imperatriz	nº Proc : 650/2009	R\$ 2.417,40
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SANTA LUZIA DO PARUÁ	nº Proc : 37/2010	R\$ 2.413,76
6º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2009.011.872-8	R\$ 2.412,58
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, RAPOSA	nº Proc : 9000188-89.2007.8.10.0113	R\$ 2.408,70
5º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2010.011.520-1	R\$ 2.403,29
Jec - São José de Ribamar	nº Proc : 002.2008.009.146-1	R\$ 2.402,90
9º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2011.002.777-6	R\$ 2.400,00
Jec - Balsas	nº Proc : 1347/2009	R\$ 2.400,00
4º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 123/2007	R\$ 2.391,66
Jec - São Bernardo	nº Proc : 91/2009	R\$ 2.384,56
VARA ÚNICA DE CEDRAL	nº Proc : 137-30.2007.8.10.0083	R\$ 2.379,66
4º Jec - São Luís	nº Proc : 1273/2006	R\$ 2.378,99
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, Juiz de Fora	nº Proc : 0175885-61.2011.8.13.0145	R\$ 2.374,03
VT - Chapadinha	nº Proc : 674/2007	R\$ 2.371,79
4º Jec - São Luís	nº Proc : 2421/2007	R\$ 2.359,77
4º Jec - São Luís	nº Proc : 2301/2007	R\$ 2.358,59
10º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2009.007.439-2	R\$ 2.358,16
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, VIANA	nº Proc : 68/2009	R\$ 2.349,06
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, VIANA	nº Proc : 69/2009	R\$ 2.349,06
3º Jec - São Luís	nº Proc : 2003/2007	R\$ 2.344,14
3º Jec - São Luís	nº Proc : 938/2008	R\$ 2.343,43
4º Jec - São Luís	nº Proc : 659/2007	R\$ 2.338,75
Jec - Grajaú	nº Proc : 149/2008	R\$ 2.337,38
4º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 2404/2007	R\$ 2.335,90
Jec - Açailândia	nº Proc : 837/2008	R\$ 2.333,46
1º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2009.008.078-7	R\$ 2.332,27
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, CAXIAS	nº Proc : 006.2011.022.830-8	R\$ 2.332,00
VT - Chapadinha	nº Proc : 560/2007	R\$ 2.330,49
4º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 407/2009	R\$ 2.316,71
11º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2009.005.561-5	R\$ 2.307,18
Jec - Maiobão	nº Proc : 1116/2009	R\$ 2.299,63
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2010.032.270-6	R\$ 2.293,27
8º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2011.012.604-0	R\$ 2.291,02
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, VIANA	nº Proc : 9000068-66.2011.8.10.0061	R\$ 2.289,98
7º Jec - São Luís	nº Proc : 1767/2007	R\$ 2.287,10
Jec - Esperantinópolis	nº Proc : 105/2007	R\$ 2.282,94
Jec - Balsas	nº Proc : 7250/2007	R\$ 2.264,42
10º Jec - São Luís	nº Proc : 001.2008.009.081-2	R\$ 2.260,85
4º Jec - São Luís	nº Proc : 89/2009	R\$ 2.256,34
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, VIANA	nº Proc : 9000372-02.2010.8.10.0061	R\$ 2.238,91
10º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2011.001.470-9	R\$ 2.237,51
3º Jec - São Luís	nº Proc : 2354/2008	R\$ 2.234,22
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, CAXIAS	nº Proc : 006.2010.021.218-9	R\$ 2.233,82
3º Jec - São Luís	nº Proc : 259/2008	R\$ 2.224,22



Jec - Matões	nº Proc : 281/2008	R\$ 2.222,00
Jec - Balsas	nº Proc : 7210/2007	R\$ 2.222,00
Jec - Açailândia	nº Proc : 243/2007	R\$ 2.221,52
JEC BARREIRINHAS	nº Proc : 28/2009	R\$ 2.220,00
3º Jec - São Luís	nº Proc : 456/2008	R\$ 2.207,93
Jec - Pastos Bons	nº Proc : 852/2009	R\$ 2.205,41
3º Jec - São Luís	nº Proc : 1333/2007	R\$ 2.200,00
3º Jec - São Luís	nº Proc : 607/2007	R\$ 2.200,00
13º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2009.010.299-5	R\$ 2.200,00
3º Jec - São Luís	nº Proc : 1093/2006	R\$ 2.200,00
3º Jec - São Luís	nº Proc : 1663/2008	R\$ 2.200,00
3º Jec - São Luís	nº Proc : 263/2009	R\$ 2.200,00
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO	nº Proc : 296/2008	R\$ 2.200,00
Jec - Cedral	nº Proc : 37-77.2011	R\$ 2.200,00
3º Jec - São Luís	nº Proc : 475/2007	R\$ 2.200,00
Jec - Maiobão	nº Proc : 539/2009	R\$ 2.200,00
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, LAGO DA PEDRA	nº Proc : 795/2011	R\$ 2.200,00
3º Jec - São Luís	nº Proc : 874/2007	R\$ 2.200,00
JUIZADO ESPECIAL DE PINHEIRO	nº Proc : 900000-629.2006-81000	R\$ 2.179,61
Jec - Maiobão	nº Proc : 223/2007	R\$ 2.177,33
2ª VARA SÃO JOSE DE RIBAMAR	nº Proc : 114071.2002-8100058	R\$ 2.164,66
2º Jec - Imperatriz	nº Proc : 1494/2004	R\$ 2.161,43
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, CEDRAL	nº Proc : 9000026-48.2011.8.10.0083	R\$ 2.160,17
11º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2008.005.669-8	R\$ 2.138,95
1ª Vara - Viana	nº Proc : 570/2010	R\$ 2.134,96
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOÃO BATISTA	nº Proc : 105/2010	R\$ 2.134,00
Jec - Maiobão	nº Proc : 003.2009.016.705-1	R\$ 2.131,11
3º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 613/2009	R\$ 2.122,03
2º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2010.033.291-3	R\$ 2.106,00
5º Jec - São Luís	nº Proc : 329/2008	R\$ 2.100,00
4º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 658/2009	R\$ 2.094,71
Jec - Maiobão	nº Proc : 1013/2009	R\$ 2.093,97
Jec - Maiobão	nº Proc : 1262/2009	R\$ 2.093,97
4º Jec - São Luís	nº Proc : 889/2009	R\$ 2.080,00
1ª Vara - Chapadinha	nº Proc : 2787/2004	R\$ 2.079,82
Jec - Maiobão	nº Proc : 1166/2005	R\$ 2.077,42
Jec - Maiobão	nº Proc : 1166/2005	R\$ 2.077,42
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2011.007.870-2	R\$ 2.076,52
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2011.024.748-9	R\$ 2.071,97
3º Jec - São Luís	nº Proc : 749/2008	R\$ 2.065,14
2º Jec - São Luís	nº Proc : 2671/2007	R\$ 2.064,31
13º Jec - São Luís	nº Proc : 489/2009	R\$ 2.055,70
1ª Jec - Imperatriz	nº Proc : 1767/2008	R\$ 2.043,50
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2011.006.637-6	R\$ 2.040,99
12º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2010.021.283-4	R\$ 2.040,00
6º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2010.042.129-4	R\$ 2.040,00
VT - Estreitos	nº Proc : 139/2007	R\$ 2.026,56
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SANTA LUZIA DO PARUÁ	nº Proc : 139/2010	R\$ 2.011,40
Jec - Maiobão	nº Proc : 1062/2009	R\$ 2.004,60
5º Jec - São Luís	nº Proc : 1549/2008	R\$ 2.004,00



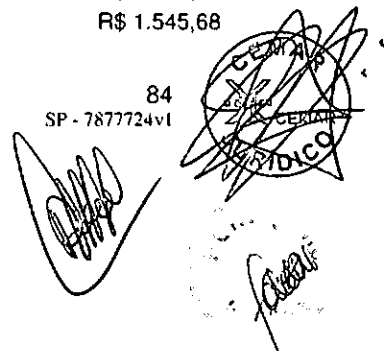
2ª Jec - São Luís	nº Proc : 2815/2007	R\$ 2.003,33
4ª , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2010.017.169-1	R\$ 2.000,00
6ª , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2011.018.034-4	R\$ 2.000,00
11ª , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2011.031.866-2	R\$ 2.000,00
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, DIVINÓPOLIS	nº Proc : 0080197-32.2011.8.13.0223	R\$ 2.000,00
3ª Jec - São Luís	nº Proc : 1068/2007	R\$ 2.000,00
5ª Jec - São Luís	nº Proc : 1375/2007	R\$ 2.000,00
3ª Jec - São Luís	nº Proc : 1627/2007	R\$ 2.000,00
3ª Jec - São Luís	nº Proc : 1660/2007	R\$ 2.000,00
Jec - Bacabal	nº Proc : 180/2008	R\$ 2.000,00
Jec - Icatú	nº Proc : 249/2006	R\$ 2.000,00
13ª Jec - São Luís	nº Proc : 409/2009	R\$ 2.000,00
VT - Chapadinha	nº Proc : 684./2007	R\$ 2.000,00
VT - Chapadinha	nº Proc : 717/2007	R\$ 2.000,00
12ª Jec - São Luís	nº Proc : 902/2008	R\$ 2.000,00
5ª Jec - São Luís	nº Proc : 1134/2008	R\$ 1.992,00
1ª Vara - Chapadinha	nº Proc : 3689/2006	R\$ 1.989,40
1ª , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2009.017.399-6	R\$ 1.976,84
9ª Jec - São Luís	nº Proc : 2134/2009	R\$ 1.975,73
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, JOÃO LISBOA	nº Proc : 427/2010	R\$ 1.967,20
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, VIANA	nº Proc : 71/2009	R\$ 1.966,53
1ª , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2010.023.085-1	R\$ 1.959,36
2ª Vara Cível - Codó	nº Proc : 661/2006	R\$ 1.955,23
6ª , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2010.033.544-5	R\$ 1.950,00
2ª , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2011.005.593-4	R\$ 1.950,00
4ª Jec - São Luís	nº Proc : 1732/2009	R\$ 1.950,00
VT - Chapadinha	nº Proc : 563/2007	R\$ 1.945,40
VT - Chapadinha	nº Proc : 564/2007	R\$ 1.945,40
VT - Chapadinha	nº Proc : 618/2007	R\$ 1.945,40
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, LAGO DA PEDRA	nº Proc : 311.2010	R\$ 1.925,00
1ª Vara - Viana	nº Proc : 507/2010	R\$ 1.924,39
3ª Jec - São Luís	nº Proc : 2570/2008	R\$ 1.917,89
4ª Jec - São Luís	nº Proc : 60412005	R\$ 1.909,36
10ª , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2010.021.992-0	R\$ 1.907,56
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO BENTO	nº Proc : 199/2011	R\$ 1.894,65
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, COELHO NETO	nº Proc : 861/2010	R\$ 1.894,35
4ª Jec - São Luís	nº Proc : 505/2007	R\$ 1.890,18
3ª , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 1886/2009	R\$ 1.887,97
3ª , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2011.018.850-3	R\$ 1.886,85
COMARCA DE TIMBIRAS	nº Proc : 9000031-48.2010.8.10.0134	R\$ 1.875,63
3ª Jec - São Luís	nº Proc : 375/2009	R\$ 1.866,25
1ª , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, IMPERATRIZ	nº Proc : 010.2010.010.843-9	R\$ 1.865,34
2ª Jec - São Luís	nº Proc : 997/2008	R\$ 1.851,34
COMARCA DE COELHO NETO	nº Proc : 355/2010	R\$ 1.848,01
Jec - Coroatá	nº Proc : 514/2011	R\$ 1.846,46
Jec - Balsas	nº Proc : 313/2007	R\$ 1.843,91
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2011.003.291-5	R\$ 1.842,13
2ª , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2009.018.090-0	R\$ 1.841,14
6ª , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2010.042.161-7	R\$ 1.835,55
Jec - Timon	nº Proc : 007.2010.031.123-7	R\$ 1.827,60



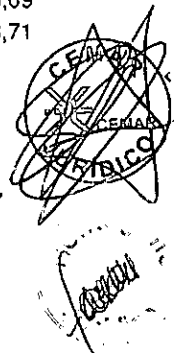
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, RAPOSA	nº Proc : 9000095-87.2011.8.10.0113	R\$ 1.825,51
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2010.021.020-8	R\$ 1.822,74
5º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2009.016.728-7	R\$ 1.821,03
8º Jec - São Luís	nº Proc : 987/2007	R\$ 1.815,52
4º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2010.026.661-6	R\$ 1.815,33
4º Jec - São Luís	nº Proc : 328/2009	R\$ 1.813,50
13º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2011.007.472-9	R\$ 1.811,99
2º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 1165/2007	R\$ 1.806,28
VT - Chapadinha	nº Proc : 612/2007	R\$ 1.801,73
Jec - Maiobão	nº Proc : 383/2007	R\$ 1.800,62
10º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2010.015.937-3	R\$ 1.800,23
4º Jec - São Luís	nº Proc : 1498/2007	R\$ 1.800,00
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, CEDRAL	nº Proc : 295/2010	R\$ 1.800,00
Jec - Maiobão	nº Proc : 215/2006	R\$ 1.799,00
9º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2010.016.016-5	R\$ 1.798,79
4º Jec - São Luís	nº Proc : 1808/2006	R\$ 1.797,77
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, COROATÁ	nº Proc : 1314/2009	R\$ 1.795,00
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2011.011.227-9	R\$ 1.789,06
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2009.013.017-6	R\$ 1.785,40
1º Jec - Imperatriz	nº Proc : 1035/2009	R\$ 1.775,58
Jec - Bacabal	nº Proc : 1431/2009	R\$ 1.769,90
Jec - Pastos Bons	nº Proc : 660/2009	R\$ 1.762,65
7º Jec - São Luís	nº Proc : 1228/2007	R\$ 1.759,43
6º Jec - São Luís	nº Proc : 971/2009	R\$ 1.758,66
4º Jec - São Luís	nº Proc : 2098/2007	R\$ 1.755,16
Jec - Pastos Bons	nº Proc : 07/2009	R\$ 1.754,48
1ª Vara Cível - Viana	nº Proc : 162/2005	R\$ 1.750,32
1ª VARA CÍVEL, FÓRUM, COROATÁ	nº Proc : 22/2010	R\$ 1.742,95
Jec - Pastos Bons	nº Proc : 687/2009	R\$ 1.741,67
Jec - Maiobão	nº Proc : 1087/2009	R\$ 1.741,63
3º Jec - São Luís	nº Proc : 782/2009	R\$ 1.737,86
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2011.008.578-0	R\$ 1.736,50
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, PINHEIRO	nº Proc : 7707/2006	R\$ 1.730,81
Jec - Santa Inês	nº Proc : 940/2008	R\$ 1.728,55
Jec - São José de Ribamar	nº Proc : 890/2006	R\$ 1.724,65
Jec - Pastos Bons	nº Proc : 20/2010	R\$ 1.720,31
10º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2010.013.471-5	R\$ 1.719,21
Vara Cível - Santa Rita	nº Proc : 13/2001	R\$ 1.715,56
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, MAIOBÃO	nº Proc : 1365/2009	R\$ 1.715,10
2º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 1848/2009	R\$ 1.711,00
12º Jec - São Luís	nº Proc : 305/2008	R\$ 1.710,91
4º Jec - São Luís	nº Proc : 627/2006	R\$ 1.704,75
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, COLINAS	nº Proc : 292/2011	R\$ 1.703,24
5º Jec - São Luís	nº Proc : 767/2009	R\$ 1.690,90
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, COLINAS	nº Proc : 523/2011	R\$ 1.690,58
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, VIANA	nº Proc : 65/2009	R\$ 1.688,02
1ª Vara - Viana	nº Proc : 9000124-02.2011.8.10.006-1	R\$ 1.684,17
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, PARAIBANO	nº Proc : 022/2010	R\$ 1.683,00
3º Jec - São Luís	nº Proc : 984/2007	R\$ 1.682,81
1ª Jec - Imperatriz	nº Proc : 1559/2004	R\$ 1.682,70



2ª, JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2011.006.919-0	R\$ 1.680,00
2ª, JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2011.006.928-1	R\$ 1.680,00
2ª, JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2011.006.932-3	R\$ 1.680,00
2ª, JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2011.008.437-1	R\$ 1.680,00
2ª, JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2011.008.438-9	R\$ 1.680,00
2ª, JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2011.008.440-5	R\$ 1.680,00
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, MAIOBÃO	nº Proc : 003.2009.011.720-5	R\$ 1.680,00
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, PAÇO DO LUMIAR	nº Proc : 003.2010.017.726-4	R\$ 1.680,00
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, PAÇO DO LUMIAR	nº Proc : 003.2010.017.732-2	R\$ 1.680,00
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, MAIOBÃO	nº Proc : 003.2010.024.049-2	R\$ 1.680,00
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, MAIOBÃO	nº Proc : 003.2011.016.803-0	R\$ 1.680,00
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, MAIOBÃO	nº Proc : 003.2011.021.057-6	R\$ 1.680,00
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, MAIOBÃO	nº Proc : 003.2011.021.070-9	R\$ 1.680,00
VARA ÚNICA DE SÃO DOMINGOS	nº Proc : 211-22.20110100123	R\$ 1.679,80
3º Jec - São Luís	nº Proc : 1883/2007	R\$ 1.676,01
6º Jec - São Luís	nº Proc : 1916/2008	R\$ 1.674,00
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2011.025.173-9	R\$ 1.669,79
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2011.025.180-4	R\$ 1.669,79
1ª Vara - Vitorino Freire	nº Proc : 233/2010	R\$ 1.664,34
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CEDRAL	nº Proc : 9000072-37.2011.8.10.0083	R\$ 1.663,06
COMARCA DE BACURI	nº Proc : 66/2011	R\$ 1.650,00
Jec - São José de Ribamar	nº Proc : 1259/2007	R\$ 1.647,97
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2009.013.008-5	R\$ 1.645,45
2ª Vara - São Luís	nº Proc : 658/2007	R\$ 1.634,47
7º Jec - São Luís	nº Proc : 1922/2007	R\$ 1.632,04
Jec - Pastos Bons	nº Proc : 12/2010	R\$ 1.626,44
Jec - Pastos Bons	nº Proc : 2/2009	R\$ 1.626,44
Jec - Pastos Bons	nº Proc : 21/2010	R\$ 1.626,44
Jec - Pastos Bons	nº Proc : 6/2009	R\$ 1.626,44
1 VARA VITORINO FREIRE	nº Proc : 62/2007	R\$ 1.624,44
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2011.034.189-4	R\$ 1.623,00
6º Jec - São Luís	nº Proc : 332/2009	R\$ 1.607,53
3º Jec - São Luís	nº Proc : 1452/2007	R\$ 1.600,00
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, SANTA RITA	nº Proc : 17/2011	R\$ 1.600,00
Jec - Grajaú	nº Proc : 202/2005	R\$ 1.595,72
12ª, JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 1988/2009	R\$ 1.593,40
2ª Vara Cível - Codó	nº Proc : 2460/2007	R\$ 1.588,36
Jec - João Lisboa	nº Proc : 611/2006	R\$ 1.584,78
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, PAÇO DO LUMIAR	nº Proc : 814/2009	R\$ 1.578,34
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL CAXIAS	nº Proc : 710/2009	R\$ 1.576,89
9º Jec - São Luís	nº Proc : 417/2008	R\$ 1.567,40
2º Jec - São Luís	nº Proc : 2118/2008	R\$ 1.566,44
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, MAIOBÃO	nº Proc : 003.2011.005.585-6	R\$ 1.560,00
Jec - Pastos Bons	nº Proc : 12/2009	R\$ 1.558,68
3º Jec - São Luís	nº Proc : 673/2008	R\$ 1.557,77
Jec - Santa Inês	nº Proc : 004.2010.022.474-2	R\$ 1.556,92
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2009.008.438-1	R\$ 1.553,22
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, VIANA	nº Proc : 9000136-16.2011.8.10.00	R\$ 1.552,76
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, SÃO JOÃO BATISTA	nº Proc : 31/2008	R\$ 1.545,68
Jec - Bacuri	nº Proc : 430/2007	R\$ 1.545,68



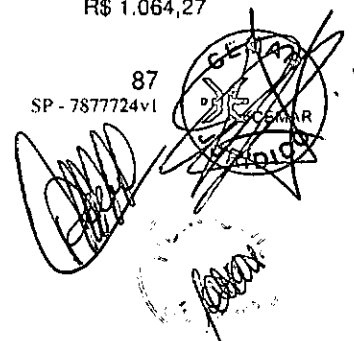
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, LAGO DA PEDRA	nº Proc : 404/2010	R\$ 1.540,00
3º Jec - São Luís	nº Proc : 200/2007	R\$ 1.536,54
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, PASSAGEM FRANCA	nº Proc : 60/2007	R\$ 1.534,53
VARA ÚNICA BURITI BRAVO	nº Proc : 90000-56.69.2009.8.10.0078	R\$ 1.533,44
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, CODÓ	nº Proc : 261/2009	R\$ 1.520,34
4º Jec - São Luís	nº Proc : 2431/2007	R\$ 1.520,00
1º Jec - Imperatriz	nº Proc : 525/2007	R\$ 1.520,00
1º Jec - Imperatriz	nº Proc : 196/2008	R\$ 1.511,96
Jec - Maiobão	nº Proc : 261/2008	R\$ 1.504,18
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, MAIOBÃO	nº Proc : 003.2009.020.287-4	R\$ 1.500,00
2º Jec - Imperatriz	nº Proc : 1703/2009	R\$ 1.500,00
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, COELHO NETO	nº Proc : 612/2010	R\$ 1.500,00
2º Jec - Imperatriz	nº Proc : 428/2007	R\$ 1.498,72
S.J.DOS PATOS	nº Proc : 56.2007.014.160-04	R\$ 1.496,56
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SANTA INÊS	nº Proc : 50/2001	R\$ 1.490,44
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, VIANA	nº Proc : 9000357-33.2010.8.10.00	R\$ 1.487,55
1º VT - São Luís	nº Proc : 462/2003	R\$ 1.484,56
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, PARAIBANO	nº Proc : 114/2009	R\$ 1.479,55
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, BACURI	nº Proc : 55/2010	R\$ 1.446,40
6º Jec - São Luís	nº Proc : 1210/2006	R\$ 1.443,03
BACURI	nº Proc : 04/2010	R\$ 1.440,00
Jec - Caxias	nº Proc : 866/2006	R\$ 1.430,87
7º Jec - São Luís	nº Proc : 001.2008.002.740-0	R\$ 1.430,00
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, MAIOBÃO	nº Proc : 003.2011.005.572-4	R\$ 1.430,00
4º Jec - São Luís	nº Proc : 2105/2008	R\$ 1.430,00
Jec - Caxias	nº Proc : 357/2007	R\$ 1.420,50
2º , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2010.047.383-2	R\$ 1.417,00
2º , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2011.005.735-1	R\$ 1.417,00
Jec - Paraibano	nº Proc : 54/2005	R\$ 1.413,78
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2011.004.490-2	R\$ 1.405,65
9º , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 513/2009	R\$ 1.405,48
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2010.048.809-3	R\$ 1.404,78
Jec - Tuntum	nº Proc : 72/2010	R\$ 1.400,00
1º Vara - Codó	nº Proc : 337/2006	R\$ 1.397,90
1º Jec - São Luís	nº Proc : 1775/2005	R\$ 1.397,10
2º , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2011.063.337-5	R\$ 1.389,12
3º Jec - São Luís	nº Proc : 1841/2007	R\$ 1.384,70
Jec - Maiobão	nº Proc : 1311/2007	R\$ 1.383,20
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2011.008.588-9	R\$ 1.381,32
VARA ÚNICA DE SÃO VICENTE	nº Proc : 900021.65-2009810013	R\$ 1.377,23
2º Jec - São Luís	nº Proc : 1052/2007	R\$ 1.374,51
4º , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 1884/2007	R\$ 1.369,67
Jec - São Domingos do Maranhão	nº Proc : 641/2006	R\$ 1.368,01
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2011.008.116-9	R\$ 1.363,79
2º Jec - Imperatriz	nº Proc : 010.2010.015.363-3	R\$ 1.359,06
JUIZADO ESCIAL CIVEL SANTA RITA	nº Proc : 06/2007	R\$ 1.358,84
1º Jec - São Luís	nº Proc : 259/2005	R\$ 1.349,28
2º Jec - Imperatriz	nº Proc : 662/2007	R\$ 1.340,03
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, PINHEIRO	nº Proc : 986/2009	R\$ 1.339,09
2º Jec - Imperatriz	nº Proc : 2073/2008	R\$ 1.338,71



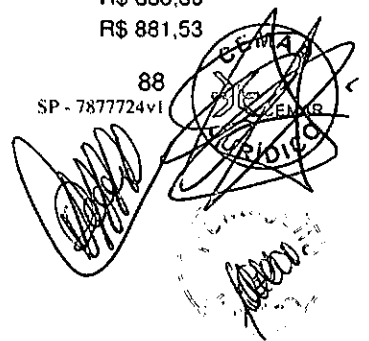
Jec - Maiobão	nº Proc : 003.2009.013.568-6	R\$ 1.337,62
VT - Pinheiro	nº Proc : 367/2007	R\$ 1.323,71
Jec - Balsas	nº Proc : 7341/2007	R\$ 1.322,33
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, ZÉ DOCA	nº Proc : 9000165-94.2010.8.10.0063	R\$ 1.320,00
7º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2010.030.027-4	R\$ 1.316,23
5º Jec - São Luís	nº Proc : 1197/2007	R\$ 1.310,00
Jec - Maiobão	nº Proc : 994/2007	R\$ 1.300,40
Jec - Caxias	nº Proc : 006.2010.014.689-0	R\$ 1.300,20
6º Jec - São Luís	nº Proc : 001.2009.014.313-0	R\$ 1.300,00
4º Jec - São Luís	nº Proc : 444/2007	R\$ 1.300,00
Jec - Viana	nº Proc : 823/2006	R\$ 1.298,75
1º Jec - São Luís	nº Proc : 542/2007	R\$ 1.296,88
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, BACURI	nº Proc : 127/2011	R\$ 1.296,72
2º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 1743/2009	R\$ 1.281,56
9º Jec - São Luís	nº Proc : 566/2007	R\$ 1.272,60
9º Jec - São Luís	nº Proc : 1777/2008	R\$ 1.267,35
Jec - Maiobão	nº Proc : 003.2010.003.715-3	R\$ 1.260,00
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, ALCÂNTARA	nº Proc : 9000096-25.2011.8.10.0064	R\$ 1.256,00
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, MAIOBÃO	nº Proc : 1112/2009	R\$ 1.255,56
10º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2010.012.833-7	R\$ 1.254,92
Jec - Maiobão	nº Proc : 145/2008	R\$ 1.245,00
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, COELHO NETO	nº Proc : 254/2010	R\$ 1.237,88
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, ALCÂNTARA	nº Proc : 378/2009	R\$ 1.228,91
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, RAPOSA	nº Proc : 9000212-78.2011.8.10.0113	R\$ 1.219,18
2º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2010.028.254-8	R\$ 1.215,15
Jec - Caxias	nº Proc : 006.2010.006.338-4	R\$ 1.214,03
10º Jec - São Luís	nº Proc : 001.2009.007.005-1	R\$ 1.213,42
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, MIRADOR	nº Proc : 848/2010	R\$ 1.209,12
JEC VIANA	nº Proc : 90006319420108100000	R\$ 1.206,05
4º Jec - São Luís	nº Proc : 2359/2007	R\$ 1.204,50
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, PAÇO DO LUMIAR	nº Proc : 1469/2009	R\$ 1.203,59
Jec - Açailândia	nº Proc : 298/2009	R\$ 1.202,52
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SANTA LUZIA DO PARUÁ	nº Proc : 240/2010	R\$ 1.202,29
Jec - Senador La Roque	nº Proc : 398/2010	R\$ 1.201,73
4º Jec - São Luís	nº Proc : 1056/2006	R\$ 1.200,00
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2009.016.175-9	R\$ 1.193,68
VARA ÚNICA DE MAGALHÃES DE ALMEIDA	nº Proc : 36/2008	R\$ 1.192,00
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2010.011.557-1	R\$ 1.191,33
1º Jec - São Luís	nº Proc : 001.2009.001.817-5	R\$ 1.189,99
2º Jec - Imperatriz	nº Proc : 1349/2009	R\$ 1.188,92
Jec - Pastos Bons	nº Proc : 763/2009	R\$ 1.188,87
Jec - Pastos Bons	nº Proc : 773/2009	R\$ 1.188,87
Jec - Pastos Bons	nº Proc : 774/2009	R\$ 1.188,87
Jec - Pastos Bons	nº Proc : 775/2009	R\$ 1.188,87
Jec - Pastos Bons	nº Proc : 776/2009	R\$ 1.188,87
Jec - Pastos Bons	nº Proc : 778/2009	R\$ 1.188,87
Jec - Pastos Bons	nº Proc : 779/2009	R\$ 1.188,87
3º Jec - São Luís	nº Proc : 497/2007	R\$ 1.188,52
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, CAXIAS	nº Proc : 006.2010.001.000-5	R\$ 1.188,28
COMARCA DE SANTA QUIERIA	nº Proc : 16/2005	R\$ 1.187,31

86
SP - 7877724v1

3º Jec - São Luís	nº Proc : 35/2007	R\$ 1.186,67
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, ITAPECURU MIRIM	nº Proc : 593/2010	R\$ 1.184,44
9º , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2010.015.811-0	R\$ 1.179,99
1ª Vara - Chapadinha	nº Proc : 3773/2006	R\$ 1.177,96
10º , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2010.028.094-8	R\$ 1.173,87
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOÃO BATISTA	nº Proc : 101/2008	R\$ 1.172,52
Jec - Maiobão	nº Proc : 1369/2009	R\$ 1.166,87
Jec - Maiobão	nº Proc : 1514/2009	R\$ 1.166,87
Jec - Maiobão	nº Proc : 1550/2009	R\$ 1.166,87
Jec - Maiobão	nº Proc : 1553/2009	R\$ 1.166,87
Jec - Maiobão	nº Proc : 825/2009	R\$ 1.166,87
Jec - Maiobão	nº Proc : 913/2009	R\$ 1.166,87
Jec - São José de Ribamar	nº Proc : 002.2009.003.584-7	R\$ 1.164,90
7º , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2010.042.270-6	R\$ 1.162,57
Jec - Maiobão	nº Proc : 1072/2009	R\$ 1.161,08
Jec - Maiobão	nº Proc : 560/2009	R\$ 1.161,08
6º , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2011.009.223-4	R\$ 1.158,72
1º Jec - São Luís	nº Proc : 1176/2006	R\$ 1.155,00
12º Jec - São Luís	nº Proc : 1624/2009	R\$ 1.153,75
8º Jec - São Luís	nº Proc : 654/2009	R\$ 1.151,45
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, MIRADOR	nº Proc : 144/2011	R\$ 1.150,27
8º Jec - São Luís	nº Proc : 1194/2007	R\$ 1.150,05
Jec - Maiobão	nº Proc : 1371/2009	R\$ 1.149,82
Jec - Maiobão	nº Proc : 1480/2009	R\$ 1.149,82
11º , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2010.041.999-1	R\$ 1.145,82
3ª Vara - Imperatriz	nº Proc : 3113/2009	R\$ 1.142,56
5º , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 878/2009	R\$ 1.139,86
2º Jec - São Luís	nº Proc : 355/2009	R\$ 1.138,74
8º Jec - São Luís	nº Proc : 106/2006	R\$ 1.128,47
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, MARACAÇUMÉ	nº Proc : 139/2011	R\$ 1.126,71
1ª Vara - Coroatá	nº Proc : 494/2010	R\$ 1.125,84
VARA CÍVEL, FÓRUM, ARARI	nº Proc : 9000032-94.2011.8.10.00	R\$ 1.122,00
1ª Vara - Vitorino Freire	nº Proc : 113/2010	R\$ 1.115,44
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2010.000.877-6	R\$ 1.114,24
Jec - Caxias	nº Proc : 1397/2006	R\$ 1.111,53
7º Jec - São Luís	nº Proc : 2277/2005	R\$ 1.111,09
2º Jec - São Luís	nº Proc : 343/2009	R\$ 1.109,13
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, GUIMARÃES	nº Proc : 51/2010	R\$ 1.103,00
Jec - Buriti Bravo	nº Proc : 66/2009	R\$ 1.101,88
Jec - Buriti Bravo	nº Proc : 67/2009	R\$ 1.101,16
9º Jec - São Luís	nº Proc : 1327/2008	R\$ 1.100,00
Jec - Cedral	nº Proc : 52/2009	R\$ 1.100,00
5º , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 522/2009	R\$ 1.100,00
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, CEDRAL - MA	nº Proc : 53/2009	R\$ 1.100,00
6º Jec - São Luís	nº Proc : 2050/2007	R\$ 1.095,80
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2011.016.738-0	R\$ 1.091,53
6º Jec - São Luís	nº Proc : 881/2004	R\$ 1.081,74
1ª VARA CÍVEL, FÓRUM, VIANA	nº Proc : 546/2010	R\$ 1.073,41
Jec - Bacabal	nº Proc : 458/2009	R\$ 1.072,01
2º Jec - São Luís	nº Proc : 229/2009	R\$ 1.064,27

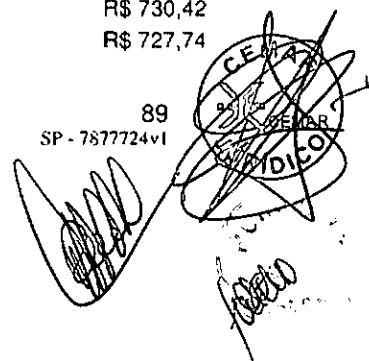


2º Jec - São Luís	nº Proc : 197/2009	R\$ 1.055,37
8º , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2011.030.026-4	R\$ 1.052,42
VT - Chapadinha	nº Proc : 703/2007	R\$ 1.050,00
VT - Chapadinha	nº Proc : 709/2007	R\$ 1.050,00
VT - Chapadinha	nº Proc : 720/2007	R\$ 1.050,00
VT - Chapadinha	nº Proc : 722/2007	R\$ 1.050,00
VT - Chapadinha	nº Proc : 725/2007	R\$ 1.050,00
VT - Chapadinha	nº Proc : 726/2007	R\$ 1.050,00
VT - Chapadinha	nº Proc : 729/2007	R\$ 1.050,00
VT - Chapadinha	nº Proc : 737/2007	R\$ 1.050,00
2º Jec - São Luís	nº Proc : 718/2008	R\$ 1.043,67
5º , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2010.021.446-7	R\$ 1.040,00
3º Jec - São Luís	nº Proc : 8031/2004	R\$ 1.036,56
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, ANAJATUBA	nº Proc : 117/2009	R\$ 1.028,81
VT - Chapadinha	nº Proc : 1657/2007	R\$ 1.025,93
Vara única - Cedral	nº Proc : 205/2010	R\$ 1.025,35
5º Jec - São Luís	nº Proc : 857/2009	R\$ 1.023,00
3º Jec - São Luís	nº Proc : 493/2007	R\$ 1.022,60
8º Jec - São Luís	nº Proc : 911/2005	R\$ 1.018,69
12º Jec - São Luís	nº Proc : 625/2008	R\$ 1.009,63
1ª Vara - Codó	nº Proc : 311/2006	R\$ 1.007,26
5º Jec - São Luís	nº Proc : 001.2009.012.245-6	R\$ 1.000,00
6º , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2011.026.452-8	R\$ 1.000,00
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, BACABAL	nº Proc : 1079/2009	R\$ 1.000,00
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, MIRINZAL	nº Proc : 119/2010 (9000119-91.2010.8.10.010)	R\$ 1.000,00
7º , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 1828/2007	R\$ 1.000,00
Jec - Grajaú	nº Proc : 43/2004	R\$ 1.000,00
3º Jec - São Luís	nº Proc : 573/2009	R\$ 1.000,00
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, CEDRAL	nº Proc : 9000261-15.2011.8.10.0083	R\$ 1.000,00
Jec - Bacabal	nº Proc : 922/2009	R\$ 1.000,00
3º Jec - São Luís	nº Proc : 23/2007	R\$ 994,77
3º Jec - São Luís	nº Proc : 1342/2007	R\$ 990,00
Vara Cível - Olho D'agua das Cunhas	nº Proc : 353/2006	R\$ 990,00
Jec - Buriti	nº Proc : 71/2006	R\$ 987,60
11º Jec - São Luís	nº Proc : 864/2006	R\$ 977,88
5º Jec - São Luís	nº Proc : 1122/2008	R\$ 968,00
11º , JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2010.002.954-3	R\$ 965,70
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2009.018.139-3	R\$ 956,88
Jec - Maiobão	nº Proc : 1116/2008	R\$ 954,50
VARA DO TRABALHO, , CAXIAS	nº Proc : 01265-2009-009-16-00-1	R\$ 946,01
VT - Chapadinha	nº Proc : 731/2007	R\$ 938,79
2º Jec - Imperatriz	nº Proc : 204/2008	R\$ 929,71
Jec - Santa Inês	nº Proc : 82/2009	R\$ 913,00
Jec - Tuntum	nº Proc : 1080/2009	R\$ 900,00
10º Jec - São Luís	nº Proc : 1423/2006	R\$ 900,00
VT - Chapadinha	nº Proc : 668/2007	R\$ 900,00
VT - Chapadinha	nº Proc : 672/2007	R\$ 900,00
8º Jec - São Luís	nº Proc : 431/2009	R\$ 893,69
Jec - Açailândia	nº Proc : 740/2007	R\$ 888,80
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, PAÇO DO LUMIAR	nº Proc : 159/2009	R\$ 881,53



Jec - Icatú
 VARA ÚNICA DE SÃO DOMINGOS
 VT - Chapadinha
 JUIZADO ESPECIAL CIVEL, PAÇO DO LUMIAR
 JUIZADO ESPECIAL CIVEL, PAÇO DO LUMIAR
 9º Jec - São Luís
 7º JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS
 Jec - Maiobão
 7º Jec - São Luís
 JUIZADO ESPECIAL CIVEL, PASTOS BONS
 9º Jec - São Luís
 2º Jec - São Luís
 6º Jec - São Luís
 1ª Vara - João Pessoa
 5º Jec - São Luís
 JUIZADO ESPECIAL CIVEL, ALCÂNTARA
 JUIZADO ESPECIAL CIVEL, PASTOS BONS
 JUIZADO ESPECIAL CIVEL, PASTOS BONS
 JUIZADO ESPECIAL CIVEL, MAIOBÃO
 Jec - Mirador
 Jec - Maiobão
 JUIZADO ESPECIAL CIVEL, CAXIAS
 3º Jec - São Luís
 JUIZADO ESPECIAL CIVEL, PASTOS BONS
 10º JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS
 12º Jec - São Luís
 Jec - Pastos Bons
 Jec - Pastos Bons
 Jec - Pastos Bons
 Jec - Pastos Bons
 2º JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS
 2º JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS
 JUIZADO ESPECIAL CIVEL, GRAJAÚ
 10º Jec - São Luís
 Vara Cível - Santa Rita
 JUIZADO ESPECIAL CIVEL, PASTOS BONS
 Jec - Açailândia
 Jec - Pastos Bons
 Jec - Pastos Bons
 Jec - Pastos Bons
 6ª VARA CÍVEL, FÓRUM, SÃO LUIS
 6º JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS
 VT - Chapadinha
 VT - Chapadinha
 VT - Chapadinha
 1º Jec - São Luís
 Jec - Balsas
 JUIZADO ESPECIAL CIVEL, PASTOS BONS
 JUIZADO ESPECIAL CIVEL, PASTOS BONS
 JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR

nº Proc : 339/2007	R\$ 878,67
nº Proc : 212-07.20118100123	R\$ 871,82
nº Proc : 710/2007	R\$ 870,52
nº Proc : 1336/2009	R\$ 861,24
nº Proc : 1022/2009	R\$ 857,56
nº Proc : 720/2009	R\$ 857,56
nº Proc : 001.2011.008.977-6	R\$ 856,88
nº Proc : 003.2010.020.093-4	R\$ 856,40
nº Proc : 1849/2007	R\$ 854,73
nº Proc : 9000237-46.2010.8.10.0107	R\$ 851,23
nº Proc : 940/2007	R\$ 850,00
nº Proc : 2119/2007	R\$ 849,99
nº Proc : 943/2006	R\$ 848,72
nº Proc : 90/2004	R\$ 848,04
nº Proc : 1446/2009	R\$ 847,00
nº Proc : 72/2011	R\$ 842,11
nº Proc : 9000201-04.2010.8.10.0107	R\$ 841,26
nº Proc : 9000205-41.2010.8.10.0107	R\$ 841,26
nº Proc : 1068/2008	R\$ 832,26
nº Proc : 892/2010	R\$ 830,00
nº Proc : 1106/2005	R\$ 825,00
nº Proc : 1020/2009	R\$ 810,68
nº Proc : 373/2008	R\$ 804,38
nº Proc : 9000200-19.2010.8.10.0107	R\$ 803,46
nº Proc : 001.2009.009.309-5	R\$ 802,14
nº Proc : 662/2008	R\$ 800,00
nº Proc : 265/2010	R\$ 796,27
nº Proc : 272/2010	R\$ 796,27
nº Proc : 9000.240-98.2010.8.10.010-7	R\$ 796,27
nº Proc : 9000.293-79.2010.8.10.010-7	R\$ 796,27
nº Proc : 001.2011.028.073-0	R\$ 791,72
nº Proc : 001.2010.013.371-7	R\$ 789,25
nº Proc : 350/2009	R\$ 788,90
nº Proc : 1926/2007	R\$ 786,04
nº Proc : 150/2008	R\$ 784,85
nº Proc : 9000233-09.2010.8.10.0107	R\$ 778,57
nº Proc : 1908/2009	R\$ 763,28
nº Proc : 259/2010	R\$ 763,09
nº Proc : 289/2010	R\$ 763,09
nº Proc : 9000.238-31.2010.8.10.010-7	R\$ 763,09
nº Proc : 22501/2010	R\$ 756,00
nº Proc : 001.2010.013.636-3	R\$ 755,46
nº Proc : 577/2007	R\$ 753,15
nº Proc : 582/2007	R\$ 753,15
nº Proc : 575/2007	R\$ 752,65
nº Proc : 001.2008.007.741-3	R\$ 750,00
nº Proc : 6237/2006	R\$ 744,38
nº Proc : 260/2010	R\$ 730,42
nº Proc : 9000290-27.2010.8.10.0107	R\$ 730,42
nº Proc : 002.2009.004.041-7	R\$ 727,74



VT - Chapadinha
 5º Jec - São Luís
 JUIZADO ESPECIAL CIVEL, TIMON
 6º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS - MA
 JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SANTA INÊS
 JUIZADO ESPECIAL CIVEL, CAXIAS
 11º Jec - São Luís
 2º Jec - São Luís
 11º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS
 JUIZADO ESPECIAL CIVEL, PAÇO DO LUMIAR
 10º Jec - São Luís
 JUIZADO ESPECIAL CIVEL, PASTOS BONS
 6º Jec - São Luís
 VT - Chapadinha
 VT - Chapadinha
 VT - Chapadinha
 Jec - Grajaú
 VT - Chapadinha
 VT - Chapadinha
 JUIZADO ESPECIAL CIVEL, VITORINO FREIRE
 5º Jec - São Luís
 JUIZADO ESPECIAL CIVEL, GRAJAÚ
 JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR
 VT - Chapadinha
 VT - Chapadinha
 VT - Chapadinha
 4º Jec - São Luís
 JUIZADO ESPECIAL CIVEL, MIRADOR
 JUIZADO ESPECIAL CIVEL, PAÇO DO LUMIAR
 Jec - Goiânia
 Jec - Chapadinha
 5º Jec - São Luís
 COMARCA DE PIO XII
 JUIZADO ESPECIAL CIVEL, MAIOBÃO
 9º Jec - São Luís
 VT - Chapadinha
 6º Jec - São Luís
 VT - Chapadinha
 Jec - Alcantara
 VT - Chapadinha
 JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR
 6º Jec - São Luís
 JUIZADO ESPECIAL CIVEL TIMON
 9º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS
 COMARCA DE RAPOSA
 12º Jec - São Luís
 JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR
 Jec - Poção de Pedra
 JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SUCUPIRA DO NORTE
 4º Jec - São Luís

nº Proc : 00823-2007	R\$ 726,66
nº Proc : 981/2008	R\$ 726,08
nº Proc : 007.2010.018.185-3	R\$ 726,00
nº Proc : 001.2010.002.786-9	R\$ 723,55
nº Proc : 004.2010.009.756-9	R\$ 720,00
nº Proc : 006.2011.015.403-3	R\$ 714,63
nº Proc : 001.2008.006.950-1	R\$ 711,23
nº Proc : 1261/2007	R\$ 711,19
nº Proc : 001.2009.017.644-5	R\$ 710,62
nº Proc : 1490/2009	R\$ 707,95
nº Proc : 1864/2006	R\$ 704,92
nº Proc : 9000437-53.2010.8.10.0107	R\$ 703,78
nº Proc : 502/2006	R\$ 702,12
nº Proc : 00815-2007	R\$ 700,00
nº Proc : 00818-2007	R\$ 700,00
nº Proc : 00819-2007	R\$ 700,00
nº Proc : 56/2004 e 68/2004	R\$ 700,00
nº Proc : 702/2007	R\$ 700,00
nº Proc : 708/2007	R\$ 700,00
nº Proc : 1113/2009	R\$ 698,36
nº Proc : 739/2007	R\$ 693,80
nº Proc : 72/2005	R\$ 693,04
nº Proc : 002.2011.017.099-6	R\$ 690,80
nº Proc : 00820-2007	R\$ 690,43
nº Proc : 00821-2007	R\$ 690,43
nº Proc : 730/2007	R\$ 688,90
nº Proc : 2261/2006	R\$ 682,50
nº Proc : 222/2011	R\$ 682,00
nº Proc : 1237/2009	R\$ 675,94
nº Proc : 001.2009.006.753-2	R\$ 673,61
nº Proc : 1451/2007	R\$ 670,61
nº Proc : 66/2008	R\$ 666,00
nº Proc : 944520108100111	R\$ 660,00
nº Proc : 003.2009.015.529-6	R\$ 659,10
nº Proc : 231/2008	R\$ 654,18
nº Proc : 602/2007	R\$ 648,09
nº Proc : 154/2007	R\$ 647,66
nº Proc : 596/2007	R\$ 645,69
nº Proc : 900011820/2010.8.10.006-4	R\$ 640,99
nº Proc : 604/2007	R\$ 638,22
nº Proc : 002.2011.008.110-2	R\$ 637,53
nº Proc : 908/2006	R\$ 637,49
nº Proc : 1915/2008	R\$ 635,95
nº Proc : 001.2010.017.906-6	R\$ 633,50
nº Proc : 900543-65.2008.81.001	R\$ 629,69
nº Proc : 1173/2009	R\$ 628,01
nº Proc : 002.2011.018.022-7	R\$ 628,00
nº Proc : 145/2007	R\$ 624,98
nº Proc : 40/2010	R\$ 624,87
nº Proc : 6798/2005	R\$ 623,10

90
 SP - 7877724v1

8º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2011.018.282-9	R\$ 619,70
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, VIANA	nº Proc : 9000506-29.2010.8.10.00	R\$ 617,15
VT - Chapadinha	nº Proc : 603/2007	R\$ 606,70
6º Jec - São Luís	nº Proc : 1829/2005	R\$ 605,73
1º Jec - São Luís	nº Proc : 001.2009.005.098-8	R\$ 604,50
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, PASTOS BONS	nº Proc : 9000433-16.2010.8.10.0107	R\$ 603,66
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, PASTOS BONS	nº Proc : 9000471-28.2010.8.10.0107	R\$ 603,66
1º, JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO LUIS	nº Proc : 001.2009.007.488-9	R\$ 600,00
Jec - Tuntun	nº Proc : 558/2010	R\$ 600,00
VT - Chapadinha	nº Proc : 676/2007	R\$ 600,00
VT - Chapadinha	nº Proc : 680/2007	R\$ 600,00
VT - Chapadinha	nº Proc : 685/2007	R\$ 600,00
VT - Chapadinha	nº Proc : 692/2007	R\$ 600,00
VT - Chapadinha	nº Proc : 694/2007	R\$ 600,00
VT - Chapadinha	nº Proc : 695/2007	R\$ 600,00
VT - Chapadinha	nº Proc : 698/2007	R\$ 600,00
VT - Chapadinha	nº Proc : 699/2007	R\$ 600,00
VT - Chapadinha	nº Proc : 718/2007	R\$ 600,00
VT - Chapadinha	nº Proc : 734/2007	R\$ 600,00
8º Jec - São Luís	nº Proc : 418/2007	R\$ 599,70
Jec - São Domingos do Maranhão	nº Proc : 483/2010	R\$ 599,48
8º Jec - São Luís	nº Proc : 509/2006	R\$ 593,65
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, PASTOS BONS	nº Proc : 9000442-75.2010.8.10.0107	R\$ 591,83
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, PASTOS BONS	nº Proc : 9000475-65.2010.8.10.0107	R\$ 591,83
1º Jec - São Luís	nº Proc : 81/2006	R\$ 587,74
3º Jec - São Luís	nº Proc : 670/2008	R\$ 585,65
5º Jec - São Luís	nº Proc : 1611/2007	R\$ 585,29
Jec - Balsas	nº Proc : 7350/2007	R\$ 584,08
VT - Chapadinha	nº Proc : 673/2007	R\$ 580,00
Jec - Santa Inês	nº Proc : 1224/2007	R\$ 579,55
2º Jec - São Luís	nº Proc : 310/2009	R\$ 569,00
JUIZADO ESPECIAL CIVEL, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	nº Proc : 002.2011.004.523-0	R\$ 565,20
3º Jec - São Luís	nº Proc : 405/2007	R\$ 562,74
5º Jec - São Luís	nº Proc : 225/2008	R\$ 560,00
2º Jec - São Luís	nº Proc : 394/2009	R\$ 558,06
2º Jec - São Luís	nº Proc : 47/2009	R\$ 558,00
8º Jec - São Luís	nº Proc : 1189/2006	R\$ 554,31
5º Jec - São Luís	nº Proc : 1417/2007	R\$ 552,36
Jec - Cururupu	nº Proc : 99/2009	R\$ 550,00
2º Jec - São Luís	nº Proc : 2083/2008	R\$ 542,53

Total Geral R\$ 54.447.095,36

91
SP - 7877724v1

CEM
91
SP - 7877724v1
CEM
91
SP - 7877724v1
CEM
91
SP - 7877724v1